

FEVEREIRO - MARÇO - ABRIL/2000 Nº56 R\$ 8,00

# Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

ENCARTE  
AS SETE  
LUAS DE SANGUE  
por Tereza Costa Régio



TERCEIRA VIA  
200m



ATENÇÃO  
CRUZAMENTO  
PERIGOSO

ESQUERDA  
LIVRE



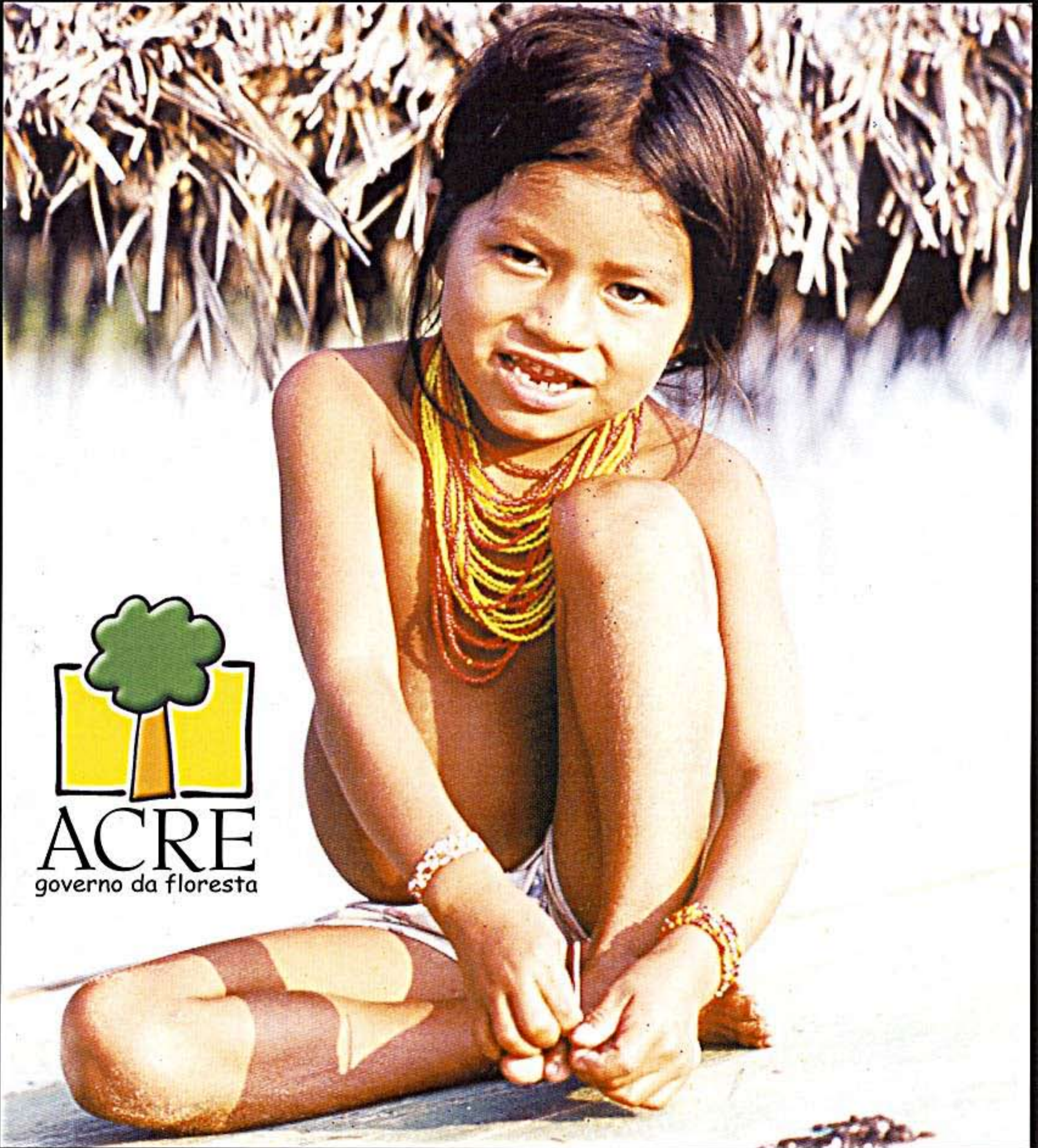
**QUAL A SAÍDA?**  
Salvar, remendar ou  
superar o capitalismo?





**“Se queres ser universal,  
cantas tua aldeia”**

Leon Tostoi



**[www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br)**



## Qual a saída?

Economia de mercado, sim; sociedade de mercado, não – proclamaram em Paris os delegados do XXI Congresso da Internacional Socialista, em novembro de 1999. Economia de mercado, sim; sociedade de mercado, não – ecoaram, pela voz do primeiro ministro britânico Tony Blair, os chefes de Estado “de esquerda” reunidos em Florença, Itália, também em novembro, para discutir a chamada Terceira Via, e apresentá-la como alternativa para os impasses do neoliberalismo.

Distante dali, quase do outro lado do mundo, também em novembro, o bloco dos prejudicados pelo domínio global do capitalismo financeiro ocupou as ruas de Seattle, nos EUA, denunciando a primazia do mercado, na economia e na sociedade, que oprime trabalhadores, agricultores, pequenos empresários, nações e povos. Foi uma semana inteira de protestos nas ruas daquele rico porto norte-americano, com a participação de centenas de sindicatos e organizações da sociedade civil, mobilizando mais de 50 mil manifestantes contra a Organização Mundial do Comércio e a globalização.

Onde está a saída? Esta é a pergunta que percorre os salões de Florença e Paris e ecoou nas ruas de Seattle. Qual é a saída? É a pergunta que fizeram, em Florença, Bill Clinton, Tony Blair, Lionel Jospin, Gerhard Schröder, Massimo D’Alema, Antonio Guterres, com a presença subalterna de Fernando Henrique Cardoso – o bloco dos chamados sete governos de “esquerda” do mundo. Os salões apontam para um neoliberalismo açucarado, apelidado de Terceira Via (ver artigo nesta edição). O britânico Blair e o francês Jospin são os representantes mais significativos, e contraditórios, da nova tendência. Blair defendeu a combinação do “dinamismo econômico com a justiça social”, dizendo que seu “novo trabalhismo significa empresa e justiça”, e alertando: “não sejamos os guardiães de dogmas superados diante da globalização” (como escreveu em uma carta aos franceses, publicada em Paris, por ocasião do congresso socialista). “Dogmas superados” que significam, sem dúvida, a tradição de luta anticapitalista e pelo progresso social dos trabalhadores.

Jospin, por sua vez, veterano social-democrata, recusa-se a aceitar a Terceira Via como meio caminho entre a social democracia e o neoliberalismo, mas reconhece a “superioridade do mercado sobre a economia planificada”, e diz que o “mercado é um instrumento precioso e eficiente” que “deve estar a serviço da sociedade”. Um eufemismo através do qual Jospin afirma, na verdade, a superioridade do capitalismo (o “mercado”) sobre o socialismo (a “economia planificada”), embora pretenda um capitalismo com suas chagas cobertas com esparadrapo.

Blair e Jospin refletem os impasses do fracasso neoliberal e a ambigüidade das saídas que os *terceiristas* e social-democratas procuram.



Fernando Henrique Cardoso tem uma posição curiosa nesse embate. Foi recebido em Florença – diz-se que convocado para explicar-se sobre a Amazônia – entre os grandes do mundo. Em Paris, porém, não foi aceito no congresso social-democrata porque, como explicou o presidente da Internacional Socialista, o francês Pierre Maurroy, ele dirige o Brasil “à direita, governando com base em uma aliança com liberais e conservadores, enquanto as forças de esquerda próximas da Internacional Socialista, PT e PDT, encontram-se na oposição.”

O resultado principal da presença de Fernando Henrique Cardoso no palco de Florença foi a foto onde apareceu entre os principais governantes do mundo, instrumento para sua propaganda política no Brasil.

Aqui, no final do ano, o debate sobre as alternativas à crise também foi intenso. Christovam Buarque – ex-governador do Distrito Federal – proclamou que as teses de Karl Marx já não servem para resolver os problemas atuais; opinião semelhante à de José Genoíno (Deputado Federal, PT-SP), que descartou não só o marxismo (disse que Thomas Jefferson, o teórico liberal da independência dos EUA, é superior a Karl Marx) mas também o socialismo. Outra vertente do debate é representada pela revisão que Jacob Gorender faz no livro *Marxismo sem utopia*, em que o papel revolucionário da classe operária é descartado em nome de um bloco de *trabalhadores intelectuais assalariados* a quem caberia, diz ele, promover a transição para o socialismo, e em que também, mais uma vez, se pretende *atualizar* o pensamento de Marx (ver artigo sobre o tema nesta edição).

No governo e nas elites, o debate sobre as saídas surge nas propostas que, desde o começo do ano, tem aparecido sob o rótulo de *neonacionalistas*. Andrea Calabi, que ainda era o presidente do BNDES, foi a primeira personagem do alto escalão do governo a defender uma reorientação política nesse rumo. Não era, obviamente, o nacionalismo popular e avançado, que frequenta as ruas e os movimentos de oposição a Fernando Henrique e seu projeto neoliberal, mas uma atitude de defesa de grandes empresários nacionais ameaçados pela presença estrangeira maciça na economia. Nessa discussão, Fernando Henrique reafirmou o rumo principal seguido por seu governo quando declarou que “manteremos os braços abertos” ao capital estrangeiro. O próprio subsecretário de Estado para Assuntos Políticos dos EUA, Thomaz Pickering, não se furtou a dar seu palpite no debate, alertando que o nacionalismo não pode se transformar em protecionismo, e que o nacionalismo só é positivo quando é patriotismo. Pode se adivinhar que, para este alto funcionário do governo dos EUA que se acha no direito de intervir em assuntos internos de nações soberanas, o nacionalismo bom é aquele que exalta as virtudes da terra onde se nasceu, sem criar dificuldades para os interesses dos



países ricos através da defesa dos interesses econômicos e políticos que se contraponham a seu projeto de domínio global. E que conta, nessa tarefa, com a ampla e irrestrita ajuda do governo de Fernando Henrique Cardoso.

...

Neste momento em que se debatem saídas para “salvar” o capitalismo, a comemoração dos 130 anos do nascimento de Vladimir I. Lênin pode ser uma inspiração. Figura central no século XX, fundador do primeiro Estado proletário da história, ele participou diretamente da primeira construção de uma alternativa concreta para o capitalismo, uma história contraditória e complexa que, apesar das vicissitudes que levaram à sua *débâcle* após 1956 e, particularmente, na década de 1980, é grávida de ensinamentos que ainda não foram completamente extraídos.

A lembrança de Lênin, neste momento, é também a da alternativa socialista, revolucionária, como a única capaz de superar os impasses e malefícios que o capitalismo impõe aos trabalhadores e aos povos. E da criação dos instrumentos práticos e teóricos capazes de levar essa tarefa histórica adiante.

A avaliação da herança deixada por Lênin não é pacífica nem consensual. Avultam-se, no campo da esquerda, os críticos de seu pensamento e ação. A pretexto de *democratizar* as organizações políticas dos trabalhadores, fala-se muito, hoje em dia, em superar essa herança, em particular o Partido e o Estado chamados *leninistas*. Isto é, a crítica aponta diretamente para aquilo que é o centro da contribuição mais relevante do líder bolchevique para o movimento revolucionário, a elaboração dos instrumentos para dirigir a revolução (o Partido) e a construção do socialismo no período de transição (o Estado proletário). A alternativa que os críticos propõem é a adoção das instituições democrático-burguesas, seja em relação ao Partido (onde o democratismo se traduz na eliminação do centralismo democrático e na defesa da convivência de diferentes facções em uma mesma organização) ou em relação ao Estado (com seu Parlamento burguês como critério para definição de seu caráter democrático). Os críticos não disfarçam, assim, sua rendição à democracia burguesa e o abandono das posições revolucionárias capazes de promover transformações profundas na sociedade e na vida.

No momento em que se discutem as alternativas para a crise do neoliberalismo, a reafirmação da herança leninista é, mais do que tudo, a reafirmação do caminho socialista, revolucionário, contra as mazelas do capitalismo.

Comissão Editorial



## Marxismo

### A perspectiva histórica do socialismo

*A transição do capitalismo ao socialismo compõe toda uma etapa histórica do desenvolvimento da Humanidade.*

João Amazonas

pag. 8

### Marxismo sem classe operária. É possível?

*As questões políticas de Marxismo sem utopia, de Jacob Gorender.*

Duarte Pereira

pag. 12

## Internacional

### A terceira via

*Ela aparece como alternativa ao capitalismo reformista e ao capitalismo selvagem, entre a social-democracia e o neoliberalismo.*

Manoel Monereo

pag. 22

### Globalização e Estado

*As conseqüências para o Brasil da operação desmonte promovida pela política neoliberal.*

Aldo Arantes

pag. 29

### Cuba: da recuperação econômica ao desafio ideológico

*A recente conjuntura econômica e política de Cuba.*

Luiz Manfredini

pag. 36

## Brasil

### A democracia neoliberal

*FHC e o PFL sonham em governar sem oposição nem riscos para a elite.*

Aldo Rebelo

pag. 40

### Carta das cidades

*Documento oficial da I Conferência das Cidades, realizada em dezembro de 1999 pela Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados.*

pag. 44

### Os problemas do Brasil urbano

*Palestra na I Conferência das Cidades.*

Aziz Ab'Saber

pag. 47

### Rumos para São Paulo

*Ao contrário do "renascimento" apregoado por FHC, a lógica neoliberal conduziu a cidade de São Paulo à decadência.*

Nádia campeão e Walter Sorrentino

pag. 52

### A crise do sistema de transporte

*Os problemas do transporte em grandes cidades como São Paulo.*

Valeska Peres Pinto

pag. 56

## História

### Feudalismo versus Capitalismo (Visões do Brasil - quinta parte)

*Na década de 1950, o pensamento progressista foi marcado pelo debate dos modos de produção na formação social brasileira, onde se destaca a obra de Nelson Werneck Sodré.*

José Carlos Ruy

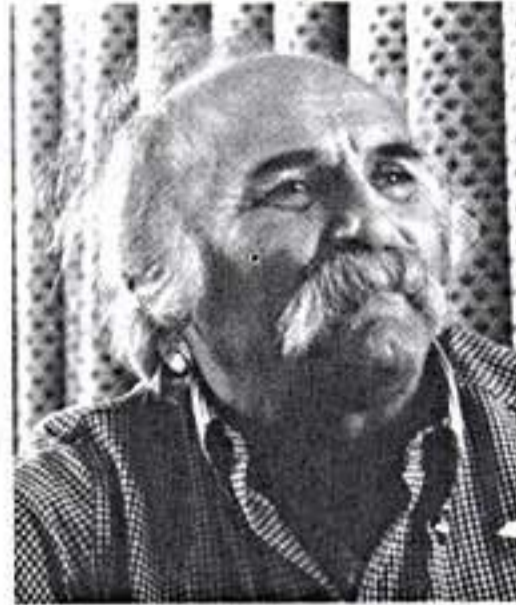
pag. 60



**A lanterna de Diógenes Arruda***Registro dos 20 anos da morte do dirigente comunista Diógenes Arruda Câmara.*

Olívia Rangel

pag. 68

**Cultura****A ação (endinheirada) da CIA para promover a cultura apolítica***Livro de Frances Stonor Saunders revela a ação da espionagem**norte-americana sobre intelectuais e organizações culturais.*

James Petras

pag. 70

**Rafael Alberti (1902-1999)***Registro da morte do poeta e comunista espanhol Rafael Alberti.*

Clóvis Moura

pag. 75

**Universidade****Mais futuro que passado***Apesar da formação tardia, a Universidade brasileira, vista num horizonte histórico mais longo, tem grandes perspectivas.*

Hermano Tavares

pag. 78

**Encarte Especial****As sete luas de sangue**

Tereza Costa Rêco

**Resenhas***David Bohm e a controvérsia dos quanta, Livro de Olival Freire Jr.**O significado da pintura abstrata, Livro de Maurício Puls**Organizações de bairro: história e práticas comunitárias que possam levar à sustentabilidade do meio na cidade de Paranaguá e Ilha dos**Valadares, Tese de Laura Jesus de Moura e Costa*

pag. 79

**Cartas**

pag. 81

*Capa: Edição Gráfica de Flávio Nigro**Contracapa: detalhe do quadro**Tiradentes, de Portinari***Registro**

pag. 82

**Diretor e Jornalista Responsável:** João Amazonas**Editores:** Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira e José Carlos Ruy**Comissão Editorial:** Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá, Priscila Arantes e Luiz Marcos Gomes**Conselho Editorial:** Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino**Colaboradores:** Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel**Secretários de Redação:** Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes - e-mail: princip@ruralsp.com.br**Projeto Gráfico:** Gilberto Maringoni**Diretor de Produção e Comercial:** Divo Guisoni**Administração:** Márcia Regina Viotto**Departamento de Circulação:** Claudia de Medeiros**Editoração Eletrônica:** Paper & Publisher - Produções Gráficas Ltda.**Fotolitos:** Digitexto**PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi****R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010 São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331 e 3266-4312****E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br**

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**Pontos de Venda:** SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bartira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estádio - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288, USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação. Rua Manoel Gaia, 442 - Vila Mazzei (em frente a Madeirense). ARACAJU: Banca S. Francisco - Pça. Olímpio Campos; Banca Ponte do Imperador - Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escariz - Shopping Jardins II, 81/83; Livraria Universitária - Didática I (UFS); Livraria Miruano - Didática II (UFS). CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226. FLORIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro. RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R Gastão Penalva, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181. GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhangüera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçadão - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311. RECIFE: Livromagazine - Av. Conde da Boa Vista, 688, fone 231-0036; Livraria Modelo - Shopping Center Recife, fonetax 465-5919, Shopping Tacaruna, fonetax 421-6460 e Shopping Guararapes, fonetax 468-4426; Livraria Imperatriz - Shopping Tacaruna, fone 421-6667 e Shopping Guararapes, fone 464-2424; Livraria Síntese - R. do Riachuelo, 202, fone 221-4044; Livraria Potylivros - Av. Conde da Boa Vista, 1413, fone 423-1100; Livraria Sodler - Aeroporto dos Guararapes, fone 326-0883; Bazaar 494 - R. da Hora, 456, fone 241-9842; Livraria 1001 Livros - R. do Príncipe, 410, fone 221-2270; Banca Globo I - Av. Guararapes, fonetax 224-0317; Banca Destaque - Av. Conde da Boa Vista, 814, fone 222-0799; Box Viva Ler - Shopping Boa Vista, quiosque 132. PORTUGAL: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo António dos Capuchos, 6 - b, 1100 - Lisboa/Portugal.



# A perspectiva histórica do socialismo



Combate de rua junto ao Palácio de Inverno. Revolução de Outubro de 1917 na Rússia

JOÃO AMAZONAS

*O processo revolucionário pode ser acelerado ou atrasado, dependendo de fatores fundamentais como o fortalecimento da consciência social e do Partido Comunista*



O movimento comunista vive grande crise, teórica e prática. No início do século XX uma situação semelhante foi identificada e enfrentada por Lênin. O movimento revolucionário adquire assim nova perspectiva, especialmente com a Revolução Russa de 1917.

Ainda hoje o movimento revolucionário vive uma fase defensiva ligada às derrotas sofridas pelo campo socialista. Surgiram muitas dúvidas e incompreensões. Mais do que nunca é necessário defender os fundamentos da teoria revolucionária e tratar conseqüentemente dos novos fatores que se acrescentaram à realidade objetiva.

Certos estudiosos, pretensamente marxistas, têm feito declarações públicas que expressam posições radicais contrárias aos fundadores do marxismo-leninismo. Buscam a causa da derrota na própria teoria revolucionária de Marx e Engels. Um deles chegou a falar de “marxismo sem utopia”. Mas Marx e Engels foram justamente as personalidades do mundo da ciência que mais combateram, em seu tempo, as teorias e os pensadores utópicos. Foi na polêmica exaustiva com tais concepções que desenvolveram o materialismo dialético e histórico.

Esse quadro atual de crise e dúvidas exige um balanço e a indicação de perspectivas.

### **A fundação da ciência social**

A segunda metade do século XIX foi intensamente marcada pelo desenvolvimento da teoria e o aprofundamento da ciência social. Em todos os campos a ciência se desenvolveu. Darwin, Hegel, Feuerbach e outros gigantes do pensamento humano atuaram nesse período. Todo esse acúmulo de conhe-

cimento fazia parte de um ambiente de discussão e efervescência sobre o estudo dos problemas da sociedade. Novas e complexas questões teóricas foram colocadas na ordem do dia. É nesse contexto que Marx e Engels desenvolveram as idéias mais avançadas e criaram a ciência social, a teoria revolucionária. Até então os problemas eram encarados empiricamente. Marx e Engels superam esses limites e, com o trabalho desenvolvido por eles, a teoria adquire o caráter de ciência.

Isso não aconteceu por acaso. As coisas não nascem espontânea ou voluntariamente. São necessárias as condições objetivas para a elaboração da teoria científica. O capitalismo havia alcançado pleno desenvolvimento e já expunha nitidamente suas contradições. Novos problemas teóricos surgiam como fruto dessa realidade objetiva. O marxismo se desenvolve, assim, em um momento de avanço do capitalismo que exigia pesquisas mais profundas. Esse processo diz respeito ao próprio progresso da sociedade humana.

A segunda parte do século XIX é, assim, marcada pelos esforços teóricos, que resultaram em grande progresso do pensamento humano. É um momento rico em avanços da filosofia e dos conhecimentos científicos relacionados a ela, que resultam na criação da teoria revolucionária, do materialismo dialético e histórico. Só para exemplificar, temos desse perí-

odo *O Capital*, uma obra monumental, em que Marx analisa a estrutura do capitalismo, suas contradições e suas perspectivas.

A teoria revolucionária não foi concebida nem se desenvolveu pacificamente, mas enfrentando profundas lutas e contradições – envolta pelos sérios problemas que se delineavam, à época, na tentativa de realização prática da teoria, do confronto teórico e político, no âmbito da Liga dos Comunistas e da I Internacional.

No início do século XX apareceu a contribuição genial de Lênin. Fundamentado em Marx e Engels, ele foi capaz de detectar os novos fenômenos que ocorriam no capitalismo e que não existiam quando os fundadores do marxismo viviam. Identifica uma nova etapa do sistema capitalista. Até então esse sistema se apresentava como o capitalismo da livre concorrência. Na virada do século XIX para o XX, o sistema dá um salto e atinge uma nova etapa – que Lênin examinou com profundidade, descobrindo suas características históricas objetivas – o imperialismo. Lênin escreve *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*, evidenciando os novos problemas apresentados pelo capitalismo colocados objetivamente na ordem do dia. Assim, o líder da Revolução Russa contribui para desenvolver a ciência social, defendendo ao mesmo tempo a teoria criada por Marx e Engels.

### **Lições do século XX**

Assim, a segunda metade do século XIX e o início do século XX assinalam a elaboração da teoria revolucionária. Se examinarmos o decorrer do século XX percebemos que é o século das grandes revoluções sociais, das grandes lutas libertadoras. Apresenta uma seqüência de importantes lutas revolucionárias nunca vistas antes na



História. Inicia com uma tentativa de revolução na Rússia em 1905 e tem, em 1917, a primeira revolução socialista – a primeira grande vitória do proletariado mundial, um acontecimento excepcional. Nessa mesma quadra histórica, outro acontecimento de vulto foram as batalhas revolucionárias na Alemanha, em que se destacou o nome de Rosa Luxemburgo.

O século XX é marcado ainda por outras gigantescas revoluções, como a Revolução Chinesa. Se a revolução de 1917 teve como cenário o fim da Primeira Grande Guerra, a Revolução Chinesa se deu no curso de uma longa batalha de cerca de 30 anos, que envolveu também a Grande Marcha. Por sua importância, ela se equipara à Revolução de Outubro na velha Rússia.

Nesse século tivemos também a revolução no Vietnã – uma luta heróica contra a dominação colonial em que o povo daquele pequeno país enfrentou e derrotou a França e a grande potência, os Estados Unidos. Também a Coreia do Norte fez sua revolução popular. Episódio relevante foi também a Guerra Civil Espanhola, marcada por um grande combate contra o fascismo e a reação franquista, luta em boa parte dirigida pelo Partido Comunista da Espanha.

Após a II Grande Guerra ocorreram as revoluções nos países que formaram posteriormente o campo socialista do Leste da Europa – Bulgária, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia,

---

## *As revoluções do século XX comprovam a teoria de Marx, Engels e Lênin*

---

Polônia, Iugoslávia e Albânia realizaram revoluções populares no quadro da luta antifascista, que em seu conjunto constituíram um importante acontecimento de alcance mundial.

A segunda metade do século XX é marcada também pela luta do povo cubano. Em Cuba, vence de início um movimento nacional-libertador, que depois evolui para se transformar na Cuba socialista, que resiste, apesar do cerco dos Estados Unidos.

Nesse século ocorreram ainda muitos movimentos revolucionários que se desenvolveram no processo de luta contra o imperialismo e conformaram o movimento pela descolonização. Em Portugal triunfa a Revolução dos Cravos, derrotando o regime fascista e pondo fim ao colonialismo na África. Inúmeras revoluções de caráter nacional e anticolonial tiveram lugar em vários continentes. A América Latina, e também o Brasil, viveu diversos períodos de efervescência revolucionária.

Assim, se examinarmos o século XX, veremos que é o século da rebelião e dos grandes movimentos libertadores, dos maiores movimentos progressistas que a Humanidade registra.

O que isso significa senão a confirmação da teoria de Marx, Engels e Lênin? O que eles elaboraram e fundamentaram com a ciência social foi comprovado na prática pelas revoluções desse século. Essas grandes lutas se deram sob o prisma das apreciações – maduras e corretas – de que o capitalismo já apresenta sua **necessária** superação.

Hoje se concentram críticas sobre as elaborações de Marx, Engels e Lênin, procurando caracterizá-los como “positivistas” por terem afirmado que o socialismo seria inevitável. São argumentações que, no fundo, servem à defesa do capitalismo. O que Marx e Engels afirmaram foi que – **historicamente** – é inevitável

a superação do capitalismo pelo socialismo, do mesmo modo que foi a superação do feudalismo pelo capitalismo. Esse tipo de crítica à teoria marxista é, na verdade, uma maneira de defender de forma envergonhada o sistema capitalista.

Ao mesmo tempo que enfrentamos o combate ao marxismo-leninismo, como lutadores de vanguarda não podemos deixar de verificar os problemas que ocorreram no movimento comunista e revolucionário. E nesse importante estudo temos algumas lições a extrair.

A mais importante nos diz que temos de considerar que a transição do capitalismo ao comunismo não é espontânea nem tarefa de curto prazo. Esse é um dos grandes ensinamentos que os problemas mundiais enfrentados pelas revoluções no século XX nos colocaram. **A transição do capitalismo ao comunismo é uma grande etapa histórica** que não pode ser medida em décadas. Nessa etapa histórica haverá vitórias e derrotas, avanços e recuos. O processo de transformação da sociedade vai se dar numa etapa de maiores dimensões porque a vida demonstra que o socialismo não é algo perfeito e acabado, que feita a revolução, tudo será resolvido. É, ao contrário, um novo modo de produção, uma forma nova de organizar a sociedade, nos marcos de um difícil processo para conquistar a consciência das pessoas.

As relações capitalistas de produção nasceram no seio da sociedade feudal junto às novas formas que levaram à ascensão do capitalismo. Já as relações socialistas de produção não podem surgir dentro do sistema capitalista, que é inteiramente, e por princípio, contrário a elas. O novo modo de produção socialista só pode nascer com a vitória da revolução proletária. Mas como construir a nova sociedade? Não



há receita nem modelo a seguir, pois as nações do mundo são diferentes – há algumas vivendo em fases quase feudais e até em certo sentido escravistas; há outras bastante avançadas. O novo regime foi criado em nações atrasadas, como a velha Rússia. Na China, as tarefas são imensas com uma população de mais de 1 bilhão e 200 milhões de habitantes. Não são fáceis nem simples as realizações e conquistas da revolução. As derrotas nos ensinam que a revolução, uma vez vitoriosa, está sempre cercada pelo capitalismo – que tem os meios de influenciar indivíduos isolados e camadas dos países revolucionários. A transição ao socialismo é, assim, problema de toda uma etapa histórica.

Por outro lado, essa compreensão não nos deve deixar paralisados com a derrota nem enredados com suas conseqüências negativas. Ao contrário, devemos ter presente a noção de que a etapa histórica de transição já começou e vai prosseguir. O século XXI será marcado por intensas lutas e preche de movimentos revolucionários.

Compreendendo não ser fácil a passagem do capitalismo ao socialismo, temos ao mesmo tempo a percepção de que está em nosso alcance a possibilidade de acelerar o processo para a passagem à nova etapa histórica.

### **Quais são os fatores que podem apressar a superação do capitalismo?**

O primeiro envolve o devido equacionamento da questão da **consciência social**. Não se conquista facilmente a consciência das pessoas. É fundamental que o grande desenvolvimento da ciência social e da teoria revolucionária, além de ganhar as fileiras do Partido Comunista, abarque as grandes massas da população. Lênin já dizia que sem teoria revolucionária

não há movimento revolucionário; quer dizer, sem a formação de uma consciência social revolucionária, não há revolução que se concretize e se sustente. É uma tarefa na ordem do dia no mundo inteiro a de desenvolver o processo de formação de uma consciência social avançada e levá-la às grandes massas do povo. Portanto, é tarefa fundamental do Partido elevar sua formação teórico-ideológica e promover a conseqüente disseminação da teoria na sociedade.

O segundo fator é a existência do Partido Comunista – **a questão do Partido** como fomentador dessa consciência social. Na sociedade ele é o portador da consciência revolucionária, que não nasce espontaneamente no contexto social, nem mesmo nos movimentos popular e operário. Esse é um problema teórico de grandes dimensões. O Partido Comunista é o único que pode difundir a teoria revolucionária e ganhar o conjunto da população para a compreensão dos fenômenos da sociedade. Assim, ao contrário do que dizem certos pensadores sobre o papel da classe operária e do Partido, é ele uma necessidade histórica, fundamental na aceleração da etapa de transição.

Não concordamos com os falsos teóricos quando afirmam que a teoria marxista está errada porque não se concretizou a previsão de Marx e Engels de que a revolução socialista ocorreria nos países mais desenvolvidos. Isso nos remete a uma diferenciação importante na análise da teoria. Há afirmações que, mesmo tendo sido feitas pelos autores clássicos, não fazem parte da teoria revolucionária propriamente dita.



V. I. Lênin

Constituem tentativas de aplicação da teoria, opiniões conjunturais.

Lênin enfatizou a esse respeito que havia chegado a época das revoluções proletárias, das grandes lutas contra o capitalismo, caracterizando esse sistema como portador da reação em toda linha e da intensificação do jugo nacional – o imperialismo.

Esse problema envolve todos os povos do mundo em nossa época. Mesmo no Brasil já compreendemos que não ocorrerá revolução sem se enfrentar o inimigo maior – o imperialismo – o que põe em relevo a questão nacional. O capitalismo não tem saída. O monopólio se aprofunda cada vez mais em todas as partes e ramos da economia. A riqueza se concentra nas mãos de um pequeno grupo de pessoas e as megafusões aceleram esse processo.

Por isso, entendemos que a revolução é inevitável. Porém, não é automática. Depende de um gigantesco trabalho de disseminação da consciência social, da teoria revolucionária e de um grande esforço do Partido para organizar o povo.

João Amazonas é presidente nacional do Partido Comunista do Brasil-PCdoB



# Marxismo sem classe operária. É possível?



Manifestação em comemoração ao 1º de maio. São Bernardo, 1997

**DUARTE PEREIRA**

*Utopia é supor uma outra classe, real ou imaginária, para cumprir o papel histórico do proletariado*



“Na minha idade, não quero mais ser enganado nem enganar ninguém.” Com esse desabafo amargo, o historiador e ensaísta Jacob Gorender justificou, em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, seu último livro, *Marxismo sem utopia*, lançado no final do ano passado. (1)

Hoje com 77 anos, Gorender iniciou sua militância como jovem universitário em Salvador, Bahia, durante o Estado Novo. Ingressou nas fileiras comunistas e combateu o nazi-fascismo na Itália, como pracinha. Na década de 50, estudou em Moscou durante dois anos, na escola mantida para quadros nacionais e estrangeiros pelo Partido Comunista da União Soviética. Conhecedor do idioma russo, traduziu para o português obras que influenciaram gerações de militantes brasileiros, como o *Manual de Economia Política* (Vitória, 1961), da Academia de Ciências de Moscou, e a obra coletiva de filósofos e cientistas sociais soviéticos *Fundamentos do Marxismo-Leninismo* (Vitó-

ria, 1962). Tornou-se um dos dirigentes destacados do PCB no final dos anos 50 e foi um dos fundadores do PCBR em 1968. Preso e torturado dois anos depois, comportou-se com dignidade revolucionária. Depois de solto e anistiado, permaneceu sem vinculação partidária até filiar-se recentemente ao PT.

Gorender vivenciou, portanto, a estagnação teórica, o transplante de orientações políticas e a tendência à idealização dos eventos históricos, que tanto prejudicaram o movimento comunista internacional no século XX. É compreensível que tenha dedicado seus esforços, nos últimos anos, a produzir uma obra marxista de marcado sentido crítico e antidogmático. Ocorre que, “ao limpar

o terreno para essa renovação”, como ele próprio escreveu em 1957, é preciso estar vigilante “para que não brote e se expanda livremente a erva daninha do revisionismo”, que ameaça os fundamentos teóricos e políticos do marxismo. (2) O desafio é combater o dogmatismo sem resvalar no ecletismo, opor-se ao revolucionarismo voluntarista sem cair na acomodação reformista, renovar o projeto socialista preservando seus traços constitutivos. Como Gorender tem enfrentado esse duplo desafio?

### Crítica demolidora

Em *Marxismo sem utopia* Gorender pretende, conforme anuncia, “examinar o cerne da obra de Marx e Engels”, ou seja, o projeto político e intelectual de “retirar a idéia do comunismo do âmbito da utopia e assentá-la sobre fundamentos científicos”. A tese de Gorender é que, “no caminho da utopia à ciência, Marx e Engels ficaram no meio do trajeto” e, por isso, seria preciso “retificar assertivas essenciais da teoria marxista”. (3)

## Contribuições importantes

É possível distinguir, na obra recente de Gorender, três momentos. Inicialmente, empenhou-se em desfazer a interpretação, tradicional na maioria da esquerda, da sociedade brasileira como “semicolonial e semifeudal” e da revolução brasileira como “nacional e democrática”, em obras como *O escravismo colonial* (Ática, 1979); *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro* (Global, 1981); *A burguesia brasileira* (Brasiliense, 1981) e a intervenção “A revolução burguesa e os comunistas”, incluída na coletânea de ensaios sobre Florestan Fernandes, *O saber militante* (1987). Caracterizando a formação social brasileira como escravista até 1888 e alertando para as particularidades do desenvolvimento do capitalismo a partir do escravismo e não do feudalismo, Gorender prestou uma contribuição decisiva para desmontar mal-entendidos enraizados no pensamento brasileiro. Salientando o domínio já completado do capital industrial e, portanto, o caráter capitalista da formação brasileira desde a década de 60, esclareceu a natureza socialista da etapa revolu-

cionária atual, ajudando a desatar outro nó antigo.

É certo que, no afã de refutar o esquema habitual dos cinco modos de produção, afirmou também que o escravismo brasileiro seria um modo de produção essencialmente distinto do escravismo da Antiguidade, o que é difícil de sustentar, e que teria havido um modo de produção plantacionista latifundiário, baseado em formas camponesas dependentes, na transição do escravismo para o capitalismo no Brasil, hipótese infundada, que teve a coragem intelectual de abandonar posteriormente. No conjunto, porém, as investigações históricas de Gorender representaram uma contribuição valiosa para a reinterpretação marxista da origem e das etapas de desenvolvimento da sociedade brasileira.

Voltou-se, em seguida, para a avaliação do fracionamento das correntes de esquerda e das experiências de resistência armada ao regime ditatorial-militar, publicando *Combate nas Trevas* (Ática, 1987). Pela abrangência, o estudo não poderia evitar lacunas e imprecisões. Ainda assim, abordou com objetividade a evolução do conjunto das organizações de esquerda e não fugiu ao exame de episódios controvertidos, como



Para demonstrar seus enunciados audaciosos, Gorender desenvolve uma argumentação encadeada. Na primeira parte do livro, examina a elaboração teórica e política de Marx e Engels para identificar, já nas propostas dos fundadores do socialismo científico, manifestações supostamente claras de utopismo na visão do capitalismo, na atribuição de uma missão revolucionária ao proletariado, na projeção da sociedade comunista e na própria concepção do caráter necessário, sujeito a leis, do desenvolvimento histórico.

Na segunda parte do livro, Gorender acompanha as propostas de Marx e Engels sendo postas à prova na prática das revoluções socialistas e no desenvolvimento do capitalismo ao longo do século XX, para concluir, de forma acentuadamente negativa, com

“o fracasso das construções sociais inspiradas no marxismo”, com os partidos bolchevizados “acabando todos no refluxo geral do final do século XX” e com o juízo de que “a previsão que parece razoável e sensata” é a que assegura “o domínio planetário do sistema capitalista e a preeminência dos Estados Unidos”, ao longo do século XXI. Partindo de um balanço tão desfavorável, não admira que cite, aprovadamente, a avaliação feita por Bobbio dos resultados das lutas revolucionárias no século que está se encerrando como “um sacrifício que deu em nada, sangue que escorreu pelo ralo da história”. Indagando-se sobre as causas de tamanho malogro, Gorender não deixa de mencionar diferentes fatores circunstanciais, mas destaca, como fator básico, a “inviabilidade

sistêmica” do projeto socialista que se tentou levar à prática, relacionando-a com os elementos utópicos destacados na proposta de Marx e Engels. (4) A raiz do malogro estaria, portanto, no próprio projeto de Marx e Engels, que teria de ser retificado.

É o que Gorender se arrisca a fazer na terceira parte do livro. Enfrentando o debate contemporâneo sobre o capitalismo e suas perspectivas de evolução, Gorender mantém uma postura crítica e anticapitalista, mas procura retificar os elementos supostamente utópicos da proposta de Marx e Engels para delinear um projeto de socialismo viável. Este projeto é apresentado como uma simples possibilidade histórica, objeto de uma escolha a ser feita. E embora Gorender denomine a nova sociedade de “socialista-comunista”, para evitar uma disputa terminológica prematura, de fato afasta a idéia de uma etapa superior comunista, por considerá-la o auge do utopismo de Marx e Engels, e conserva apenas a primeira etapa, reinterpretada. Nela permanecerão, indefinidamente, a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho

## *O sangue derramado nas revoluções do século XX, concorda ele, “escorreu pelo ralo da história”*

a execução de militantes suspeitos de colaborarem com os órgãos repressivos.

Partindo do princípio correto de que a violência revolucionária “não pode ser absoluta e incondicionada”, Gorender procurou encaminhar a reavaliação do que teria sido, a seu juízo, o “erro fundamental” das correntes de esquerda: “o erro de ter feito da opção pela luta armada imediata o divisor de águas com relação ao reformismo pacifista do PCB. Rejeitar o caminho pacífico significava decidir-se pelo caminho armado da revolução, porém não devia significar a luta armada imediata, nem mesmo concentração de esforços no sentido de preparar qualquer luta armada. Devia implicar, isto sim, novo tipo de trabalho de massas e de alianças políticas, o que, em momento favorável sem prazo fixado, quando se concentrassem suficientes condições objetivas e subjetivas, conduziria à luta armada revolucionária”. (1) Registre-se que Gorender tem razão em insistir na necessidade de condições objetivas e subjetivas para que qualquer luta armada revolucionária possa ser deflagrada e sustentada com êxito, mas não resolve satisfatoriamente o problema de que ela não pode tam-

bém surgir espontaneamente do simples avanço da luta de massas.

Acertadas as contas com o passado, impunha-se a um marxista como Gorender a tarefa de buscar alternativas teóricas e práticas para dar prosseguimento à luta pelo socialismo. A tarefa requeria, por um lado, a atualização da análise marxista do capitalismo; por outro, o exame das experiências positivas e negativas dos países socialistas; e, para viabilizá-los, o aprofundamento de questões ontológicas e metodológicas, insuficientemente tratadas pela tradição marxista. Uma pauta nada singela.

Trabalhando profissionalmente, Gorender planejou e editou a coleção *Os Economistas*, publicada pela editora Abril Cultural, tendo escrito duas introduções primorosas aos textos de Marx inseridos na coleção. (2) Atento à circulação de novas idéias, escreveu uma crítica certeira à visão catastrofista de Kurz e à teoria de um pretenso “modo de produção social-democrata”, formulada por Francisco de Oliveira. (3) Mais recentemente, como professor visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP, redigiu o estudo “Globalização, tecnologia e relações



manual, um Estado antiburguês mas democrático e pluralista, diferentes formas de propriedade dos meios de produção e a combinação do princípio do mercado com o princípio do planejamento, “em grande parte ou na maior parte” indicativo. Como forças sociais capazes de implementar esse projeto socialista atualizado, indica um bloco formado pelos trabalhadores assalariados, sob a direção da nova classe dos assalariados intelectuais, retirando da classe operária esse papel hegemônico por considerá-la “ontologicamente reformista”. (5) Marx e Engels teriam se equivocado, por conseguinte, tanto na formulação do objetivo, quanto na identificação da força social capaz de realizá-lo.

O que pensar das críticas de Gorender à teoria marxista e das alternativas que sugere? Não seria possível, nos limites de um artigo, comentar o diversificado leque de temas abordados no livro de Gorender, nem recapitular todas as observações pertinentes e instigantes que contém. É forçoso concentrar a atenção nas questões cruciais que estruturam a obra.

### Visão dialética do capitalismo


“Marx partiu de uma visão utópica a respeito do capitalismo do seu tempo”, avalia Gorender. (6) Já em meados do século XIX, estaria convencido de que o capitalismo deixara de ser compatível com o desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, esgotara suas possibilidades históricas. Tal expectativa, refutada pela experiência, é a primeira manifestação de utopismo em Marx e Engels apontada por Gorender. Essa crítica frequente já foi estendida a outros dirigentes marxistas, como Lênin ou Mao. E não se pode negar que o movimento comunista internacional era embalado, até os anos 70, por uma projeção excessivamente otimista do desmoronamento capitalista. Essa sofreguidão, compreensível mas simplificadora, reaparece em certas análises estagnacionistas da economia capitalista atual. Não há dúvida de que tais avaliações representam uma manifestação de utopismo, de carência de rigor científico na apreciação do desenvolvimento capitalista e de suas alternativas. Explicam-se pela impaciência com o prolongamento da exploração capitalista e da

cadeia de sofrimentos que impõe à maioria da Humanidade, como ressalva Gorender. Ainda assim, não se justificam, pois a luta socialista não pode ser eficaz se a generosidade substitui a ciência.

É preciso, no entanto, contrapor à crítica duas observações. A primeira é que a alternativa para a precipitação utópica não pode consistir em resignar-se, a pretexto de objetividade científica, à persistência indefinida do capitalismo, perdendo de vista suas contradições e tropeçando numa análise também simplificadora e antidialética de seu desenvolvimento. Não é necessário aguardar que o capitalismo esgote todas as possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas e atole num impasse produtivo, para que possa ser ultrapassado. Mesmo que o desenvolvimento capitalista prossiga, apesar dos embaraços crescentes, ele produz efeitos sociais, ambientais, políticos e culturais desfavoráveis para a maioria da humanidade. Esses efeitos não podem ser negligenciados. Justamente porque a história não é linear nem esquemática, e porque não existe, como escreve

de trabalho”. (4) Na outra frente de pesquisa, organizou e apresentou o volume sobre *Bukharin* da coleção *Grandes Cientistas Sociais* (Ática, 1990) e escreveu *Perestroika: origens, projetos, impasses* (Atual, 1991). Com o fim da União Soviética e a intensificação da ofensiva neoliberal, produziu um livro engenhoso, *Marcino e Liberatore: diálogos sobre marxismo, social-democracia e liberalismo* (Ática, 1992), e em 1998, por ocasião do sesquicentenário do *Manifesto Comunista*, o artigo “A prova da história” (5), textos em que já antecipava algumas das teses desenvolvidas por ele recentemente. Seu último livro, *Marxismo sem utopia*, representa, de certa maneira, a condensação e o coroamento dessas análises e reflexões.

Um marxista que acompanhasse, com atenção, a trajetória teórica de Gorender, notaria que ele se empenhava num combate unilateral contra o dogmatismo e o autoritarismo, sem conjugá-lo com a luta igualmente necessária contra o revisionismo e suas expressões políticas, contra-revolucionárias ou reformistas. Perceberia também o defeito básico de suas análises do “experimento soviético”, como o denomina: enquanto enfatizava com paixão os erros cometidos sob a di-

reção de Stálin, acolhia com simpatia as propostas de Kruschchev, Brezhnev e Gorbachev como projetos de democratização e renovação do socialismo, e não como processos de liberalização burguesa e restauração gradativa do capitalismo, como de fato eram e os acontecimentos dos últimos anos confirmaram. Esses equívocos acabaram repercutindo de forma concentrada no último livro de Gorender. 

Duarte Pereira

Notas:

- (1) J. Gorender, *Combate nas Trevas*, S. Paulo, Ática, 1987, pp. 236 e 205.
- (2) J. Gorender, “Introdução”, em Karl Marx, *Para a Crítica da Economia Política e outros textos*, trad. de Edgard Malagodi e outros, S. Paulo, Abril Cultural, coleção Os Economistas, 1982, pp. VII-XXIII; e J. Gorender, “Apresentação”, em Karl Marx, *O Capital*, trad. de Régis Barbosa e Flávio Kothe, S. Paulo, Abril Cultural, coleção Os Economistas, 1982, vol. I, pp. VII-LXXII.
- (3) J. Gorender, “Teses em confronto”: do catastrofismo de Kurz ao social-democratismo de Chico de Oliveira”, *Universidade e Sociedade*, revista da Andes, S. Paulo, ano IV, no. 6, fevereiro-julho de 1994, pp. 40-49.
- (4) Publicado na revista *Estudos Avançados*, S. Paulo, 11(29), janeiro-abril de 1997, pp. 311-361.
- (5) Publicado na revista *Estudos Avançados*, S. Paulo, 12(34), setembro-dezembro de 1998, pp. 51-53.



Gorender, “um instrumento preciso de medição do grau de maturidade do capitalismo para ser historicamente superado” (7), os socialistas devem buscar, permanentemente, todas as instabilidades e brechas que possam apressar a superação do capitalismo, mesmo que através de etapas intermediárias e alianças ampliadas. Como revolucionários e como dialéticos, sua perspectiva constante deve ser a da transformação, e não a da simples interpretação.

A segunda observação, mais importante, é que a projeção equivocada de Marx e Engels não pode ser considerada o aspecto principal de sua visão do capitalismo. As teorias do valor-trabalho e da mais-valia, como destaca Gorender, mas também as dos preços de produção, das crises cíclicas e da queda tendencial da taxa média de lucro representam contribuições científicas definitivas. Desvendaram o segredo da exploração capitalista e delinearão as tendências de desenvolvimento da economia dominada pelo capital. A transitoriedade da sociedade burguesa foi, além disso, sublinhada pelas duas seqüências causais mencionadas por Gorender: a seqüência exposta na sucessão das formações sociais e a seqüência referente às contradições internas do modo de produção capitalista, principalmente a contradição entre a socialização crescente dos processos de trabalho e de produção e a centralização e concentração também crescentes da propriedade e controle dos meios de produção. A essas contribuições não se pode deixar de acrescentar a teoria do imperialismo, formulada por Lênin e por outros marxistas no começo do século XX, teoria que ajudou a elucidar, inclusive, as novas condições da luta pelo socialismo.

Essas contribuições, ratificadas pela experiência histórica, são científicas e representam o conteúdo essencial da teoria marxista e leninista do capitalismo

## *Para ele, a classe operária é reformista e incapaz de fazer a revolução socialista*

e do imperialismo. Contêm ilações localizadas que não foram confirmadas, lacunas que precisam ser preenchidas e, naturalmente, devem ser atualizadas para dar conta de novos fenômenos e tendências. Mas não seria correto concluir, por isso, que Marx, Engels e seus discípulos mais qualificados não cumpriram a promessa de substituir a crítica moral e utópica do sistema capitalista-imperialista por uma visão científica, dialética e sólida de seu desenvolvimento. As projeções inadequadas, destacadas por Gorender e por outros críticos, constituem um aspecto secundário, que não obscurece a tarefa realizada.

### **O potencial revolucionário da classe operária**

“A influência da propensão utópica em Marx e Engels pode ser constatada na sua abordagem do proletariado”, escreve Gorender. (8) Reformista por natureza, o proletariado não teria como cumprir o papel revolucionário que Marx e Engels esperavam dele.

Gorender, ao contrário de outros autores, não confunde os operários com os empregados envolvidos em atividades produtivas indiretas de supervisão e chefia, nem com os trabalhadores assalariados improdutivos. Mas também não os reduz aos operários fabris, pois inclui no proletariado, acertadamente, os trabalhadores assalariados que executam atividades produtivas diretas na agricultura, no transporte, na armazenagem ou na

distribuição comercial de mercadorias. Reconhece também que o proletariado tem sido combativo como reformista. Reduz, no entanto, sua participação nas lutas revolucionárias do século XX. Ressalta que, depois de crescer e concentrar-se, está sofrendo uma diminuição relativa e absoluta e uma diferenciação acentuada nas condições de vida e de trabalho. E, embora reafirme o antagonismo inextirpável entre o proletariado explorado e a burguesia exploradora, sustenta, contraditoriamente, que “este antagonismo conduz o proletariado a lutar contra sua exploração nos limites somente da existência do sistema capitalista”. (9) Desses elementos extrai a conclusão de que o proletariado é *ontologicamente* reformista e, por isso, não pode liderar a luta pelo socialismo.

Enquanto isso, prossegue Gorender, uma nova classe, a dos trabalhadores assalariados intelectuais, cresce numericamente, ocupa posições estratégicas no sistema produtivo, tem capacidade maior de percepção e alarga sua influência em todos os aspectos da vida coletiva. Logo estará capacitada a exercer a hegemonia na luta de todos os assalariados, mesmo não sendo representada por um partido próprio.

São vários os elos inconvincentes nessa argumentação surpreendentemente frágil. Em todo modo de produção antagonico, ou seja, baseado em alguma modalidade de exploração do trabalho, há duas classes fundamentais e contrapostas, a dos proprietários exploradores e a dos trabalhadores expropriados. Se o modo de produção continua sendo capitalista, conforme admite Gorender, como pode surgir uma terceira classe explorada, distinta do proletariado?

Gorender não desconhece que uma classe não precisa ser majoritária para ser hegemônica. Essencial é que seus interesses objetivos confluem com as aspirações progressistas da humanida-



de. A burguesia, por exemplo, não podia consolidar seu domínio sem instituir, contra a estrutura de estamentos e de feudos, a igualdade jurídica de todos os cidadãos e a liberdade de deslocamento e de trabalho, o que correspondia também aos interesses da ampla maioria social. Acontece processo semelhante com a classe operária. Inserida numa forma de trabalho e de produção social, não pode emancipar-se sem socializar também a propriedade e o controle dos meios produtivos fundamentais, o que corresponde igualmente aos interesses da maioria das classes e camadas sociais dos países capitalistas. É esta condição objetiva que confere à classe operária um papel histórico e central na luta contra o domínio burguês e por uma nova e socialista forma de vida civilizada.

É difícil aceitar que os interesses objetivos da classe operária a constringam a lutar apenas pelo aperfeiçoamento de sua exploração, enquanto os interesses objetivos da burguesia a teriam impellido à ruptura revolucionária com a ordem feudal. A burguesia também tendia ao compromisso com as monarquias e com a nobreza latifundiária e não teria ido à luta radical contra o “*ancien régime*” sem a liderança de políticos e intelectuais democráticos e sem o concurso ativo do campesinato e, adiante, do proletariado nascente. Nenhuma classe é *espontaneamente* revolucionária, pois, para formular um projeto histórico de transformação social, precisa ultrapassar sua prática econômica e a visão isolada de si mesma e de seus interesses imediatos. Ao contrário do que argumenta Gorender (10), nenhuma classe dispensa, portanto, a ajuda, a orientação e o exemplo de representantes políticos e culturais. Sem a contribuição dessa vanguarda, nem os resultados nem a própria luta revolucionária podem ser considerados certos.

Ainda menos convincente é a alternativa imaginada por Gorender. (11) Os trabalhadores intelectuais assalariados formam um aglomerado heterogêneo, que abrange camadas vinculadas a atividades superestruturais e setores envolvidos com atividades propriamente produtivas. Os primeiros representam aliados importantes dos operários. Os últimos tendem a constituir uma fração nova e qualificada da classe operária, e não outra classe. Gorender não demonstra que, em conjunto, os assalariados intelectuais integrem uma posição de classe diferenciada das demais, nem que expressem interesses objetivos distintos dos interesses operários. Pelo nível de instrução superior, têm, sem dúvida, maior facilidade de compreensão intelectual dos problemas enfrentados pelos trabalhadores nas sociedades capitalistas. Isto não assegura, porém, que tenham maior consequência na ação. Pela remuneração mais alta e pelas condições de vida mais favoráveis, podem inclinar-se a uma luta nos limites do sistema capitalista, ainda mais do que os trabalhadores manuais.

A questão de fundo é que a classe operária, como qualquer outra, não é *ontologicamente*, em si, nem revolucionária nem reformista. A argumentação de Gorender reflete essa dificuldade teórica: quer demonstrar que a classe operária é *ontologicamente* reformista e alinha ocorrências que demonstram que ela tem sido assim, em geral, *empiricamente*. De um ponto de vista dialético, parece mais acertado afirmar que o ser da classe operária é contraditório e confronta a propensão revolucionária, decorrente de sua exploração, com os obstáculos e receios que dificultam que essa tendência se efetive. A classe operária seria, assim, *tendencialmente* revolucionária, tendência que não pode concretizar-se

se ela não alcança uma compreensão abrangente da sociedade capitalista e não abraça, com a mente e o coração, um projeto de transformação estrutural dessa sociedade.

Para isso, conforme já assinalavam Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, é imprescindível a contribuição de uma parcela da intelectualidade. Aqui é que se insere a responsabilidade política e moral – que Gorender tem dificuldade de admitir – das correntes políticas, sindicais e culturais que deveriam ajudar a classe operária a cumprir seu papel revolucionário e aglutinador e, no entanto, se empenham em desnorteá-la e dividi-la. Por mais difícil que seja, não há, porém, como fugir a essa tarefa de ajudar a classe operária a elevar sua consciência e sua organização para cumprir a missão revolucionária que a história lhe reservou. Utópico é supor que outra classe, real ou imaginária, possa cumprir esse papel.

### O difícil socialismo

O percurso das revoluções socialistas difere da trajetória das revoluções capitalistas. Esta tese, que Gorender atribui a Bukhárin, já estava presente na tradição marxista anterior. Por substituir uma forma de propriedade privada por outra, uma modalidade de exploração do trabalho por outra, as transformações capitalistas começam na esfera econômica. As revoluções políticas são feitas para consolidar e estender as relações capitalistas já existentes na economia. As revoluções socialistas têm de seguir, forçosamente, outro itinerário. Baseando-se na propriedade social, principalmente estatal, dos meios de produção fundamentais e requerendo o planejamento centralizado dos setores-líderes da economia, as revoluções socialistas têm de iniciar-se pela esfera política,



pela mudança do regime estatal, tanto de seu conteúdo de classe quanto de suas formas institucionais, para poder passar à construção das novas relações econômicas e culturais.

Esta compreensão é decisiva, pois demarca as fronteiras com as ilusões reformistas de que o socialismo possa começar a ser construído sob um Estado burguês. O desenvolvimento das forças produtivas, a socialização dos processos de trabalho e de produção e a emergência de organizações econômicas centralizadas são premissas materiais que se formam no âmbito do capitalismo e facilitarão a transição para o socialismo. Mas, para deflagrar essa transição, a implantação firme de um novo Estado, operário-popular, é um passo prévio e incontornável. Se acrescentarmos o desenvolvimento cultural insuficiente da maioria dos trabalhadores, fica patente por que a construção da nova sociedade é tão difícil. Uma cozinheira não pode converter-se numa estadista a um passe de mágica. Não são apenas as relações econômicas que precisam ser moldadas, como destaca Gorender. O novo regime democrático-popular também precisa ser construído gradativamente, sem perder de vista que toda classe dominante nova é frágil e precisa cercar-se de salvaguardas. Num processo tão árduo, seria inviável não cometer erros, sobretudo nos primeiros regimes socialistas, que não podiam aprender com experiências anteriores, positivas e negativas.

Atentos a essas dificuldades, Marx e Engels passaram a distinguir duas fases na construção da nova sociedade, comunista ou socialista – a distinção terminológica é secundária, pois se trata de fases de uma mesma formação social. Referindo-se à fase



inferior da nova sociedade, Marx alertava, em 1875, na *Crítica ao Programa de Gotha*, que “não se trata aqui de uma sociedade comunista que se desenvolveu sobre sua própria base, mas de uma que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta ainda em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede”. (12) Mais tarde, atuando num país imperialista atrasado, como a Rússia czarista, Lênin acrescentou uma fase anterior, democrático-revolucionária. Mais recentemente, refletindo sobre suas próprias vicissitudes, os comunistas chineses agregaram uma “etapa primária” no esforço de construção socialista. Aqui se impõe um comentário: nenhum marxista deveria refletir sobre esses problemas nos dias atuais, baseando-se apenas na experiência soviética, por mais relevante que tenha sido; é preciso levar em conta também os esforços e as opiniões dos regimes socialistas que resistem e procuram novos caminhos de transição, principalmente os da China, de

Cuba e do Vietnã, para citar os mais importantes e originais.

Os marxistas evoluíram, portanto, no sentido de afastar simplificações utópicas e de levar em conta, com rigor crescente, as dificuldades na construção da nova sociedade. Não renunciaram, porém, à perspectiva de alcançar, ao final de muitas décadas ou séculos de esforços, a meta da fase “superior” ou “comunista” desta sociedade. Para Gorender, porém, essa meta é “utópica”, representa mesmo o “auge” do utopismo, e deveria ser abandonada. Críticas semelhantes têm sido feitas a Marx e aos marxistas por outros autores, como Adolfo Sánchez Vázquez, em *Do socialismo científico ao socialismo utópico* (México, Ediciones Era, 1975).

Que se tem entendido, na tradição marxista, pela fase superior da sociedade comunista ou socialista? Em primeiro lugar, o fim de qualquer modalidade sistemática de exploração do trabalho e, portanto, o fim das classes e do Estado como aparato opressor de classe. Essa mudança, tão profunda, seria consolidada com o fim também da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, das diferenças entre cidade e campo e das desigualdades entre homens e mulheres. Não é preciso repisar as dificuldades para atingir esses objetivos. Mas podem ser afastados como inviáveis? O progresso técnico, os avanços políticos, as lutas igualitárias, as vitórias obtidas pelo socialismo não prenunciam essas possibilidades?

Gorender recupera, como uma das lições extraídas das experiências socialistas, a necessidade de combinar diferentes formas de propriedade, inclusive privada. Numa conjuntura desfavorável, os atuais países socialistas estão admitindo, inclusive, for-



mas de propriedade capitalista, até mesmo oligopolista. Não é possível, porém, aceitar que as formas de propriedade privada que conduzem à exploração de trabalhadores não-proprietários, possam ser mantidas indefinidamente, porque isso implicaria em renunciar à abolição da exploração do trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas e a socialização do trabalho não indicam que esse objetivo seja inviável.

Gorender recorda também, com acerto, que existem duas teorias sobre a origem do Estado na tradição marxista. Sobre a *origem*, não sobre o *desenvolvimento* do Estado, pois, a partir de certa fase histórica, todos os Estados se converteram em aparatos de dominação de castas, estamentos ou classes, no sentido moderno. Nessa acepção *restrita*, desaparecendo a exploração do trabalho e as classes, o Estado terá que desaparecer. Seria utópico imaginar, no entanto, que a humanidade, a partir daí, se autogovernaria em alguma espécie de democracia direta, sem representação política e sem instituições especializadas. A idéia de que o “governo das pessoas” possa ser substituído pela “administração das coisas” contradiz a visão marxista de que as relações com a natureza exterior não podem ser desvinculadas das relações sociais; necessariamente, a “administração de coisas” é também “governo de pessoas”. Gorender tem razão, portanto, quando enfatiza que será preciso encontrar novas formas estatais, em sentido *amplo*, para salvaguardar os direitos individuais, incorporar as massas trabalhadoras ao governo, combinar a democracia representativa com formas de democracia direta, conjugar instituições locais com instituições mundiais.

## *É incorreto filiar o pensamento de Marx e Engels, materialista e dialético, ao determinismo mecanicista*

Nem por isso as formas atuais de Estado e de governo precisariam ser mantidas. A referência de Gorender ao debate provocado pela tese de Carlos Nelson Coutinho sobre “a democracia como valor universal” é, portanto, ambígua. O debate não envolve apenas as formas de conquista do poder socialista, mas também suas normas posteriores de funcionamento. O pluralismo pode ser estendido às forças abertamente anti-socialistas? Que sociedade agüentaria a instabilidade e a destruição de forças produtivas, provocadas pela alternância entre partidos que constróem o socialismo durante cinco anos e outros que o revertem nos cinco anos seguintes? À medida que avançar o fim das classes, não deverão ser encontradas outras formas de representação social para substituir os partidos? Na verdade, o regime democrático-socialista, antiburguês, terá de ser novo no conteúdo social e nas formas institucionais. Imaginar o contrário é que representa utopismo. E terá de ser aberto a sua superação por formas de organização política mais avançadas, que ainda será preciso conceber e testar.

A fase superior da sociedade comunista ou socialista pressupõe também um enorme incremento da produção e da produtividade do trabalho, que garanta o fim da pobreza e o atendimento das necessidades básicas de toda a população. As formas de consumo coletivo devem crescer, comparadas às de consumo individual. É claro que a satisfação de determinadas necessidades gera novas

necessidades, conforme a teoria marxista ressalta. É claro também que as diferenças individuais de talento e de gosto persistirão, como Marx advertiu. Portanto, não seria correto prever uma distribuição absolutamente igualitária dos bens. Mas poderão ser cogitadas formas de repartição com base nas necessidades fundamentais e não apenas no valor desigual do trabalho prestado. Com o enorme acréscimo da produtividade do trabalho e o declínio do valor das mercadorias, pode-se elaborar formas de distribuição direta dos produtos que substituam a circulação mercantil e monetária. Com o aperfeiçoamento e a democratização do planejamento e de outras formas de coordenação, o mercado poderá ser dispensado. São objetivos difíceis e remotos, mas por que retirá-los do horizonte histórico da humanidade? Por que considerar que o mercado e a moeda serão eternos?

Nem por isso a sociedade comunista ou socialista plenamente realizada deve ser considerada como uma sociedade perfeita, a criação de uma nova espécie humana, o fim da história ou a superação de todas as alienações. Aqui é preciso ter cautela com as reflexões pré-marxistas do “jovem Marx” sobre o comunismo, contidas nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, em passagens carregadas de inegável utopismo, como esta: “O comunismo como superação positiva da propriedade privada, enquanto auto-alienação do homem, e por isso como apropriação efetiva da



essência humana através do homem e para ele; por isso, como retorno do homem a si enquanto homem social, isto é, humano; retorno acabado, consciente e que veio a ser no interior de toda a riqueza do desenvolvimento até o presente. Este comunismo é como acabado naturalismo igual a humanismo, como acabado humanismo igual a naturalismo; é a verdadeira solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a resolução definitiva do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-afirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se conhece como esta solução.” (13)

Seguindo o exemplo de Marx, é necessário abandonar esses arroubos especulativos, mas não as extrapolações cautelosas e genéricas de tendências que se prefiguram no movimento histórico atual, pois elas iluminam o horizonte dos trabalhadores e dos combatentes socialistas, estimulam a percepção crítica das realidades atuais, alimentam o pensamento e a vontade transformadoras. Não deixa de ser um utopismo às avessas congelar as possibilidades imediatas e prescrever uma receita rebaixada da nova formação social. A sociedade socialista ou comunista não estagnar-se em suas fases iniciais.

Não se pode negar, portanto, a sobrevivência de elementos utópicos no pensamento de Marx e Engels e na tradição marxista, mas esses elementos não predominam, nem são tão importantes que dividam, meio a meio, o legado teórico do marxismo.

### Vitória ou barbárie

Gorender escreve que o socialismo não é inevitável, mas apenas pos-

sível, pois, tanto no desenvolvimento da sociedade quanto no desenvolvimento da natureza, “a determinação intrínseca aos sistemas se conjuga à indeterminação de sua evolução e substituição por outros sistemas”. Gorender entende que, assim, incorpora ao marxismo o princípio da incerteza, imposto pelos avanços das ciências naturais no século XX. Como discorre: “O princípio da incerteza se fixou na mecânica quântica e é fundamental para a teoria cosmológica e para o estudo das estruturas químicas. A influência do acaso se tornou primordial para o estudo da evolução biológica. A teoria do caos elaborada por Edward Lorenz se revelou fecunda no ambiente original onde surgiu – a meteorologia – e na posterior aplicação a outros campos científicos.” (14)

Faltariam espaço e competência para esmiuçar a problemática relevante suscitada pelos comentários de Gorender. Pode ser útil, no entanto, registrar algumas ponderações.

A controvérsia é de natureza filosófica e demonstra que a utopia não pode ser substituída apenas pela ciência, como supunham os positivistas, requerendo-se igualmente as contribuições da filosofia. O marxismo não pode ser reduzido a uma ciência social, pois implica também uma filosofia, ainda que insuficientemente desenvolvida e muitas vezes desprezada.

A distinção entre as leis naturais e as leis sociais já se impunha (e já era debatida) antes dos avanços das ciências naturais, ocorridos no final do século XIX e ao longo do século XX. Pois as leis naturais são puramente objetivas, enquanto as leis sociais são indissociavelmente objetivas e subjetivas; a dimensão objetiva é a principal, mas a dimensão subjetiva, embora subordinada e condicionada,

é efetiva. Não se trata, portanto, de contrapor as leis sociais à ação dos homens e mulheres, mas compreender que o desenvolvimento histórico das sociedades humanas, embora regido por leis, é realizado pelos seres humanos; as leis sociais não atuam automaticamente, por si mesmas, mas através dos seres humanos; são leis que regem justamente a atuação dos homens e mulheres. Por isso, se não houve teleologia na trajetória do universo natural, existem, ao contrário do que afirmam Gorender e outros autores (15), teleologia e sentido no desenvolvimento encadeado das sociedades humanas, finalidade e sentido construídos progressivamente pelos seres humanos em luta.

Os avanços das ciências naturais aprofundaram a crítica do determinismo rígido, inspirado na Mecânica Clássica, ao demonstrarem que, mesmo no universo natural, havia irreversibilidade, instabilidades, bifurcações, possibilidade de trajetórias alternativas, evolução. Não se trata, porém, de escolher entre o puro determinismo ou a total indeterminação, mas entre formas de determinação, que permitem previsões dentro de condições diferenciadas de espaço, de tempo e de escala. Como escreveu Ilya Prigogine: “O acaso puro é tanto uma negação da realidade e de nossa exigência de compreender o mundo, quanto o determinismo o é. O que procuramos construir é um caminho estreito entre essas duas concepções que levam igualmente à alienação: a de um mundo regido por leis que não deixam nenhum lugar para a novidade, e a de um mundo absurdo, acausal, onde nada pode ser previsto nem descrito em termos gerais.” (16)

É preciso aprofundar, por conseguinte, o entendimento das categorias



filosóficas de necessidade, possibilidade, casualidade e realidade, e de sua interconexão. O químico e marxista alemão Robert Havemann, num livro esquecido mas estimulante, *Dialética sem dogma*, escrito em 1964, anotou, por exemplo, que “a determinação daquilo que é possível se faz de modo obrigatoriamente necessário”. (17).

Por essas razões, não parece adequado filiar o pensamento de Marx e Engels ao determinismo mecanicista, ainda que eles tenham sido influenciados por ele, como não poderia deixar de ser em sua época, e que essa influência tenha deixado cicatrizes na obra marxiana. É importante, no entanto, não esquecer os pressupostos filosóficos com os quais Marx e Engels trabalhavam e o método materialista-dialético que aplicavam em suas investigações da realidade, método que teria de conduzir, como argumentou o filósofo alemão Ernst Bloch, a uma concepção da ciência como “ciência dialético-histórica da tendência”, ou seja, como “ciência mediatizada do futuro, da realidade mais a possibilidade objetivo-real nela contida, tudo isso visando à ação”. (18) Relacionada com essas premissas, a disjuntiva que Marx e Engels inscreveram no *Manifesto Comunista* – sobre a possibilidade de que a luta entre duas classes opostas termine na ruína comum de ambas e não na vitória revolucionária da classe oprimida e explorada, é mais significativa do que as referências retóricas que fizeram ao triunfo inevitável do socialismo.

Se essas considerações procedem, a solução alvitada por Gorender – de restringir a determinação na natureza e na sociedade ao funcionamento interno dos sistemas – não satisfaz. Se fosse verdadeira, não poderia haver leis gerais no desenvolvimento histórico das sociedades humanas, a mudança de um sistema para outro seria meramen-

te aleatória e perderia sentido a investigação das leis de desenvolvimento dos modos de produção, que procuram explicar através do aprofundamento de suas contradições internas a preparação de modos de produção mais avançados. Na concepção proposta por Gorender, corre-se o risco de combinar um determinismo rígido no interior dos sistemas com um indeterminismo puro na substituição dos sistemas. Conseqüentemente, a possibilidade do socialismo se desvincularia da crise necessária do capitalismo. A superação do capitalismo pelo socialismo deixaria de ser uma tendência histórica, para converter-se numa simples hipótese.

Ao contrário, se as possibilidades de transformação decorrem do aprofundamento necessário das contradições inerentes aos sistemas, é forçoso concluir de outra forma. Se a vitória do socialismo não é inevitável, a crise histórica – econômica, social, política e cultural – do capitalismo é inevitável. Se a escolha socialista não for feita, nem por isso o capitalismo se reciclará indefinidamente. A humanidade será confrontada progressivamente com a alternativa, antecipada por Engels e por Rosa Luxemburgo, de escolher o caminho socialista e preservar as conquistas civilizatórias, ou regredir a formas bárbaras de convivência social. Nesse contexto se reforçará a possibilidade de a classe operária e seus partidos aglutinarem em torno de si os demais trabalhadores assalariados e autônomos e a maioria da humanidade para cumprirem a missão universalista que a história lhes confiou.

Duarte Pereira é jornalista.

#### Notas:

(1) J. Gorender, entrevista a Haroldo C. Sereza, *Folha de S. Paulo* (Ilustrada), 11/11/1999. O livro *Marxismo sem utopia* foi publicado pela Editora Ática, S. Paulo, 1999.

(2) J. Gorender, no “Boletim de Debate”, inserido na *Voz Operária*, 4/5/1957, cit. por Osvaldo Peralva, *O Retrato*, B. Horizonte, Itatiaia, 1960, p. 389.

(3) J. Gorender, *Marxismo sem utopia*, cit., pp. 9, 7, 15 e 236.

(4) J. Gorender, *ib.*, pp. 9, 51, 216, 225, 112.

(5) J. Gorender, *ib.*, caps. XVI e XVII, *passim*.

(6) J. Gorender, *ib.*, p. 15.

(7) J. Gorender, *ib.*, p. 15.

(8) J. Gorender, *ib.*, p. 33.

(9) J. Gorender, *ib.*, p. 38.

(10) Ver J. Gorender, *ib.*, p. 39.

(11) Fora do campo marxista, outros autores sugeriram a criação de uma nova classe de trabalhadores intelectuais assalariados. O sociólogo norte-americano Daniel Bell, por exemplo, escreveu em *O fim da ideologia*, em 1960: “A automação modificará a composição básica da força de trabalho, criando uma nova classe de assalariados, em lugar do proletariado, à medida que a produção automatizada reduzir o número de trabalhadores industriais.” (Op. cit., trad. de Sérgio Bath, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1980; ed. americana original, 1960) D. Bell desenvolveu esse ponto de vista em *A sociedade pós-industrial*, de 1973.

(12) K. Marx, “Crítica ao Programa de Gotha”, *Obras Escolhidas*, trad. de Almir Matos, Rio, Vitória, 1961, vol. 2, p. 215.

(13) K. Marx, *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos*, trad. de José Carlos Bruni e outros, S. Paulo, Abril Cultural, coleção Os Pensadores, 1978, p. 8.

(14) J. Gorender, *Marxismo sem utopia*, cit., pp. 31 e 30.

(15) Ver J. Gorender, *ib.*, p. 233.

(16) Ilya Prigogine (em colaboração com Isabelle Stengers), *O fim das certezas – Tempo, caos e as leis da natureza*, trad. de Roberto L. Ferreira, S. Paulo, Ed. Unesp, 1996, p. 198.

(17) Robert Havemann, *Dialética sem dogma*, trad. de Fausto Guimarães, Rio, Zahar, 1967, p. 109.

(18) Ernst Bloch, “Mudança do Mundo ou as 11 Teses de Marx sobre Feuerbach”, in Vários autores, *Filosofia e práxis revolucionária*, trad. de Cássia C. Pinto, S. Paulo, Ed. Brasil Debates, 1988, p. 59.



# A terceira via

# A terceira via

MANOEL MONEREO PÉREZ

*Apresenta-se como alternativa ao capitalismo e ao socialismo, mas nada mais é do que o neoliberalismo disfarçado*

A *Terceira Via* só é transparente naquilo que nega: a *social-democracia antiga*. Não coloco no mesmo nível suas críticas ao neoliberalismo porque estas se realizam do interior da própria problemática neoliberal, assumindo uma parte substancial de suas propostas. O termo *Terceira Via* tem um passado complexo, sempre caracterizado pela tentativa de construir um caminho próprio, socialista, entre o estatismo autoritário do Leste e a gestão social-democrata atual. O austro-marxismo, até a *insurreição vienense de 1934*, foi a maior influência, prática e teoricamente, sobre essa genuína via. (1) Uma formulação teórica mais completa sobre o mesmo pode ser encontrada no livro *Entre duas Guerras Mundiais?* (2) – escrito em 1936 –, que contém uma afinadíssima autocrítica da política social-democrata desse período e uma tentativa de formular uma via socialista de massas, no marco da unidade dos partidos operários. Posteriormente, foi usada em diversos contextos, sobretudo por variantes de esquerda, chamadas de eurocomunismo, como no texto de Pietro Ingrao (3).

Nos anos 80, desenvolveu-se uma reflexão na esquerda em geral, e na social-democracia em particular, entrando em múltiplas confusões após a *queda do muro* (4). Convém, aqui, tomar mais claros alguns pontos. Em primeiro lugar, quando falamos de social-democracia, no contexto assinalado, falamos de partidos operários de massas que, depois de Bad Godesberg, renunciaram explicitamente ao projeto socialista convertendo-se em forças políticas cujo horizonte era um capitalismo reformado. Em segundo lugar, na Europa do Sul, esse processo teve outras particularidades. No caso, o Partido Socialista Francês, o Partido Socialista Operário Espanhol, ou o PASOC da Grécia, se converteram, num determinado momento, em oposição à social-democracia, apostando em projetos de rompimento com o capitalismo. Curiosamente, esses partidos – outrora baluartes formais da esquerda – na virada, terminaram por se situar à direita da social-democracia do Centro e do Norte da Europa.

Nesse sentido, Giddens tem razão em apontar Felipe González – como fez em julho de 1999, na Espanha – como o verdadeiro precursor da *Terceira Via*, colocando-o numa difícil situação pois José



Maria Aznar, chefe de governo da direita espanhola, havia firmado, recentemente, uma Declaração Conjunta com Tony Blair para flexibilizar – ainda mais – os mercados de trabalho da Europa. Contudo, se quisermos ser justos, esse título, na verdade, pertence a Bettino Craxi, recentemente falecido. Poderia parecer que o objeto deste artigo fosse o de tentar um acordo – o que pode ser entendido como uma agressão – entre os antecedentes da *Terceira Via* e a corrupção, a máfia ou a guerra suja; porém, queremos tão-somente fazer justiça: as políticas, as ações, a busca de um centro político sem ideologia, suas alianças para frear o PCI suporiam, nitidamente, o início da *Terceira Via* atual.

A menção a Felipe González se faz pela memória histórica, já que os seus governos se caracterizaram pela prática de políticas econômicas, fiscais, de trabalho e sociais, similares às propugnadas pela *Terceira Via* num contexto um pouco diferente do atual, marcado por: a) maior capacidade de manobra econômica e social; b) escasso volume de gastos públicos e um minguado desenvolvimento dos sistemas de bem-estar na Espanha.

Como já indiquei antes, a crítica dos *terceiristas* é dirigida frontalmente contra a velha social-democracia acusada de intervencionista, estatista, de subordinar o mercado e a sociedade civil ao Estado, terminando por “criar serviços públicos ineficazes e de baixa qualidade, especialmente na educação, telecomunicação, e outros, dos quais o Estado possuía, praticamente, o monopólio”. (5) Uma social-democracia associada “ao controle do Estado, aos elevados impostos e aos interesses dos produtores”. (6) A radicalidade da crítica não admite dúvidas. Blair afirma que “a esquerda fundamentalista tornou a nacionalização e o controle do Estado fins em si mesmo, convertendo a receita política em ideologia; o radicalismo jul-

gado em função da propriedade e do gasto público”. (7)

Trata-se de uma crítica fundamentalmente ideológica e que assume os supostos neoliberais. Se Clement Attlee (dirigente do Partido Trabalhista inglês desde 1935) pudesse “sair do túmulo”, ficaria assustado ao se ver convertido, por seu herdeiro, num quase bolchevique e, o que é pior, até Winston Churchill terminaria retratado da mesma forma, pois apenas se modificou a política do Governo Trabalhista anterior, quando sucedeu ao conhecido dirigente social-democrata britânico. Tony Blair vai ainda mais longe: define seu projeto como uma “Terceira Esquerda” e unifica as outras duas (social-democrata e comunista) como variantes de um mesmo projeto, diferenciadas apenas pelo método e pelas formas.

O “terceirista” Blair se esquece de que:

1) Essas políticas trabalhistas ocorreram num contexto histórico de derrota do fascismo (e em parte da elite econômica e da direita européia), das crises do capitalismo liberal (de 1929 e o fracasso das receitas monetaristas e conservadoras), e num momento de claro ascenso do movimento operário; a isso deve-se acrescentar a concorrência do chamado *campo socialista* em expansão mundial;

2) as políticas trabalhistas – e também as sociais-cristãs ou democratas-cristãs – quando não abertamente conservadoras, entram em consenso social básico para preservar um capitalismo que pusesse fim às crises econômicas e assegurasse a integração das massas trabalhadoras. Um capitalismo que, para preservar-se e evitar a revolução, aceitou – não sem luta – tornar-se reformista ao menos nos países capitalistas centrais. As diferenças, claramente perceptíveis, têm a ver tanto com a orientação política geral (teimo-

sia em relação aos gastos sociais frente aos militares, por exemplo) quanto com a participação dos trabalhadores na gestão e organização dos serviços públicos;

3) esse consenso social básico foi rompido unilateralmente pela elite econômica, uma vez mostrada a incompatibilidade de um capitalismo em processo de crise e reestruturação, e as conquistas sociais, políticas e trabalhistas do movimento operário na chamada “idade de ouro”. Neoliberalismo é o nome do projeto – conjunto de valores, propostas e práticas – de restauração capitalista iniciado nos anos 1970, continuado na década de 1980 e, hoje, parece esgotado como discurso político, ao menos em suas manifestações mais claras; o que não significa derrotado nem vencido.

Os partidários da *Terceira Via* não analisam o neoliberalismo e suas consequências econômicas, políticas e sociais, apenas merecem alguns qualificativos marcadamente propagandísticos. Dizer que “o neoliberalismo considera a inversão pública e, amiúde, o conceito de sociedade e de esforço coletivo como males a serem superados” (8) não é exagero. Ou, afirmar que os neoliberais defendem “o total desmantelamento do Estado em nome da liberdade” (9) significa não dizer nada, ou quase nada, num país que sofreu um longo processo de governos conservadores e neoliberais.

Assim colocados – exageradamente – os dois extremos, quer dizer, uma social-democracia superestadista e uma direita neoliberal extremista, a *Terceira Via* tenta aparecer em terreno próprio, pelo menos formalmente, entre o capitalismo reformista e o capitalismo selvagem; a social-democracia e o neoliberalismo; o capitalismo europeu e o norte-americano, com seus respectivos modelos sociais. Em relação a este último item é algo problemático: Clinton entrou no terreno dos republicanos e Blair no dos demo-



cratas norte-americanos de tal maneira que, rapidamente, tal oposição não será mais do que formal.

Há um assunto que converia analisar neste artigo. Anthony Giddens em seu livro *A Terceira Via: a renovação da social democracia* (10), expõe o seu conhecido ponto de vista, que consiste em separar os neoliberais em dois tipos: “conservadores” e “libertários” (11). Como se sabe, a diferença está na posição de cada um com relação à tradição, no sentido que, no caso dos primeiros, o conceito de mercado entraria em contradição com elementos centrais de sua concepção: a família, a nação. Em suas próprias palavras: “A devoção ao livre mercado, por um lado, e à família e à nação tradicionais, por outro, é contraditória em si mesma. Supõe-se que o individualismo e a eleição se detenham abruptamente na fronteira da família e das identidades nacionais, na qual a tradição deve permanecer intacta. Porém, nada mais dissolve a tradição do que a *revolução permanente* das forças do mercado. O dinamismo das sociedades do mercado reproduzia as estruturas formais de autoridade e fracionava as comunidades locais”. (12)

Essa citação (que é preciso memorizar e que marca os limites e as contradições do trabalho de Giddens) (13) expressa bem os problemas, ainda não resolvidos, que opõem o conservadorismo político e religioso às conseqüências das políticas por eles mesmos impostas. Assim sendo, tais contradições não são as mesmas em relação aos denominados “libertários”. A hipótese que formulamos é a seguinte: a *Terceira Via* seria a expressão ideológica e social das modernas elites (nos partidos políticos, nas grandes empresas multinacionais, nas cúpulas dos meios de comunicação) políticas e econômicas, ligadas a essa corrente “libertária” que, nesta fase, se encontram em melhores condições históricas para desenvolver o projeto

neoliberal do que os “conservadores”, pelo motivo de melhor defenderem os interesses globais, os consensos sociais necessários e as coerências teóricas e práticas em relação aos interesses básicos, econômicos e sociais, que hoje governam os processos de modernização e globalização capitalista.

### Direita e esquerda: a crítica ao capitalismo

Giddens é mais radical ainda do que Blair e, até certo ponto, mais coerente. Parte de um elemento-chave: o socialismo morreu e, conseqüentemente, não há alternativa ao capitalismo. Afirma, expressamente: “O comunismo e o socialismo morreram, mas continuam nos rondando”. Ele e, acrescenta um elemento capital que, de uma maneira ou outra, intenta perpetuar o projeto. “Não podemos simplesmente menosprezar os valores e os ideais que os impulsionaram, já que alguns deles seguem intrínsecos a uma vida digna, cuja realização é o objetivo do desenvolvimento social e econômico” (14). Caberia esperar uma argumentação solvente em torno da morte do socialismo, mas a única que encontramos é uma desqualificação da teoria econômica do socialismo, a constatação da sua desintegração e uma conclusão surpreendente que serve, também, para justificar a falta de uma real legitimidade dos conceitos de direita e esquerda. Já que não há uma alternativa ao capitalismo, também não é possível um capitalismo reformista ou reformado. Esse aspecto tem muita importância e fornece uma das chaves para o passado, o presente, e o futuro da esquerda, a saber: se não há uma crítica consistente ao capitalismo, do mesmo não resultam factíveis políticas de reforma. Quer dizer, tanto a afirmação do ideal socialista quanto a luta pelas reformas no capitalismo requerem valores, crenças e idéias que questionem o modo capitalista de viver, produzir e consumir.



Anthony Giddens

Diz Giddens: “A teoria econômica do socialismo depende da idéia de que o capitalismo – deixado às suas próprias dinâmicas – é economicamente ineficiente, socialmente divisor e incapaz de se reproduzir a longo prazo” (15). Disse isso, obviamente, para demonstrar o fracasso da teoria econômica do socialismo. Aqui, se confundem dois aspectos, logicamente diferenciáveis: uma coisa é a análise e a crítica ao capitalismo e, outra, é a fundamentação da viabilidade econômica do socialismo. Portanto, metodológica e historicamente, pode se concordar tanto com o primeiro quanto com o segundo. O que se quer dizer está bem claro: o capitalismo, na sua dinâmica, gera conflitos sociais, desigualdades de classe e, na sua reprodução, tem de enfrentar crises periódicas. Historicamente, parece ter sido assim até os dias atuais. Porém, precisamente as chamadas políticas social-democratas têm servido para frear essas dinâmicas, amortecendo amortizando as diferenças sociais e evitando as crises periódicas. Sem isso não se explicariam as atuais dimensões do gasto público (entre 45 e 50% do PIB nos países europeus), nem a presença de um Estado de Bem-Estar e de gastos sociais reestruturados e redefinidos mas, que, substancialmente, não baixam, gerando, de uma ou outra forma, estabilidade macroeconômica e integração social.

Há de se destacar um outro assunto: a



questão ecológica, que pode elocubrar muito ou pouco em torno da crise do meio ambiente e a sua importância político-social. Mas, não há dúvida de que as “novas contradições” obrigam a racionalizar conscientemente os processos produtivos, a regulamentar as atividades empresariais, a limitar a iniciativa privada; quer dizer, a coordenar a priori atuações político-administrativas que limitem e reordenem a “livre atividade” dos mercados, gostem ou não, que obriguem a programar, a planificar. Como, se não se pode realizar uma reconversão ecológica da economia? Como limitar os custos ecológicos da produção e do consumo na sociedade? E, o que é mais importante: quem o faz, que poderes o fazem?

É certo que, efetivamente, essas questões, e outras, deixaram de ser importantes; a divisão direita/esquerda perdeu sua relevância. Não parece demasiado lógico reafirmar um centro, ou uma centro-esquerda, já que não existe direita ou esquerda; quer dizer, uma política sem centro, um *centro radical* – Giddens fala expressamente dele – que tem de realizar transformações econômicas, políticas e sociais. O possível “sem sentido lógico” tem a ver, como o caso de Blair e Schröder – esta vez sim – com um elemento central: a aliança com empresa e empresários.

Nas suas próprias palavras: “queremos uma sociedade que aplauda os empresários de êxito como acontece com os artistas e os futebolistas e que valorize sua atividade em todas as esferas da vida” (16). Essa “mística” empresarial corresponde, e não poderia ser de outra forma, a uma concepção que elimina o conflito de classe entre capital e trabalho, que leva a manter posições próprias da filosofia conservadora de extrema direita, quando não, das conhecidas formulações “comunitárias” do fascismo. Conforme o documento, “os conflitos tradicionais no âmbito do trabalho devem superar-se. Isto, sobretudo, signifi-

ca reviver o espírito de comunidade e solidariedade, fortalecer o diálogo entre os grupos da sociedade e desenvolver um novo consenso para mudança e reforma”. Em resumo, conciliar trabalho/empresários; ecologia/economia; benefício/salário; pequena empresa/monopólios multinacionais...

### **Fundamentos político-culturais: idéias e crenças**

Blair inicia o seu livro dizendo: “sempre acreditei que a política tem a ver, antes de tudo, com as idéias” (17). E pouco mais adiante afirma: “o ponto de partida são os valores progressistas-chave nos quais se funda a centro-esquerda” (18). Delineia quatro valores-chave: partilha equitativa da riqueza; igualdade de oportunidades; responsabilidade; e solidariedade.

O discurso de Blair, Schröder e Giddens, denuncia o igualitarismo tradicional na esquerda e reafirma os deveres e as responsabilidades individuais. O curioso, para começar, é que os exemplos apresentados têm a ver com um mau uso que os trabalhadores fariam dos seus direitos e do seguro desemprego, e de sua falta de responsabilidade ao fazer mau uso desse direito para não trabalhar. Não há uma análise correlativa da falta de responsabilidade dos empresários, industriais ou financeiros, quando especulam, contaminam ou, simplesmente, mudam o local da empresa para combater a pressão sindical ou evitar o pagamento de impostos.

G. A. Cohen, comentando os primeiros documentos elaborados como pré-supostos político-culturais da *Terceira Via*, assinala como característica a renúncia teórica e prática a uma luta real por igualdade e o esquecimento do que ele denomina “princípio de comunidade”. Reduzir esse princípio de igualdade, como faz Blair, a uma simples “igualdade de oportunidades”, sem modificar as causas que perpetu-

am as desigualdades econômicas, sociais e culturais é, na prática, mudar de lado. O assunto está no outro lado, na “comunidade” de Cohen, entendida como princípio ético-político que limita estruturalmente o funcionamento (auto)regulado do mercado capitalista e esforça-se, num processo histórico-social, para que a própria comunidade, de homens e mulheres livres e iguais, regule, conscientemente, as suas relações sociais. “O motivo – diz Cohen (19) – da atividade produtiva numa sociedade de mercado é, tipicamente, uma combinação de medo e cobiça, em condições que variam com o caráter de uma pessoa e a sua posição no mercado; à luz da cobiça os demais são vistos como possível fonte de enriquecimento; à luz do medo são vistos como ameaça. Essas são maneiras horríveis de ver os demais, por mais que nos tenhamos tornado insensíveis e habituados a eles – como resultado de séculos de desenvolvimento capitalista”.

A demonstração mais evidente de que não há intenção real de se conseguir uma igualdade sócio-econômica aparece quando se fala sobre partilha da riqueza, na qual não figura o que deveria ser central nessa proposta: a necessidade de um sistema fiscal progressivo sobre as rendas e os patrimônios. Ainda mais quando, hoje, um dos dados característicos é o descomunal crescimento da riqueza das minorias que detêm o poder econômico na sociedade.

Giddens – mais hábil do que Blair e, por conhecer mais detidamente os problemas atuais da sociedade britânica – entra direto no assunto de modo bastante convincente, depois de desqualificar alguns dos argumentos do próprio Blair. Para o sociólogo britânico, igualdade, hoje, significa, fundamentalmente, a inclusão social, isto é, a existência de uma autonomia in-



dividual está diretamente relacionada à existência de um conjunto de direitos civis, políticos e culturais, de cidadania. O problema está entre a incompatibilidade do predomínio do mercado na sociedade e na debilitação da rede de proteção (social, política e jurídica) que torna possível o exercício real desses direitos. A experiência histórica recente (social-democrata ou neoliberal) manifesta que a cidadania social deve ser imunizada contra o mercado e exige uma desmercantilização de tais direitos.

O fundo ideológico neoliberal, – nas entrelinhas – presente nessa análise, fica demonstrado em dois argumentos centrais; social um e filosófico o outro. Giddens iguala dois tipos de exclusão: a dos “de baixo” e a dos “de cima”. Isso provoca um certo embaraço na leitura, obrigando a voltar ao texto para ter certeza de que lemos corretamente. Pela sua conclusão, os 20% mais ricos desta sociedade estão se isolando social e territorialmente em zonas privilegiadas e exclusivas, sendo isso ruim para a sociedade; uma fratura muito grave. O conhecido cientista social não acredita na existência de alguma relação entre essa minoria, que enriqueceu bastante nestes anos, e os neoliberais? Isso teria a ver, não apenas com a pobreza e a exclusão dos “de baixo”, produto de um sistema econômico divisionista (20) e de um sistema fiscal que marca crescentemente os assalariados e os consumidores, que poupa os grandes empresários do pagamento de impostos? Por tudo isso, falar, no final, sobre o princípio de solidariedade e internacionalismo não deixa de ser uma cruel ironia, não apenas pelo fato dessa solidariedade não ter reciprocidade (de cima para baixo) mas sim por acabar exigindo isso de

uma parte da classe trabalhadora em favor de outra classe, também trabalhadora; quando não, solidariedade às empresas em relação à sua luta competitiva internacional.

Melhor seria nada falar sobre a questão do internacionalismo: não há, em declarações, livros, ou manifesto público da *Terceira Via*, qualquer menção sobre o que seria o grande problema da humanidade, que preocupa a Igreja católica, a ONU e as ONGs: o incremento descomunal das desigualdades mundiais, o crescimento da crise ecológica do planeta. Nessa questão, vale a advertência de Cohen: “Os valores socialistas fundamentais que apontam para uma forma de sociedade além das possibilidades presentes, são necessários para defender cada porção de terra ganha e para tentar recuperar cada parcela perdida”. (21)

### **A Terceira Via e suas linhas básicas como projeto: perpetuar o mesmo modelo**

Ninguém duvida da necessidade de adaptar-se e de intervir nas mudanças políticas, sociais e culturais em curso. Mas nos opomos à interpretação dominante que explicita uma sequência, da análise dos velhos e novos problemas até a aceitação da versão neoliberal dos mesmos, para chegar à conclusão sobre a impossibilidade das políticas de esquerda.

A primeira questão tem a ver com a chamada globalização – elemento central dos supostos básicos da *Terceira Via*. Sem entrar em todas as nuances do problema percebe-se que a globalização limita os poderes do Estado/nação e restringe as possibilidades de políticas econômicas, democráticas e igualitárias. Essa limitação provém, fundamentalmente, da livre circulação de capitais e da di-

tadura dos mercados financeiros.

Isso é real e, assim sendo, há distintos procedimentos – no caso da Europa fica evidente com a União Política, econômica, social e monetária que perfeitamente poderia aplicar mecanismos de controle financeiro influenciando pesadamente para conseguir a regulação dos mercados de capital internacional, supondo as dificuldades acrescentadas às políticas socialistas. Sem embargo, o assunto deveria ser conduzido de forma natural – do seu marco superior ao dos Estados/nação clássicos. Estamos nos referindo à União Européia de hoje, que, ao menos formalmente, abarca claramente maiorias social-democratas, capazes de impulsionar políticas integradas de emprego, de melhoria dos direitos sociais e econômicos e de aprofundar a democracia. E, mais adiante, com toda a sua força, impulsionar uma nova ordem econômica e social internacional para limitar o papel dos mercados especulativos internacionais e regular o poder incontrolável – até agora – das multinacionais.

Ocorre que essas políticas, perfeitamente factíveis, são sistematicamente evitadas pelos partidários da *Terceira Via*. E, mais ainda, a sua filosofia e as suas propostas impedem um controle mais efetivo do capital, justificando, assim, a limitação dos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores em nome de uma globalização irreversível e incontrolável.

Em segundo lugar, ao se afirmar que a margem de manobra dos Estados foi reduzida, parece pouco realista debilitar ainda mais a capacidade de negociação de cada um desses países privatizando suas empresas rentáveis, cedendo as indústrias estratégicas e repassando soberania a organismos não-democráticos como, por exemplo, a



Banca Européia. Em um e outro sentido, as políticas econômicas devem lutar pela incrementação de espaços de autonomia. As propostas da *Terceira Via*, do modo como aparecem nos manifestos de Blair/Schröder e de Aznar/Blair são muito significativas; de um lado, liberam as grandes empresas de uma importante parte das cargas tributárias e, de outro, para lutar presumivelmente contra o desemprego, subvencionam as mesmas e lhes diminuem os encargos sociais. Comprometem-se, igualmente, a qualificar e requalificar a mão-de-obra existente e asseguram uma colaboração econômica estreita entre as empresas e o Estado em relação à modernização tecnológica. A empresa e os empresários se convertem em figuras centrais do sistema e do incremento de seus lucros é que se espera, novamente, aumento de emprego.

Com vinte anos de implementação de semelhantes políticas observa-se – Keynes conhecia isso muito bem, para não mencionar Marx – que dos lucros pode-se desviar investimentos de racionalização, buscando economizar mão-de-obra, ou pode-se desviar também para a especulação (mobiliária e imobiliária) – de fato uma parte das fusões se faz para isso – e, também, para o incremento de gastos suntuários ou luxuosos, como diria Ricardo. Sem a atividade do Estado, através de mecanismos fiscais, financeiros e industriais, não se pode garantir, em absoluto, a geração de empregos pelos benefícios.

Em terceiro lugar, a luta pelo emprego pleno é sistematicamente rejeitada. Quer dizer, no fundo, é preciso encontrar uma síntese entre o modelo americano e o europeu. Isto significaria aceitar, no presente e no futuro, um modelo de relações trabalhistas e um modelo social, correlativo, que perpe-



Tony Blair

tuasse a atual heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho organizado em torno de um setor assalariado, com condições sociais e jurídicas estáveis, ao lado de outro setor que vive numa situação instável, em suspensão estrutural. Como demonstrou Castel (22), um círculo que se mantém entre a precariedade e a exclusão, e vice-versa, mas que dificilmente conseguirá uma integração salarial. Ao final, na realidade, isto significa aceitar uma parte da população trabalhando cada vez mais, e em piores condições. No pico do ciclo se produz aumento de emprego, embora de baixa qualidade, precário e com baixos salários, surgindo o que se chama de maldição norte-americana: os trabalhadores pobres. Na fase de descenso da economia, o desemprego aumenta enormemente e se inicia um novo ciclo que reproduz a situação anterior, sem variações significativas.

Nesse sentido, como assinalou há muitos anos o destacado dirigente social-democrata alemão Peter Glotz (23), a luta pela redução da jornada de trabalho poderia ser o ponto de unificação da esquerda européia e o elemento fundamental para passar a uma ofensiva político-cultural em todo o continente. Como é natural, não se trata apenas da jornada, mas, de um conjunto de políticas que re-

forçassem a capacidade contratual das forças de trabalho, sem a qual parece pouco provável conseguir poder real, nesta sociedade, para a classe trabalhadora.

Em quarto lugar, é necessário uma reforma do Estado de Bem-Estar adaptando-o às condições do presente mercado de trabalho. Aqui, convém não enganar e nem se enganar. As propostas da *Terceira Via* coincidem, claramente, com as políticas neoliberais. Desmantelar, radicalmente, o Estado de Bem-Estar não parece possível em condições democráticas; trata-se de propiciar reformas que o tornassem progressivamente funcional em relação ao tipo de capitalismo dominante hoje, evitando assim uma contundente resposta dos trabalhadores; privatizando as partes rentáveis do sistema (Saúde, Previdência, Educação); restringindo a cobertura das prestações; e reduzindo sua intensidade. Tudo o que for compatível ao gasto estatal para a realização de reconversões industriais (pré-aposentadoria, aposentadoria antecipada), redução dos encargos sociais e custosas subvenções à empresa privada.

### **Epílogo. Que democracia?**

Um dos elementos mais interessantes das propostas de Giddens é a necessidade de reforma e de democracia. O ponto de partida é correto: “A democracia está em crise por não ser suficientemente democrática” (24). Do ponto de vista de Giddens, “democratizar a democracia” exige um conjunto de medidas, de uma forma ou de outra planejadas por ele e que fogem ao problema principal: dar mais poder aos cidadãos e às cidadãs.

O problema não é unicamente de ajuste às mudanças operadas – apesar de muito importantes – mas sim de questionamento do poder da de-



mocracia (no sentido que dá ao termo David Held ou Boaventura Sousa Santos), ou seja: o quê os poderes democráticos podem, realmente, fazer frente à ditadura dos mercados financeiros? O que podem frente à luta de classes dirigida por cima por esses 20% que “se autoexcluem”? E, ainda, frente ao poder dos “Estados soberanos sem fronteiras” (as multinacionais)?

Se, além disso, se diz, como afirma o sociólogo britânico, que não pode haver “autoridade sem democracia”, como não questionar o poder na empresa, na fábrica, na família, e, definitivamente, em cada uma das esferas de poder? Por tudo isso, do ponto de vista histórico, a *Terceira Via* é um passo a mais em direção à imposição do modelo social norte-americano à Europa e, no final, uma mudança de modelo político segundo as normas e as práticas predominantes na parte norte do outro lado do Oceano.

Os traços político-culturais dessa norte-americanização da nossa vida são cada vez mais evidentes:

1. A concepção da democracia como *técnica*, como processo desligado de qualquer idéia ou projeto de transformação social. Uma democracia intermediária e crescentemente separada dos “de baixo”.

2. O declínio de qualquer idéia, minimamente coerente, de oposição política ou social e a homogeneização das forças políticas sob pretexto de superar os partidos ideológicos arcaicos, ou seja, os que tenham projetos alternativos ao existente.

3. A substituição do programa, quer dizer, da discussão sobre projetos diversos de sociedade, por técnicas eleitorais fundamentadas em várias fórmulas de marketing comercial, com o único objetivo de conseguir votos a qualquer preço.

4. A tendência a executivos fortes e à progressiva substituição do centralismo do parlamento, no contexto das reformas eleitorais que consideram os sistemas proporcionais ingovernáveis e que convertem os partidos em máquinas eleitorais cada vez mais oligárquicas e fundidas ao aparato do Estado (do partido de “arranjos” ao partido de “cartel”).

5. A consolidação prática do mecanismo de “duplo Estado”, quer dizer, a ampliação da parte do aparato estatal não sujeita ao controle democrático e, o mais importante, o seu predomínio cada vez mais real sobre o conjunto das instituições.

6. A impotência do soberano. Como consequência dos itens anteriores o cidadão se converteria num mero objeto dos políticos, num “cidadão servo” (25), política e culturalmente mais alienado, sem entender a coisa pública e interiorizando o que, para a perpetuação do sistema, é fundamental: a política, o público, não é, nesta sociedade mercantil capitalista, um instrumento eficaz de transformação social, um mecanismo de promoção frente à injustiça e à desigualdade, quer dizer, o definitivo triunfo de uma espécie de “liberalismo de direita”. (26)

Manuel Monereo Pérez é membro da Presidência Federal da Esquerda Unida, Espanha. Tradução de Maria Lucília Ruy

#### Notas:

(1) BAUER, Otto. *Tra due guerre mondiali? La crisi Dell'economia mondiale, della democrazia e del socialismo*. Torino: Einaudi. 1979. Prólogo. In: COLLOTTI, Enzo. *Lo político y las transformaciones*. In: *Cuadernos Pasado y Presente* nº 95. México. 1982. Como em todos os trabalhos de Bauer, nestes se encontra uma detalhada e completa exposição sobre os dilemas e tragédias do experimento social-democrata na Áustria.

Para compreender essa época, é imprescindível o livro de memórias de Ernest Fischer *Recuerdos y reflexiones*. Século XXI. Madrid. 1976.

(2) INGRAO, Pietro. *Crisis y Tercera Via*. Laia. Barcelona. 1980.

(3) Este tema foi aprofundado num amplo artigo à revista *Sistema*, nº 139. Julho de 1997. *La izquierda europea: entre el estancamiento y la renovación*.

(4) BLAIR, Tony. *La Tercera Via*. El País-Aguilar. Madrid. 1998. p. 73.

(5) Op. Cit., p. 54.

(6) Op. Cit., p. 56.

(7) Op. Cit., p. 57.

(8) Op. Cit., p. 66.

(9) GIDDENS, Anthony. *La Tercera Via: La renovación de la socialdemocracia*. Taurus. Madrid. 1999.

(10) Respeitamos, aqui, os termos utilizados por Giddens e nos permitimos colocá-los entre aspas para não fazer confusão, em nenhum momento, com a corrente de esquerdas.

(11) Op. Cit., p. 26.

(12) Como veremos mais adiante, esse mesmo argumento será utilizado com um sentido positivo por Cohen.

(13) Op. Cit., pp. 13-14.

(14) Op. Cit., p. 53.

(15) Da Declaração conjunta Blair/Schröder.

(16) Op. Cit., p. 53.

(17) Op. Cit., p. 53.

(18) *Vuelta a los principios socialistas*. Revista *Mientras Tanto*, nº 74, 1999.

(19) Como se pode observar, utilizamos, aqui, o mesmo termo de Giddens.

(20) Artigo citado, p. 79.

(21) CASTEL, Robert. *La metamorfosis de la cuestión social*. Paidós. Barcelona. 1967.

(22) GLOTZ, Peter. *La izquierda tras el triunfo de occidente*. Alfons el Magnani. Valencia. 1992.

(23) Op. Cit., p. 87.

(24) CAPELLA, Juan Ramón. *Los ciudadanos siervos*. Editorial Trotta. Madrid. 1993.

(25) Este tema foi desenvolvido mais amplamente no artigo *La crisis de la política y las Instituciones Europeas*. Revista *Sistema*, nº 123, novembro de 1994.



# Globalização e Estado

ALDO ARANTES

*A operação-desmonte do Estado atende às imposições do grande capital financeiro e elimina os instrumentos de governo que permitem a formulação de projetos autônomos para o país*



É possível a extinção do Estado nacional? Do ponto de vista marxista a resposta a esta questão é afirmativa. O Estado surgiu num determinado estágio de desenvolvimento da Humanidade, para conter os conflitos de classes. É um instrumento de dominação de classes, que somente se extinguirá com a supressão das classes sociais e de seus antagonismos. A concepção marxista indica que o modo de produção dominante condiciona a existência das classes sociais em cada etapa do desenvolvimento histórico, e a classe dominante detém o controle do Estado.

O Estado, mostrou Engels, “não existiu eternamente. Houve sociedades que existiram sem ele”. Mais adiante afirmou: “Com o desaparecimento das classes desaparecerá, inevitavelmente, o Estado. A sociedade reorganizada sob um novo modo de produção, sob a base

de uma associação livre de produtores iguais, enviará toda a máquina do Estado ao museu de antiguidades o Estado burguês só pode ser ‘destruído’ pela revolução. O Estado em geral, ou seja a mais completa democracia, só pode ‘extinguir-se’.” Do ponto de vista marxis-



ta, portanto, o Estado se extinguirá quando se extinguirem as classes sociais e a exploração de classes.

A evolução histórica evidencia que, na etapa imperialista do desenvolvimento capitalista, os estados dos países imperialistas tornaram-se mais fortes e mais armados para assegurar seu domínio sobre os países dependentes e coloniais, como Lênin já havia indicado. Já os Estados dos países periféricos, ao se constituírem dentro da ordem capitalista, se organizaram nos marcos da dependência, mesmo guardando certo tipo de independência política.

Não há como falar em extinção do Estado enquanto existirem as classes sociais e a dominação sobre as nações dependentes. O atual discurso da extinção dos estados nacionais e das fronteiras nacionais, na realidade, cumpre a função de quebrar as resistências dos países dependentes ao processo de hegemonia norte-americana no mundo.

Na tentativa de conter a onda de resistência ao projeto neoliberal, os teóricos da grande burguesia internacional procuram desqualificar a luta em defesa da soberania nacional afirmando que, nos dias de hoje, esta questão está superada – no esforço de desarmar os povos oprimidos e impor o chamado caminho único, que interessa às grandes potências, em particular aos Estados Unidos, aos banqueiros e às multinacionais.

### Neoliberalismo e Estado mínimo

Certos setores defendem que, nesta nova fase do desenvolvimento capitalista, se alterou o papel dos estados nacionais, tornando-se necessário implantar o chamado Estado mínimo, dentro da lógica neoliberal de menos Estado e mais mercado.

Para eles, com a internacionalização da economia, os estados nacionais dos países dependentes perderam as condições para definir suas políticas econômicas. Sustentam também que a soberania das nações é limitada pela defesa dos “direitos humanos”, pela luta con-

tra o narcotráfico e pela garantia do fornecimento de materiais estratégicos (como o petróleo). Isto justificaria o direito de intervenção em países soberanos. Dentro desta concepção, as Forças Armadas dos países dependentes deveriam deixar de existir enquanto fator garantidor da soberania nacional, limitando-se ao papel de polícia, ou de combate ao narcotráfico, por exemplo.

Na onda da globalização surgiu o neoliberalismo. O velho liberalismo retornou sob o manto de uma “concepção moderna” para enfrentar os problemas econômicos do mundo capitalista e a crise dos países do Leste europeu. O núcleo desta concepção é o combate às idéias keynesianas de intervenção do Estado na economia, e ao Estado de Bem-Estar Social. Defende a “mão invisível do mercado” como fator essencial para regular as relações econômicas e sociais.

Para os neoliberais, as conquistas sociais e a luta dos trabalhadores são a causa da crise vivida pelo capitalismo. Daí a política que defendem de cortes de direitos sociais e de desorganização do movimento sindical. O pressuposto é que a desigualdade social é importante fator de estímulo ao crescimento econômico.

A onda neoliberal se impôs em quase todo o mundo. Na América Latina ganhou características próprias com o Consenso de Washington. Seu conteúdo básico é o seguinte: estabilização da economia por meio do combate à inflação; ajuste fiscal com a eliminação do déficit público; redução do tamanho do Estado; privatizações; abertura comercial com a redução das alíquotas de importação; fim das restrições ao capital estrangeiro; fim das restrições às instituições financeiras estrangeiras.

Trata-se, na verdade, de uma política – ela sim – ultrapassada há muito tempo. A idéia de um mercado livre nas condições do capitalismo monopolista é inteiramente falsa. A desregulamentação e a abertura da economia levaram a uma maior con-

centração da renda, ao agravamento da crise social e da dependência. Cresceu a distancia entre países ricos e pobres e entre as camadas mais ricas e mais pobres. Isto porque ao mercado interessa o lucro e não um desenvolvimento mais harmônico da sociedade.

Mesmo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional tiveram de reconhecer os graves resultados desta política. O relatório divulgado pelo Banco Mundial (BIRD) mostra que no período de maior influência do neoliberalismo houve um aumento da pobreza e do protecionismo internacional. As pessoas que viviam com menos de US \$ 1 por dia passaram de 1,2 bilhão em 1987 para 1,5 bilhão em 1999, e a América Latina está entre as regiões onde a pobreza mais cresceu. O relatório constatou, também, que a diferença de rendas entre os países mais ricos e os mais pobres cresceu seis vezes.

Sem rejeitar as idéias básicas do modelo, o diretor geral do FMI chegou a falar em “humanização da globalização” num jogo de cena para diminuir o impacto das críticas que este órgão vem recebendo. Trata-se de uma mudança de tom e não de conteúdo. O que pretendem são medidas compensatórias e não uma mudança de política, de rumos, posição semelhante à de Antônio Carlos Magalhães, que fala em combate à pobreza mas defende a política econômica e social de Fernando Henrique.

O relatório constata, ainda, um crescimento do protecionismo, em especial nos países industrializados, que impõem restrições, sob as mais diferentes formas, às importações dos países em desenvolvimento, mas não aceitam destes qualquer tipo de restrição às suas mercadorias. O resultado é uma competição altamente prejudicial aos países em desenvolvimento cuja consequência é o desmonte de seu parque produtivo. É a política do “faça o que eu mando e não faça o que eu faço”.

Falando sobre as consequências sociais deste processo Michel Chossudovsky



constata que “a globalização da pobreza neste final de século XX não tem precedentes na história mundial. Todavia, essa pobreza não se deve a uma ‘escassez’ de recursos humanos e materiais, mas, antes, a um sistema global de oferta excessiva nutrido pelo desemprego e pela minimização do preço da mão-de-obra em todo o mundo”.

O discurso de integração harmônica entre as nações, da superação das fronteiras nacionais, da redução do tamanho do Estado, particularmente nos países dependentes, mal esconde o real objetivo de desarmar os povos na defesa de seus legítimos interesses.

Na verdade há um processo simultâneo de fortalecimento dos estados nos países centrais e seu debilitamento nos países periféricos, com o aumento da dependência, como mostra o professor Atilio Boron: “Os estados, especialmente na periferia, foram conscientemente enfraquecidos, quando não selvagemmente sangrados, pelas políticas neoliberais, a fim de favorecer o predomínio sem contrapesos dos interesses das grandes empresas”. A realidade, diz ele, “é que nossos estados são muito mais dependentes hoje do que antes, oprimidos como estão por uma dívida externa que não para de crescer e por uma ‘comunidade financeira internacional’ que na prática os despoja de sua soberania ao ditar as políticas econômicas docilmente implantadas pelos governos da região. No entanto, por um desses paradoxos da história, nestas condições de intensificação sem precedentes da heteronomia nacional, as teorizações sobre a dependência ou o imperialismo são depreciadas como meros anacronismos, quando na realidade, adquiriram uma vigência ainda maior do que tinham conseguido na década de 60”.

É nestas condições que ressurgem a questão nacional, cada vez com mais força, pois os povos estão tendo melhores condições de identificar a gravidade das consequências desta política, particularmente na América Latina.

## *O Estado, nos países imperialistas, torna-se mais forte e armado, para assegurar seu domínio sobre os povos dependentes*

Falando sobre o chamado Estado mínimo, o professor Emir Sader afirma que esse caráter “só está presente na deterioração das políticas sociais, no caráter de maiores geradores de desemprego que esses estados assumem, no congelamento dos salários dos funcionários, no enfraquecimento dos funcionários públicos, no enfraquecimento generalizado da educação pública, da saúde pública, etc. Por isso falamos de Estado mini-max, máximo para o capital, mínimo para o trabalho”.

O processo de globalização é, sobretudo, financeiro. Juntamente com outros fatores de ordem política, tecnológica e militar, ele assegurou a hegemonia norte-americana no mundo pela ação direta dos Estados Unidos e de inúmeras instituições visando enquadrar as políticas nacionais aos interesses do grande capital internacional, entre as quais destacam-se Grupo dos Sete (G-7), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), Banco Mundial (BIRD), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Além disto, a OTAN passa a adotar uma política ofensiva com a criação de uma força internacional de intervenção. Fala-se, também, na criação de uma força latino-americana com os mesmos objetivos. Estas agências formam verdadeiros governos paralelos, esvaziando as funções dos governantes eleitos pelo povo, fixando as políticas econômicas em função dos interesses dos grandes grupos financeiros.

A interferência externa chega ao ponto do Relatório do Banco Mundial, falando sobre a Reforma do Judiciário, afirmar que “a reforma econômica requer um bom funcionamento do Judici-

ário” e que, com “a emergência da abertura dos mercados aumenta a necessidade de um sistema jurídico” adequado a elas. As “regras do jogo” são aquelas impostas por estes organismos internacionais, de forma a favorecer os países altamente desenvolvidos e prejudicar os países dependentes.

A retirada dos instrumentos que permitem aos estados definirem suas políticas nacionais chega ao seu ápice com o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), denunciado na França e que voltará a ser discutido na Rodada do Milênio. Ele visa garantir os investimentos estrangeiros contra problemas econômicos e políticos capazes de prejudicar o capital estrangeiro, que deverá ser compensado pelos governos dos países onde elas venham a ocorrer. É o capitalismo sem riscos, cujos prejuízos são financiados pelos povos oprimidos – uma negação completa da idéia, enfaticamente defendida pelos capitalistas, de que o mercado é o melhor regulador das relações sociais e econômicas. Tal acordo expressa a intervenção do Estado na defesa do capital estrangeiro.

Comentando o ponto de vista de Paul Hirst e Grahame Thompson, Paulo Nogueira Batista Jr. afirma que “o que temos é uma economia internacional e não uma economia global. Não há fundamento para a alegação de que teria surgido, nos últimos vinte ou trinta anos, uma economia global, fortemente integrada, na qual os estados nacionais estariam se tornando obsoletos”. Segundo sua opinião “a economia internacional se caracteriza por processo de intercâmbio entre economias nacionais distintas. As trocas internacionais são significativas e crescentes, mas predominam as atividades econômicas in-



ternas. A maioria das empresas não perde suas vinculações nacionais. Os governos, agindo isoladamente ou por meio de acordos e entidades governamentais, continuam a desempenhar funções econômicas essenciais”.

Falando sobre globalização e Estado, Hans Dieterich Steffan, no livro *La Sociedad Global*, afirma que “apesar da crescente internacionalização do capital, a sociedade política segue sendo – sobretudo em tempos de crise – o conglomerado mais importante do sistema, precisamente por seu poder militar-político, e em virtude disto, o centro da luta pelo poder entre as diferentes classes sociais e entre os estados nacionais”. Ele afirma também que “as formas de luta pelo controle do Estado seguem sendo predominantemente nacionais”, e que “o efeito debilitante da expansão do capital transnacional sobre a capacidade de autodeterminação nacional, é mais notável nos países do Terceiro Mundo, que constituem o elo mais fraco da cadeia de exploração planetária e na hierarquia de poder internacional”.

Como complemento à implementação do projeto neoliberal, além das ações nos planos econômico e social, o desmonte dos estados nacionais exige também a restrição da democracia.

Para Atilio Boron, “a refundação de uma ordem econômica liberal – que deixe as mãos livres às frações mais dinâmicas e concentradas do capital – exige a constituição de uma ordem política crescentemente autoritária”. Já Zuzanne Brunhoff afirma que a “desregulamentação e a desnacionalização são inseparáveis de um desmantelamento da classe operária organizada em sindicatos independentes” e que “a centralização econômica privada requer uma centralização política”.

Dizer que este é o caminho único, inevitável que temos de trilhá-lo é o discurso das elites que romperam, completamente, com os interesses nacionais. É o discurso da traição nacional adotado

pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Inúmeros países confirmam a importância do Estado na definição e implementação de políticas nacionais. Tal caminho é adotado pela China e pelo Japão, guardadas suas particularidades e sistemas sociais diferentes.

A China dá uma lição ao mundo sobre a importância de se estabelecer uma justa relação entre Estado e mercado. Se a concepção neoliberal da “mão invisível do mercado” e do Estado mínimo tem sido derrotada pela prática social e a absolutização do papel do mercado tem conduzido à estagnação econômica e à crise social, a absolutização do papel do Estado conduz à burocratização e estagnação. A combinação destes dois aspectos, na China, priorizando o papel do Estado e do planejamento tem-lhe permitido obter os maiores índices de desenvolvimento do mundo.

O que está em curso, portanto, não é apenas a destruição dos estados nacionais, mas uma alteração das funções do Estado, com papéis diferenciados nos países centrais e nos países periféricos. Os estados rompem com qualquer tipo de política visando o bem-estar social e se concentram na tarefa de adotar medidas para fortalecer o setor empresarial e, em particular, o setor financeiro, conduzindo à concentração. Abrem a economia à competição predatória das empresas estrangeiras e adotam medidas de cortes dos direitos sociais e restrições democráticas. Para diminuir a resistência à sua implementação, a chamada ‘reforma do Estado’, feita para concretizar tais objetivos, é apresentada como progressista.

A questão nacional, hoje, se coloca

*Os banqueiros e  
financistas querem  
‘menos Estado e  
mais mercado’*

diferentemente de como era no passado. O processo de internacionalização da economia é um fato objetivo e vem de longe. É da própria natureza do desenvolvimento capitalista, como identificaram Marx e Lênin. A integração do Brasil nesse processo é natural e necessária. Interessa ao povo brasileiro se apropriar dos avanços científicos e tecnológicos. Mas isso deve ser feito levando em conta nossos interesses como nação e como povo. E isso implica na decisão soberana do povo brasileiro de estabelecer nosso próprio caminho em torno de um projeto de reconstrução nacional e não continuar nos submetendo aos caminhos que procuram nos impor.

### **Transformações do Estado brasileiro**

O processo de desmonte do Estado, em curso no país, faz parte da política neoliberal; visa adequá-lo aos interesses do grande capital financeiro e multinacional, e eliminar os instrumentos econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e culturais que permitam a formulação de um projeto de desenvolvimento que atenda aos nossos interesses.

O *Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho* denuncia que “com a adesão de parcela significativa das elites brasileiras ao engodo de um mundo sem fronteiras e sem Estados, iniciou-se a destruição da nacionalidade, e a expectativa de riqueza transformou-se no espectro do desemprego e da pobreza rondando os lares de milhões de brasileiros”.

O resultado do processo de globalização e o retrocesso social que está em curso nos ex-países socialistas tem permitido uma crítica mais rigorosa das políticas neoliberais, e as concepções progressistas e democráticas voltaram a crescer no mundo inteiro.

No Brasil, outra peça importante da política neoliberal é o desmonte do parque produtivo e o processo de privatização e desnacionalização da indústria nacional.





Ato público de lançamento do manifesto e do movimento "Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho". Brasília, novembro de 1999.

Falando sobre as privatizações Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central, declarou que elas atingiram, no Brasil, a cifra de 70 bilhões de dólares, sendo as maiores privatizações do mundo. Segundo o jornalista Aloísio Biondi em *O Brasil Privatizado: o balanço das privatizações*, o governo arrecadou ou transferiu dívidas num montante de 85,2 bilhões de reais, mas esconde que gastou mais do que recebeu com as privatizações. Que não entrou ou saiu dos cofres públicos um volume de 87,6 bilhões. Somente em investimentos feitos para "sanear" as empresas foram gastos 28,5 bilhões de reais. Tais fatos, não contestados pelo governo porque se baseiam em dados do Banco Central, demonstram, cabalmente, que as privatizações longe de dar lucros deram prejuízos.

A privatização de setores estratégicos da economia retirou do Estado importantes instrumentos para a implementação de uma política econômica de acordo com os nossos interesses. A história demonstra que nos países menos desenvolvidos o papel do Estado é decisivo para acelerar o processo de desenvolvimento. Isto ocorreu com a Alemanha, União Soviética, Japão, Índia, o próprio Brasil, e a China. Retirar o Estado da atividade produtiva, sobretudo em países em desenvolvimento, é permitir que setores estratégicos caiam nas mãos do grande capital internacional, aumentando o grau de dependência do país.

Outro aspecto importante diz respeito à desnacionalização de nossa economia. As empresas estrangeiras já respondem por cerca de 40% das exportações e 44% das vendas no mercado nacional. No

setor de autopeças o segmento nacional pode ser extinto em 5 anos, conforme o presidente do sindicato do setor. O capital nacional detinha 52% do investimento e do faturamento. Atualmente, responde por 40% e as empresas estrangeiras por 60%. No setor financeiro, em apenas dois anos (1995 a 1997) o controle estrangeiro sobre os ativos totais dos bancos passou de 21 para 30%. Isso faz crescer a remessa de lucros para o exterior, que passou de 2,5 bilhões de dólares, em 1994, para 7,2 em 1998.

As conseqüências do processo de desnacionalização são extremamente graves. Envolve a nossa própria soberania e a capacidade de formularmos um Projeto Nacional. Já em 1987 um relatório do próprio Senado norte-americano dizia: "Se continuarem a crescer a desnacionalização e a concentração de mercado de produto, a economia brasileira haverá de se deparar com a crescente vulnerabilidade perante o poder de decisão estrangeiro, que é tomado nas salas das sedes principais das empresas multinacionais". Sobre este aspecto, o professor Celso Furtado diz que "a globalização em países heterogêneos como o Brasil resulta no esvaziamento do poder de governar dos estados diante do comando assumido pelos conglomerados".

Outra medida que faz parte da chamada reforma do Estado é a Reforma Administrativa. Ela quebrou a estabilidade do servidor público e debilitou o concurso público como mecanismo de acesso aos cargos públicos ao instituir a seleção pública como "mecanismo mais flexível" de contratação de servidores.

Mas uma das medidas mais importantes da Reforma Administrativa foi pouco discutida: o chamado Contrato de Gestão, que permite ao Estado repassar para o setor privado responsabilidades nas áreas da educação e saúde, abrindo mão de suas responsabilidades sociais sob o falacioso argumento da maior eficiência da iniciativa privada.

Outro aspecto importante do projeto neoliberal está registrado nas medidas adotadas para a "flexibilização dos direitos trabalhistas", entre elas o contrato temporário de trabalho. A precarização do trabalho tem o objetivo de reduzir os custos de produção à custa do trabalhador, mesmo quando se sabe que os salários no Brasil são dos mais baixos do mundo, como mostram pesquisas do World Economic Forum.

Sobre isso, Suzanne de Brunhoff diz que "manter o rigor para os assalariados e restaurar a rentabilidade das empresas (mesmo que a queda desta última não seja efeito de salários elevados demais), seria a saída liberal para a crise, como mostrou a retomada americana de 1983-1984".

O desmonte da pesquisa científica e tecnológica é outro sério passo para a desestruturação do Estado nacional. No programa "Avança Brasil" o governo destinou 0,4% dos recursos para a Ciência e Tecnologia, incluindo os setores privado, estados e União. Para se ter uma idéia da insignificância destes recursos basta dizer que os países desenvolvidos gastam, em média, 3% de seu orçamento nesta área. O resultado desta política irresponsável é a desorganização do pouco que existe de pesquisa científica e tecnológica no Brasil.



A Reforma Tributária, como aspecto da política neoliberal, não passa do mecanismo de repasse de recursos das camadas mais pobres para o Estado e para os setores de renda mais elevada. A lógica desta política é de que a concentração de recursos nas mãos dos empresários permite o investimento e o crescimento econômico, embora os fatos demonstrem que isto não está ocorrendo. A concentração da renda tem levado tais setores a investir na especulação e não na atividade produtiva. O chamado Imposto sobre o Valor Agregado é uma das expressões desta política. Ao invés de aumentar a carga tributária sobre a renda e a propriedade, aumenta sobre a circulação das mercadorias, que recai indistintamente sobre todos os setores da população. A situação tributária atual já é grave, pois onera os setores de mais baixa renda – as famílias que ganham até dois salários mínimos por mês pagam mais de 8% de sua renda familiar per capita em impostos indiretos. A isen-

çamento primário, isto é, aquele onde não estão incluídos os pagamentos de juros, para a geração de superávits. Ou seja, o FMI quer que o governo economize cortando os gastos em investimentos públicos na saúde, na construção de escolas, estradas, no desenvolvimento econômico do país, mas não aceita nenhum tipo de corte sobre o pagamento da dívida externa.

O Brasil trabalha, sobretudo, para pagar a dívida e não para crescer e melhorar a vida de seu povo. A dívida interna, no governo Fernando Henrique Cardoso, passou de R\$ 66 bilhões em 1994 para 500 bilhões em 1999. A dívida externa cresceu para 240 bilhões de dólares.

O Brasil paga as maiores taxas de juros do mundo. Em 99 pagamos em torno de 130 bilhões de reais de juros – em torno de 10 bilhões por mês. É irracional o país gastar este montante para o pagamento da dívida e não ter recursos para a retomada do seu desenvolvimento e para as necessidades sociais urgentes.

mento do país. Esta é uma opção que o povo brasileiro terá de fazer. Do contrário continuaremos caminhando para a desestruturação da Nação.

Outro compromisso estabelecido pelos acordos com o FMI é assegurar o livre fluxo de capitais. A consequência disto é que o Brasil fica sem a possibilidade de tomar medidas em defesa de sua economia impedindo, por exemplo, a evasão de divisas através da centralização do câmbio.

Não bastando, o FMI exigiu um escritório no prédio do Banco Central do Brasil para ditar as decisões de política econômica a serem tomadas por aquele órgão. O governo brasileiro, de fato, não decide sobre os grandes rumos da economia brasileira e o FMI funciona, efetivamente, como um governo paralelo.

Uma grave consequência social deste modelo é o desemprego. Só na Grande São Paulo existem 2 milhões de desempregados, dos 10 milhões existentes no País. Mas a crise social não se expressa somente através do desemprego. Está presente no agravamento das condições de saúde do nosso povo, evidenciado com o surgimento de doenças já extintas no país há muito tempo; no aumento da criminalidade; da prostituição; no aumento do número dos menores de rua.

As alterações no Estado brasileiro se expressam, também, no terreno político, onde ocorre a concentração crescente de poderes nas mãos do Executivo como, por exemplo, pelo uso sistemático e arbitrário das Medidas Provisórias, esvaziando as funções próprias do legislativo. Outra forma de concentração foi a aprovação da Desvinculação de Recursos da União (DRU), que substituiu o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), assegurando ao governo federal 20% da receita da União (41,5 bilhões de reais) para ser gasto como o governo quiser. A não execução de certas despesas orçamentárias, também, representa uma política de esvaziamento do Congresso. O governo autoriza somente aqueles gastos que estão de

---

## *Pelo menos formalmente, o Banco Mundial e o FMI tiveram de reconhecer os maus resultados da política neoliberal*

---

ção fiscal sobre alimentos poderia reduzir o número de indigentes no país.

De acordo com Everardo Maciel, secretário da Receita Federal, enquanto as pessoas físicas que ganham acima de 1.800 reais pagaram 32% mais um adicional de 2,5% de suas rendas em impostos, as empresas pagaram 13,5% e os bancos 3,1%. Além disso, diz o mesmo secretário, 825 bilhões de reais em impostos, simplesmente não foram pagos. Com isto o país perde, anualmente, o correspondente a um PIB inteiro com a chamada “elisão” fiscal, ou seja de calote no erário público.

Outro mecanismo determinado pelos acordos do Brasil com o FMI é o ajuste fiscal, através de cortes no chamado or-

Um indicador importante para melhor entender as reais prioridades do governo está na execução orçamentária, ou seja na prática efetiva do orçamento. Em 1999, de um total de 1 trilhão, 4 bilhões, 533 milhões, 781 mil e 20 centavos de gastos previstos no orçamento, 633 bilhões se destinaram à rolagem da dívida. Esta política suicida, que subestima a produção e os problemas sociais e superestima a esfera financeira e os compromissos com os banqueiros internacionais, está levando o país à falência.

Na verdade está colocada uma opção para o Brasil: cortar recursos dos investimentos públicos para saldar as dívidas externa e interna, ou cortar do pagamento da dívida para assegurar o desenvolvi-



acordo com sua política e não aqueles decididos pelo Congresso Nacional ao aprovar o orçamento.

Aspectos importantes da Reforma do Judiciário fazem parte deste mesmo objetivo. A adoção da chamada súmula vinculante é um mecanismo que permite aos tribunais superiores a adoção de decisões válidas para todas as instâncias do Judiciário, dando a tais tribunais poderes de legislar, o que é inconstitucional. Isto facilita a pressão do governo sobre os tribunais superiores em casos como o ocorrido na concessão de liminares no processo de privatização da Telebrás.

Mas as medidas mais importantes no terreno político estão relacionadas com a chamada Reforma Política, cujo papel é consolidar as outras reformas e ao mesmo tempo criar condições políticas mais favoráveis para aprofundá-las, ao assegurar uma hegemonia mais completa do poder pelos setores que adotam a política neoliberal.

Como saída para a crise política chega-se a falar na retomada da questão do parlamentarismo. Nas atuais condições tratar-se-ia de uma manobra continuísta do presidente Fernando Henrique.

Todavia as questões-chaves da Reforma Política estão relacionadas com uma drástica redução do número de partidos políticos, a adoção do voto distrital misto, a cláusula de barreira e a proibição das coligações proporcionais. São todas medidas que aprofundarão as influências do poder econômico no processo eleitoral e reduzirão drasticamente o número de partidos políticos. Tornará as instâncias de poder no país mais elitistas e representativas dos grupos econômicos.


Analisando a gravidade do processo de destruição da nação brasileira, o *Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho* afirma que “nunca o presente e o futuro do Brasil estiveram tão ameaçados. Jamais sofreu a nossa soberania as humilhações que ora suportamos. Decididamente, está na hora de reverter

## *É preciso unir o povo num amplo movimento cívico em torno de um projeto de reconstrução do Brasil*

tudo isto! Precisamos reconstruir nossa nacionalidade!”.

Estamos, portanto, diante da necessidade da formação de um amplo movimento cívico que una o povo brasileiro em torno de um Projeto de Reconstrução da Nação, que não deve visar o retorno ao Estado anterior mas representar um salto para a organização de um Estado de conteúdo progressista, nacional, democrático e popular. Que tenha como objetivo a retomada do crescimento econômico, com distribuição da renda. A denúncia dos acordos firmados com o FMI e a renegociação soberana das dívidas interna e externa, com vistas a assegurar recursos para o desenvolvimento do país. Que faça uma combinação, sob os interesses do país e do povo, entre o papel do Estado e do mercado no desenvolvimento. Revisão do processo de privatizações. Política industrial e agrícola de estímulo à produção nacional e ao mercado interno. Reforma agrária e política agrícola para o pequeno e médio produtor rural. Reforma tributária democrática que enfatize os impostos diretos, entre uma série de medidas para reorientar o desenvolvimento para um novo caminho, autônomo e capaz de atender aos interesses de nosso povo.

A luta contra o projeto neoliberal e a reconstrução nacional passam pela constituição de um amplo movimento político. Sem a construção de uma ampla frente política os setores populares não conseguirão apresentar uma alternativa efetiva para esta situação. Mais uma vez corremos o risco de que setores das classes dominantes assumam um discurso falsamente oposicionista para continuar no poder. A alternativa popular somente se transformará em

realidade a partir da unidade dos partidos de esquerda. É necessário que cada um perceba a gravidade da situação enfrentada pelo país e coloque seus objetivos particulares subordinados ao objetivo maior de defesa dos interesses do povo brasileiro. Toma-se necessário, também, a união de amplas camadas do nosso povo, de todos aqueles que sofrem as consequências da atual política e querem reconstruir o país em torno do Programa do Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho. 

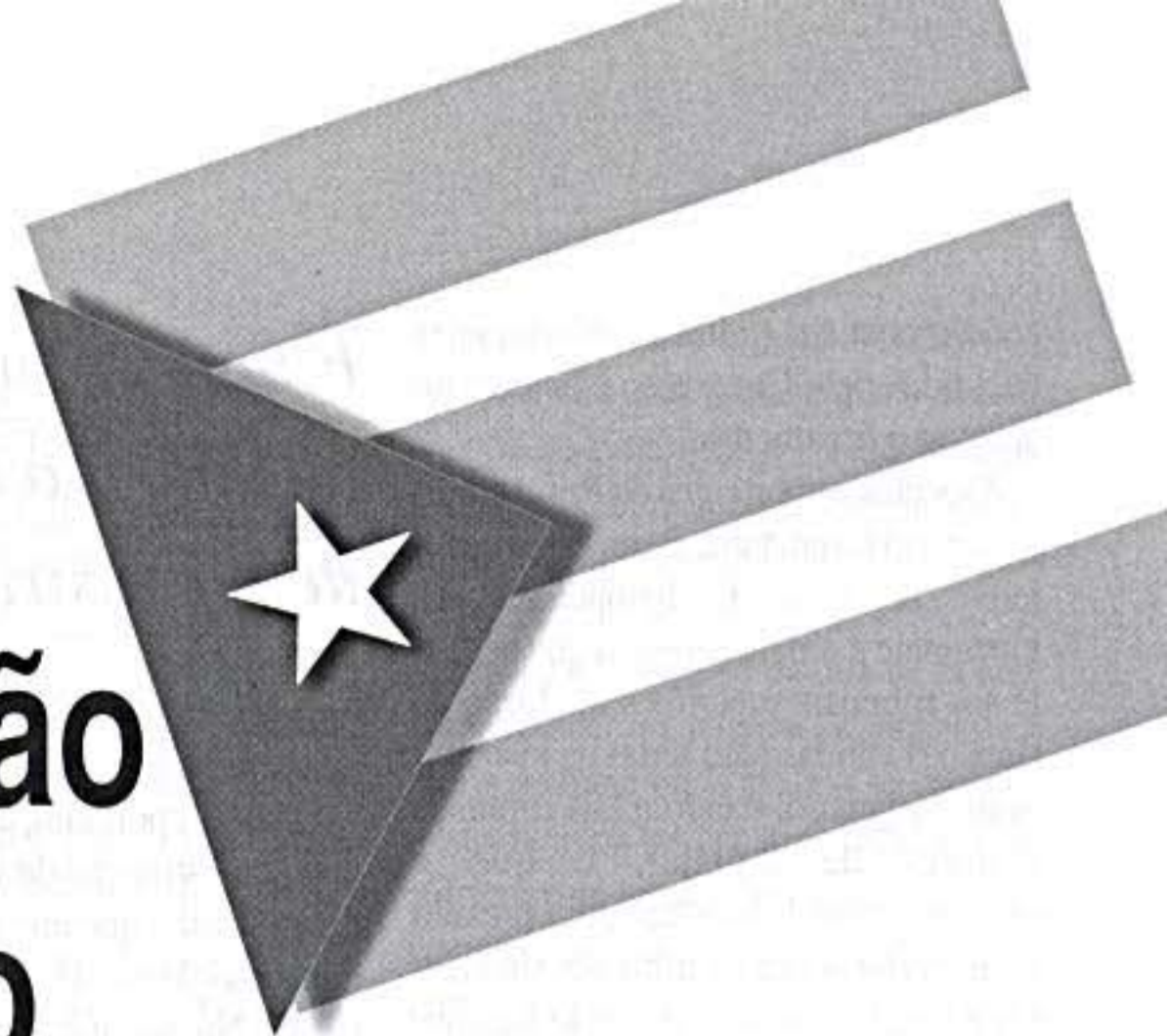
Aldo Arantes é advogado, membro da Secretaria Nacional da Frente de Oposição Democrática e Popular e da Comissão Política do PCdoB.

### *Referências bibliográficas*

- BORON, Atílio A. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. Paz e Terra, São Paulo, 1994.
- BRUNHOFF, Zuzanne de. *A Hora do Mercado*. Editora UNESP, São Paulo, 1991.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Papyrus Editora, São Paulo, 1994.
- CHOMSKY, Noam e Dieterich, Heinz. *La Sociedad Global*. Editorial 21, Argentina, 1999.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. Editora Moderna, São Paulo, 1999.
- ENGELS, F. *Obras Escogidas – Marx & Engels, El Origen de la Familia, la Propiedad Privada y el Estado*. Editorial Progreso, Moscou, 1966.
- FIORI, José Luís. *Os Moedeiros Falsos*. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1997.
- LENIN, V. I. *Obras Escogidas, Tomo 1, El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo*. Editorial Progreso, Moscou, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Obras Escogidas, Tomo 2, El Estado y la Revolucion*. Editorial Progreso, Moscou, 1960.
- MANIFESTO em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho*. Manifesto assinado por 117 personalidades entre políticos, intelectuais, artistas e desportistas brasileiros.
- SADER, Emir e Gentilli Pablo (Orgs.). *Pós-Neoliberalismo II*, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1999.



# Cuba: da recuperação econômica ao desafio ideológico



LUIZ MANFREDINI

*A Ilha teve o maior crescimento entre as economias latino-americanas, e agora preocupa-se em desenvolver a consciência socialista de seu povo*

Cuba encerrou 1999 contabilizando notáveis 6,2% de crescimento do seu PIB. A performance da economia da Ilha impressionou os próprios cubanos que, no início do ano passado, não imaginavam taxas muito superiores a 2,5%. O feito torna-se mais significativo quando comparado com o minguido desempenho econômico do subcontinente.

No final do ano, um relatório da CEPAL mostrou que o PIB simplesmente não cresceu na América Latina em 1999. Em termos de PIB por habitante, ainda segundo a CEPAL, a Amé-

rica Latina, sem contar Cuba, apresentou um decréscimo de 1,6%, enquanto a Ilha ostentou folgados 5,6%, ocupando o topo entre os países latino-americanos. Entre 1995 e 1999, a

América Latina cresceu, em média, 2,5%, enquanto Cuba, 4%.

Os resultados cubanos, no entanto, não devem ser medidos apenas em sua comparação com o andamento econômico do restante da América Latina. Por si só, essa comparação já é excepcionalmente favorável a Cuba. O que se deve levar em conta é que, apenas dez anos atrás, na esteira do colapso da União Soviética e dos regimes do Leste europeu, a Ilha praticamente chegou ao fundo do poço. Na época, o socialismo caribenho chegou a ser dado como terminal. É isso que verdadeiramente engrandece o significado do desempenho de sua economia no ano passado.



Cuba, de fato, beirou perigosamente o colapso nos anos que se seguiram a 1989. Perdeu 80% do seu comércio exterior, o PIB despencou pela metade, 80% de sua capacidade industrial instalada deixou de ser utilizada, o déficit orçamentário quase quadruplicou entre 1990 e 1993 e o peso desvalorizou-se 120% em relação ao dólar americano. A Ilha ficou sem petróleo, obrigando a volta dos carros de boi na agricultura e da tração animal em boa parte dos transportes urbanos. O desemprego grassou. Faltou comida, roupa, energia elétrica e medicamentos vitais, artigos de limpeza e higiene pessoal. Com falta de papel e tinta, a atividade editorial foi praticamente paralisada no país. Com drástica redução no consumo diário de calorias na alimentação, os cubanos emagreceram e ficaram doentes. De fome, pessoas desmaiavam nas ruas. É bom não esquecer que, desde 1962, Cuba já vinha sofrendo perverso bloqueio econômico capitaneado pelos Estados Unidos, o que impunha ao país dificuldades adicionais nada desprezíveis, onerando enormemente sua economia. Estava armado, portanto, um duplo bloqueio à Ilha.

Mas Cuba renasceu das cinzas. Seu desempenho, na reconstrução da economia e na salvação do país é, segundo o deputado José Luís Rodríguez, Vice-Presidente do Conselho de Ministros, em seu informe à Assembléia Nacional sobre os resultados econômicos de 1999, uma “demonstração palpável do triunfo das idéias revolucionárias e socialistas sobre um modelo de capitalismo neoliberal que, pelo menos nos últimos 15 anos, apresentou-se ante os olhos do mundo como a única alternativa possível, especialmente para a América Latina, frente ao suposto fracasso da revolu-

## *Cuba praticamente renasceu das cinzas*

ção cubana”. De fato, e a despeito dos impasses descomunais a que foi submetida, Cuba transitou por esses anos dramáticos mantendo um desempenho notável, em particular na área social, onde manteve, praticamente intacto, seu formidável sistema de educação e saúde.

Em 1999, o Estado e as cooperativas construíram 25.500 casas, às quais se somam as mais de 41 mil edificadas pela própria população. Foram concluídos 4.300 apartamentos na rede hoteleira, aumentaram os investimentos na prospecção do petróleo, na modernização das centrais termelétricas, nas telecomunicações. O desemprego – de 6% em 1999 – é inferior ao de 1998. O salário médio dos trabalhadores elevou-se. Isto sem falar numa performance no geral positiva dos vários ramos produtivos. Ainda assim, persistem os impactos negativos acumulados durante os primeiros anos do período especial que o país assumiu para enfrentar principalmente o desmantelamento da União Soviética. O desempenho da indústria açucareira entre 1993 e 1998 jogou peso nesse resultado. O bloqueio norte-americano e a incerta conjuntura nacional dificultam a obtenção de créditos. Somente a queda dos preços do açúcar, entre 1998 e 1999, acarretou um prejuízo estimado em US\$ 265 milhões nas exportações cubanas. O preço do barril de petróleo – que aumentou 2,5 vezes entre dezembro de 1998 e novembro de 1999 – também pesou sobre a economia cubana. Por isso o

deputado Rodríguez, em seu informe, reconhece que “os níveis de produção alcançados, mesmo que apresentando uma evolução positiva, ainda se encontram longe de satisfazer as necessidades da população”.

### **Encruzilhada ideológica**

A reação da economia cubana tem como alicerce um conjunto de amplas transformações ocorridas imediatamente após ao desmantelamento da União Soviética. A entrada do capital estrangeiro, a instituição do trabalho por conta própria na cidade e no campo, a aceitação do dólar americano como moeda corrente, ao lado do peso, a priorização do turismo como fonte de geração de emprego e a entrada de divisas a curto prazo são algumas das reformas cubana. Nada indica que não tenham sido medidas absolutamente necessárias para que o país recuperasse seu vigor econômico nos marcos do socialismo.

Mas a nova formatação que conferiu uma certa pujança à economia cubana e garantiu que o país se distanciasse do abismo que beirou na virada da década vem sendo, ao mesmo tempo, responsável por modificações subjetivas importantes. A dramática encruzilhada cubana não foi apenas econômica. Apresentou – e de forma contundente – uma larga e complexa dimensão ideológica.

A verdade é que a crise na URSS e no Leste Europeu “destruiu um dos principais padrões valorativos de comparação, através dos quais eram julgados muitos dos processos e acontecimentos da vida nacional ou internacional”, afirma José Ramón Fabelo, Vice-Presidente da Sociedade Cubana de Investigações Filosóficas. Disseminou-se, em decorrência, uma atitude nihilista em relação



ao marxismo e aos valores a ele associados. Além disso, a hegemonia neoliberal estabelecida após as derrotas socialistas, difundiu massivamente – e Cuba não poderia estar de todo a salvo desse maremoto ideológico – concepções sobre o fim da história, a morte das utopias, o envelhecimento de aspirações por uma sociedade mais justa, o individualismo, o consumismo, etc. Tratava-se, segundo Fabelo, de “uma crise universal de valores”.

Às influências da debacle no Leste europeu, somou-se a crise econômica interna, provocando, particularmente entre os jovens, uma deterioração nos valores tradicionalmente cultivados pela Revolução Cubana. Como explica Fabelo, “as crises de valores geralmente acompanham as comoções que têm lugar nos períodos de transição da sociedade (progressivos, regressivos ou de acomodamento)”, o que comumente gera “perplexidade e insegurança dos sujeitos sociais sobre qual é o verdadeiro sistema de valores e um sentimento de perda de validade daquilo que se considerava valioso”. Assim, “a crise econômica provoca condutas mais pragmáticas, menos altruístas e menos solidárias, o ceticismo sobre o futuro da revolução e sua capacidade de enfrentar os problemas, uma inclinação à sociedade de consumo em busca de um escape para a difícil situação vivida”.

Para Maria Isabel Domínguez, do Centro de Investigações Psicológicas e Sociológicas, “as difíceis condições do país e as dúvidas sobre os prazos de suas soluções, somadas à passividade imperante em muitos grupos, estão provocando uma certa incerteza ante o futuro que se traduz no reforçamento do imediatismo e do hedonismo (...), do consumismo e da

busca de vias alternativas (...) que incluem a prostituição, o casamento por interesse e o delito”. Assim, “aos valores da honestidade, do sentido do dever, da disposição positiva para o trabalho e da solidariedade, que deviam ser uma das normas de funcionamento socialistas e que ainda não haviam logrado se consolidar, superpõem-se a busca de saídas individuais que propiciam a dupla moral, o oportunismo e o utilitarismo”. Há o predomínio de uma consciência de consumidor sobre a de produtor. Tal situação é tema do livro *Trilogia Suja de Havana*, do escritor cubano Pedro Juan Gutiérrez, editado no Brasil, no final do ano passado, pela editora Companhia das Letras. Ali se mostra, com chocante contundência, as ondas de dissipação que atingiram – e ainda atingem – setores da população cubana a partir do início da crise econômica.

Maria Isabel assinala que, ao longo do processo revolucionário cubano, tem havido “um forte consenso social em torno dos valores básicos da revolução como a igualdade e a justiça, o que tem mantido a maioria da população integrada ao projeto revolucionário. É verdade. Do contrário, não se poderia explicar a sobrevivência de Cuba ao duplo bloqueio. Ainda assim, o alto senso crítico – e a enorme sinceridade – dos cubanos identifica o que consideram elementos negativos presentes na sociedade e que contribuíram para agravar a interface ideológica das reformas do início dos anos 90. A primeira é a consciência igualitarista, reforçada especialmente durante os anos 80, que fomentava altas expectativas de bem-estar material acima das possibilidades do país. Em seguida, a deficiência no trabalho das instituições

sociais responsáveis pela transmissão das normas e valores vigentes através do processo de socialização de crianças e jovens. Fragmentadas (isto é, desprovidas de um enfoque sistêmico), essas instituições, além do mais, promoviam uma socialização homogênea, não considerando suficientemente as diferenças entre os grupos sociais e entre os indivíduos. Já a *tecnocratização* sobrepuja a difusão de informações técnicas sobre as de natureza humanista, destinadas – estas – à formação de valores. Por fim, o paternalismo levou à se conferir aos jovens um papel passivo em sua socialização.

O assunto, obviamente, preocupa os dirigentes cubanos. Tempos atrás, a Assembléia Nacional promoveu um seminário a respeito do que chamou *Uma Campanha de Espiritualidade e de Consciência*. O encontro foi precedido por discussões que se espalharam pelo país envolvendo professores, cientistas, profissionais e trabalhadores em geral, organizações sociais, de massas e governamentais. O seminário buscou variadas abordagens – filosóficas, históricas, sociológicas, psicológicas e pedagógicas – do problema da formação de valores nas novas gerações. Intervindo na ocasião, o escritor Cíntio Vitier, Presidente do Centro de Estudos Martianos, sugeriu uma “espécie de nova alfabetização ética, patriótica e, desde logo, política”, com base num encontro das novas gerações com a ética e a espiritualidade martianas”. Um encontro dentro de um estilo pedagógico – como ensinava Martí – livre, coloquial, agradável, concreto. Para María Isabel Domínguez, “um traço fundamental desse momento é de conseguir que a necessária transformação sócio-econômica de nossa so-



cidade seja acompanhada de uma transformação ética, em que se abandonem dogmas e estilos caducos, mas seja preservado o mais valioso da moral nacional e revolucionária”.

Esta imensa tarefa, segundo Cíntio Vitier, “não pode nem deve ser responsabilidade exclusiva da escola, ainda que tenha nela seu centro”. Trata-se, garante, de “uma empresa de dimensão nacional, envolvendo todas as organizações e organismos relacionados com o problema”. María Isabel Domínguez recomenda um reajuste de aspirações nas gerações mais jovens, de modo a melhor equilibrar as aspirações individuais e as metas sociais, além de ajustar mais adequadamente as aspirações às possibilidades reais de satisfazê-las, tanto individual, quanto socialmente. Tais objetivos, segundo ela, caminhem em duas direções fundamentais. A primeira impõe que as oportunidades sociais estejam ligadas ao aporte que o indivíduo ofereça à sociedade. “A sociedade cubana tem de produzir seu grupo de referência interno, portador de um modelo de bem-estar próprio”, afirma María Isabel, para quem tal referência deverá “contrapor-se à influência de outros grupos de referência com modelos de bem-estar forâneos e em desajuste com nossas condições”.

A investigadora coloca a socialização das crianças e jovens como “a segunda direção dessa estratégia combinada”, para a qual a questão chave é a elevação do poder de persuasão no trabalho educativo e polí-


## *O período de transição foi marcado por forte crise de valores*

tico, combinando maior informação, maior participação e uma adequada política de estímulos. A escola, a seu ver, mantém seu papel determinante no processo de socialização, cabendo-lhe três missões essenciais: ensinar a pensar, ensinar não só para desenvolver habilidades técnicas parciais, mas fundamentalmente para entender a totalidade social; promover mudanças nas aspirações dos jovens enfatizando o papel de produtor sobre o de consumidor; reforçar a importância da formação de valores, fundamentalmente do valor nacional e do valor trabalho, combinando, para tanto, o papel da razão e o da emoção evitando, como diz Ramón Fabelo, “uma transmissão fria e esquemática de valores”.

Fabelo considera vital demonstrar sistematicamente, tanto às novas gerações, quanto a todo o povo cubano, que “as reformas capitalistas que hoje precisamos introduzir (...), ainda quando possam acarretar consequências não desejáveis, são medidas absolutamente necessárias e inevitáveis em nossas condições, não se constituindo um fim em si mesmas, mas um valor instrumental, um meio que nos permitirá, em primeiro lugar, obter a recuperação econômica e preservar a prática de importantes valores como a independência, a dignidade nacional e as grandes conquistas de justiça social que a revolução trouxe a nosso povo”. A seguir, Fabelo sugere uma “reconceituação da nossa utopia (...) de modo que seja possível outorgar um sentido estratégico nitidamente socialista a tudo o que fazemos, evitando a impressão de que nos movemos irremediavelmente em direção ao capitalismo”.

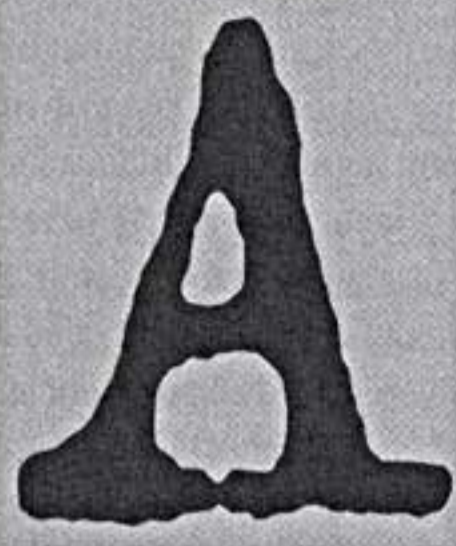
“É imprescindível” – sublinha Fabelo – “resgatar a credibilidade do

marxismo, despojá-lo dos vícios dogmáticos e das desfigurações históricas de que foi objeto, renová-lo criadoramente segundo as circunstâncias atuais, vinculado estreitamente com o ideal patriótico, independentista e socialista da Nação”. Por fim, ainda segundo Fabelo, “deve-se propiciar às novas gerações um conhecimento maior da outra face do capitalismo, que geralmente se mantém oculta, onde se encontram a miséria, a insalubridade, a incultura, a injustiça e a morte”. Para ele, é preciso demonstrar às novas gerações os limites históricos, ecológicos e humanos que tem o capitalismo como sistema, sua irracionalidade como modo de organização da sociedade, sua impossibilidade como modelo do futuro humano”.

Cuba segue examinando e percorrendo seus caminhos. Como sempre, a revolução não se recusa a enfrentar as contingências históricas que de hábito surgem diante de si. Atua na economia, na política e na ideologia. “Uma revolução só pode ser filha da cultura e das idéias”, disse Fidel Castro na aula inaugural da Universidade Central da Venezuela, que proferiu em fevereiro do ano passado. “Nenhum povo se faz revolucionário pela força. Quem semeia idéias, não necessita jamais reprimir o povo”, acrescentou. Em tempos de socialismo pós – queda do Muro de Berlin, que desafia a inteligência dos seus construtores para opor-se ao dogmatismo, ao voluntarismo e à vulgarização da teoria, Cuba oferece ao mundo instigantes ingredientes – vários deles precursores e freqüentemente polêmicos – para uma reflexão crítica, dialética e, portanto, criadora, a respeito do socialismo e seus percursos nos primórdios do século XXI. 

Luiz Manfredini é jornalista e escritor paranaense. Visitou Cuba em janeiro último.





# democracia neoliberal

ALDO REBELO

*A oligarquia financeira quer institucionalizar seu domínio: menos partidos e liberdades políticas e mais dinheiro para a mídia chapa branca*

Em maio de 1998 Hugo Chávez era apenas um coronel reformado do exército da Venezuela que depois de passar um tempo na cadeia, por participar de um levante contra o governo, ligara-se a grupos nacionalistas e de esquerda de seu país e da América Latina. Sua candidatura à Presidência da República sequer merecia menção nos principais jornais de Caracas. A campanha presidencial daquele ano, ao que tudo indicava, seria decidida como sempre entre os representantes das velhas correntes conservadoras, desta vez adornada pela presença, como candidata, de uma ex-miss Venezuela, muito bem relacionada nos meios financeiros do país, segundo se comentava nos círculos mundanos de Caracas.

A bancarrota dos partidos oligárquicos e o sucesso de Chávez em levantar a esperança e o orgulho dos venezuelanos, além de levá-lo à

Presidência tornou mais urgente uma grande preocupação entre os corifeus do neoliberalismo: a legislação eleitoral e partidária dos países da Amé-

rica Latina precisava ser alterada para fechar definitivamente as portas aos partidos e candidatos capazes de desafiar o domínio dos monopólios em meio à crise econômica e social, e à crescente insatisfação popular nesta área do Continente.

Os neoliberais já conheciam o lado positivo dessa situação, quando, no Brasil de 1989, foram salvos pela candidatura de Fernando Collor de Mello no pleito em que este derrotara uma coligação de esquerda que chegou perto do palácio presidencial de Brasília no momento em que as forças conservadoras mais uma vez falhavam no processo de transição de um regime ditatorial para um processo democrático. Agora viam assustados que da mesma forma que Collor os salvara de uma catástrofe, uma legislação razoavelmente liberal poderia permitir, como no caso venezuelano, a ascensão de forças hostis aos seus postulados.



## O mercado disciplina a eleição

Ao mesmo tempo em que trabalham pela flexibilização das regras de comércio e das relações de trabalho, os monopólios globais exigem modelos institucionais rígidos, capazes de assegurar seus interesses mesmo diante da instabilidade econômica e social nos países sob seu domínio. Preconizam fórmulas eleitorais e de funcionamento partidário arranjadas para perpetuar o condomínio conservador. Aí não haveria brechas para candidatos independentes que a partir da coligação de partidos nacionalistas e de esquerda, com forte apoio popular, afrontassem a hegemonia da oligarquia financeira.

Realizadas tais mudanças que por aqui levam o nome de reformas políticas já não se poderia falar em democracia no sentido rigorosamente liberal. A escolha do eleitorado já não seria entre as correntes políticas e ideológicas existentes na sociedade, mas tão somente um simulacro de múltipla escolha entre as legendas habilitadas pelo cipoal legislativo trançado de tal maneira a só tornar aptos para os pleitos os partidos conservadores ou aqueles que não contestassem diretamente o núcleo da política globalizante.

Inauguraríamos, para êxtase da modernidade neoliberal, a era da política e dos candidatos virtuais. Os programas, a doutrina, a ideologia, já não teriam importância, substituídos que estariam pela eficiência do mercado (marketing) e pelo poder do dinheiro. Mídia e dinheiro, quanto mais melhor, assim poderíamos reduzir o esplendor da política imaginada pelos reformadores do grande capital.

A cláusula de barreira ou de desempenho, exigência de um número elevado de votos como condição para a existência institucional de um partido

é um dos pilares da chamada reforma partidária. A proibição das coligações, associações de partidos com afinidades entre si para disputar os pleitos, seria outra medida da autodenominada reforma eleitoral. Nada de se discutir a efemeridade dos partidos, a ausência de doutrina e de programas nas grandes legendas, ou o abuso do poder econômico que vai transformando o processo eleitoral em uma espécie de leilão degradante entre os bancos e as empresas multinacionais capazes de financiar campanhas milionárias.

## Bornhausen aprende as lições de Lampedusa

O PSDB de FHC é uma espécie de UDN globalizada, com todos os defeitos da antiga sigla – o apelo moralista às ilusões e preconceitos da classe média e a mesma facilidade em se aninhar no colo dos potentados; sem nenhuma das virtudes da antiga agremiação. Em confissão à revista *Veja* (22.12.99) FHC diz que “os Estados Unidos não precisam da força para invadir, eles invadem pela cabeça”. Fala com a autoridade de quem tem a própria cabeça sob as rédeas da geopolítica norte-americana, do FMI e do consenso de Washington.

FHC e o PSDB fariam de bom gosto as mudanças restritivas na legislação eleitoral e partidária. Mas falta ao grupo a visão estratégica e a “coragem de salteador”, como diria Lima Barreto, tão presente na tradição lacerdistas herdada e deformada pelos tucanos com os trejeitos da pusilanimidade e da covardia. Democrata de pouca fé recém convertido ao credo globalitário, FHC precisaria do impulso de uma força dirigente para promover o cerco aos direitos democráticos.

O PFL é a organização destinada a cumprir este roteiro no Brasil. Das legendas tradicionais é a única com con-

sistência para liderar a nova forma de hegemonia. A familiaridade com o poder, a naturalidade com que se amolda às novas exigências das classes dominantes transformaram o PFL em uma espécie de pedra de mil e uma utilidades, na qual o cinzel da classe dominante sempre pode esculpir um modelo novo.

E como desde Lampedusa, tudo deve mudar para que tudo continue como está, também o PFL ensaia suas mudanças para cortar o velho pano de acordo com o novo figurino. E para promover as mudanças desponta na alta costura de Brasília a figura do senador Bornhausen (PFL/SC), sombrio articulador de bastidores, frequentador de palácios em tantos governos quanto os houve no passado recente da República. Intérprete sensível das aflições políticas dos monopólios, a reforma política da qual se fez anjo da guarda, enseja mudanças e sacrifícios na própria organização que integra.

Para cumprir seu objetivo Bornhausen imagina um PFL eleitoralmente denso no Sul e no Sudeste, escoimado do anátema de legenda fisiológica alimentada pelos votos dos grotões nordestinos. O PFL dos sonhos de Bornhausen não frequenta a lavagem das escadarias do Bonfim, não assume compromissos com prefeitos e vereadores do sertão baiano, não está preocupado com a irrigação do agreste pernambucano; não frequenta feiras, não faz comícios. O PFL do Dr. Bornhausen não hipoteca uma ninharia que seja do orçamento para a construção de uma ponte, uma estrada ou uma escola. O PFL do Dr. Bornhausen desfila com ternos alinhados nos salões perfumados da banca da Avenida Paulista ou nos escritórios elegantes da Avenida Luís Carlos Berrini, novo ponto de encontro no mundo dos negócios paulistano.



Para o bem ou para o mal, esse PFL condenado à morte pelo Dr. Bornhausen envolve povo na sua ação clientelista. Na campanha imaginada pelo Dr. Bornhausen saem povo e clientelismo e entram mídia e dinheiro. Assim, distante do povo e via TV, ele pode sustentar que a coisa mais importante do mundo é o país acertar suas contas, comprometer todo o orçamento com o pagamento dos juros da dívida pública, tranquilizar os credores, prometer o paraíso para os chamados investidores externos, mesmo que a vida da população se transforme em inferno permanente.

O trabalho do senhor Bornhausen não pode deixar de criar embaraços para outro líder do PFL, o senador Antônio Carlos Magalhães. Adeptos do líder catarinense não escondem que o PFL talhado para o futuro não deve ter o perfil do senador baiano considerado antiquado, regionalista para dizer o mínimo, a cara do PFL do passado. O equilíbrio ainda não foi rompido a favor do quadro catarinense gra-

ças ao peso específico que cada uma das lideranças desempenha dentro da organização. Os bornhausistas até toleraram o senador da Bahia pela liderança própria entre o eleitorado baiano e os parlamentares pefelistas, mas não é com ele que pretendem transformar o PFL no PP espanhol dos trópicos, o novo paradigma dos luas-pretas pefelistas. ACM será, quando muito um Fraga Iribarne, reduzido como o líder da Galícia, a esfera de influência de sua província natal. É provável que Bornhausen cobice para si o papel de José Maria Aznar embora saiba que não passe no momento de uma expressão eleitoral menor, feito senador no rastro do prestígio nas urnas do governador Esperidião Amin.

Fernando Henrique Cardoso, naturalmente, vê nos planos de Bornhausen o supra-sumo de seu sonho não realizado: governar sem oposição e quem sabe deixar como herança um parlamentarismo de fancaria, longe do povo e das urnas, sem riscos para as elites, que poderi-

am continuar a saquear e a empobrecer a população e o país sem que o poder lhe escapasse pelas mãos numa batalha eleitoral qualquer.

Cabe aqui uma vez mais recorrer à imagem sutil de Garrincha sobre as recomendações que lhe fazia o técnico Feola a respeito de como o grande ponta direita se desvencilharia de seu marcador: tá combinado com o adversário, "seo" Feola?. Os conspiradores da democracia neoliberal jamais devem esquecer a persistência e o heroísmo com que o povo brasileiro tem se batido pela liberdade. A própria manobra parlamentarista foi desarticulada duas vezes nas urnas pelo veredicto popular. A tentativa de encabrestar a vida partidária em duas ou três legendas conservadoras produziram rebeliões que nem os antepassados mais briosos e viris de FHC e Bornhausen conseguiram evitar.

Aldo Rebelo é jornalista e deputado federal pelo PCdoB/SP. Correio Eletrônico: [dep.aldorebelo@camara.gov.br](mailto:dep.aldorebelo@camara.gov.br) Internet: [www.camara.gov.br/aldorebelo](http://www.camara.gov.br/aldorebelo)



Acompanhe de  
perto nossa luta

Assine as publicações do MST

4 edições – R\$ 25,00

8 edições – R\$ 46,00

**Revista Sem Terra** – Al. Barão de Limeira, 1232  
Campos Eliseos - cep 01202-002 - São Paulo - SP  
**fone/fax:** (011) 3361-3866  
**e-mail:** [semterra@mst.org.br](mailto:semterra@mst.org.br)  
**homepage:** <http://www.mst.org.br>



# A CLASSE OPERÁRIA



75 anos de um jornal em defesa do socialismo

Desde 1º de maio de 1925, **A Classe Operária**, órgão central do Partido Comunista do Brasil, tem sido intérprete do destacamento avançado do proletariado brasileiro que abraçou a causa do marxismo-leninismo, do socialismo científico.

Apesar da ira das classes dominantes e reacionárias, jamais cessou de circular, de levar aos trabalhadores e ao povo a orientação do Partido Comunista. Defende os interesses das massas exploradas e oprimidas, difunde os ideais democráticos e socialistas, divulga o marxismo-leninismo e aprofunda o seu conhecimento, forma uma consciência de classe progressista e libertadora, serve como instrumento de organização dos trabalhadores e dos que lutam por uma vida digna.

Em seus 75 anos, **A Classe Operária** vem contribuindo para desmascarar as mazelas econômicas, sociais e políticas do capitalismo. Desperta, mobiliza e une os trabalhadores, os patriotas, os democratas, os explorados e oprimidos, a fim de que conquistem a emancipação social e política e construam uma sociedade nova, socialista. É a expressão literária mais autêntica da política, da tenacidade e da perseverança dos comunistas.

**A Classe Operária** tem o justo orgulho de fazer parte da história da imprensa democrática e patriótica no Brasil, ao lado de outras publicações heróicas, como as *Sentinelas da Liberdade*, de Cipriano Barata, na época da luta contra o domínio português; ou a chamada *imprensa alternativa*, que tantas contribuições deu no enfrentamento à ditadura militar. Integra a tradição da imprensa popular em nosso país, com seu profundo sentido de rebeldia contra a opressão e a dominação.

Como afirmou em seu primeiro número, em 1925, continua sendo “um jornal de trabalhadores, feito para trabalhadores”. Um instrumento de luta pelo socialismo.



Pagamento:

cheque nominal

dinheiro

Depósito na conta Ag.0251  
C/C 48676-7, Banco Itaú

Cartão nº \_\_\_\_\_  
Validade \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Vale postal nº \_\_\_\_\_

**ASSINE**

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020  
São Paulo - SP, Tel. 0\_\_11 3104-4140  
Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

**15 edições**  
**R\$ 15,00**

Data da assinatura: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Tel.: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Correio eletrônico: \_\_\_\_\_



# Carta das Cidades

*No momento em que o Congresso promulga a lei que considera a moradia como direito social, incluindo-a entre os inscritos no artigo 6º da Constituição, a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior (CDUI) da Câmara, realiza a I Conferência das Cidades, em dezembro de 1999, em Brasília, reunindo prefeitos, cientistas e técnicos, entidades nacionais e populares, urbanistas e parlamentares. Aqui reproduzimos o documento oficial aprovado no encontro, a Carta das Cidades*

I - A Iª Conferência das Cidades, realizada no espaço privilegiado do Parlamento, com a presença de participantes de todos os Estados da Federação, provenientes de organizações da sociedade civil e institucionais vinculadas às questões urbanas, manifesta ao governo e à sociedade brasileira o sentido de urgência das transformações indispensáveis para que o País encontre o rumo da construção de um ambiente humano, socialmente digno, efetivamente democrático e culturalmente rico para a população.

II - A cidade brasileira é o retrato perfeito de uma sociedade que se construiu e se reproduz sobre a exploração e a opressão da imensa maioria da população. Este modelo contou com um Estado que investiu pesadamente no fomento e na estruturação do desenvolvimento urbano-industrial, mediante políticas cujo resultado sempre foi uma cidade mais desigual, mais segregada.





III - Esta situação urbana tem sua origem num conjunto articulado de questões oriundas de problemas estruturais do País, como a concentração de renda, a migração do campo para as cidades, a inconsistência da política fundiária, a baixa taxa sobre a propriedade imobiliária ociosa, o escasso investimento público na provisão de infra-estrutura e na produção habitacional - fatores que favorecem os comportamentos especulativos sobre a função social do solo urbano.

IV - A financeirização da economia submete os ritmos de vida da humanidade e da natureza, degradando a cidadania, depredando o meio ambiente e o patrimônio cultural, ignorando a memória como elemento constitutivo e significativo para a compreensão e gestão das cidades, desagregando e ameaçando a sobrevivência das populações tradicionais (índios, pescadores, caiçaras, povoações ribeirinhas, etc.). Com a reestruturação econômica e a globalização, as cidades são progressivamente integradas em estratégias mundializadas, que produzem formatos de cidades homogêneas (*shopping centers*, etc.). Sistemas de comunicação e informatização nos integram ao primeiro mundo a um custo social gravíssimo, descaracterizando as instituições públicas, os movimentos sociais e tornando descartáveis setores produtivos excluídos pelos novos parâmetros.

V - Tal modelo é responsável pela realidade de penúria em que vive a população brasileira, demonstrada pelos índices de desemprego (6,9 milhões de brasileiros perderam o emprego nesta década, conforme dados do IBGE); pelo número elevado de trabalhadores sem carteira profissional assinada; pelo aumento da população vivendo em favelas, cortiços, loteamentos clandestinos, nas ruas e sob as pontes; pela violência urbana e rural; pelo imenso contingente de crianças abandonadas; pelos massacres generalizados; pela redução crescente da mobilidade, fruto do modelo individual de transportes, pesado e oneroso, e de leis de zoneamento que mantêm a força de trabalho em áreas longínquas, gerando o caos nos trajetos, deslocamentos demorados e agressivos que implicam em perdas de recursos, tempo e vidas humanas. Um modelo perverso, enfim, que gera individualismo, implicando na elevação da hostilidade e na decadência dos valores da solidariedade, humanidade e cooperação urbana.

VI - O Estado brasileiro foi historicamente marcado pela desigualdade e pelo uso dos bens públicos em benefício de classes já privilegiadas. Investimentos socialmente concentrados e oriundos das relações de troca de favores e clientelismo reduziram e continuam reduzindo o acesso da maioria da população a direitos básicos. Nos anos 90, essa situação piorou. Houve mudanças na relação Estado-sociedade civil, aumento do déficit público, desmonte das políticas sociais, privatização de bens e serviços públicos,

agravamento da crise social, endividamento dos governos estaduais e municipais, imposições internacionais, perda de direitos conquistados na Constituição de 88, disputa entre níveis de governo, bem como a emergência de novos representantes das velhas elites brasileiras no desenho de políticas urbanas, acentuando as lógicas empresariais e de negócios e transformando os direitos sociais em mercadoria.

VII - A cidade brasileira também é o lugar da luta, o lugar da constituição de movimentos organizados que querem transformá-la. É o lugar da construção da cidadania, conquistada a partir de experiências concretas de solidariedade e da elaboração coletiva de projetos alternativos. Não obstante a atual política centralista, inúmeros municípios têm fortalecido a democracia e o atendimento das necessidades de parcela significativa da população, a partir da experimentação e afirmação de novas formas de planejamento e administração pública. Apesar da cultura da competição, os excluídos da produção formal vão criando laços de cooperação, articulando e estruturando na prática a economia popular, pressionando por políticas públicas que interfiram no mercado e que possam garantir trabalho e renda.

VIII - Para reverter o processo crescente da produção da pobreza, desigualdade e exclusão social, bem como de degradação humana e ambiental, é necessário adotar metas claras visando alcançar reformas estruturais para um novo modelo de desenvolvimento, como já é apontado por vários documentos do movimento popular e democrático, entre eles o Manifesto do Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, construindo uma ação comum de entidades, sindicatos e partidos políticos, na perspectiva da edificação da unidade no curso das lutas.

IX - A I Conferência das Cidades busca oferecer ressonância à voz dos que lutam e sonham que é possível construir espaços de convivência com um novo perfil. Em nome dessas aspirações e das múltiplas possibilidades oferecidas pelo exercício da cidadania, afirma-se a perspectiva da construção de cidades estruturadas para a plena satisfação das exigências materiais e espirituais de seus habitantes.

X - A I Conferência das Cidades reafirma e assume para si as deliberações da Conferência Nacional de Saneamento e propõe à sociedade brasileira, de imediato:

- A formulação de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, inscrevendo, entre outras políticas públicas, o desenvolvimento urbano, no sentido de assegurar a articulação das dimensões ambiental e social, e sua integração ao conjunto das políticas e planos para o País, suas regiões e cidades.
- Para viabilizar a execução deste projeto nacional de desenvolvimento, no que se refere à política urbana, impõe-se a





reversão do panorama atual relativo à alocação de recursos, inclusive do BNDES e FINAME, para habitação, saneamento, transporte público de massas e infra-estrutura urbana. É necessária a previsão – e efetiva aplicação – nas leis orçamentárias dos três níveis de governo de um volume significativamente maior de recursos a fundo perdido.

- Mesmo admitindo a relevância da participação dos recursos privados, cumpre-nos evidenciar o histórico papel alavancador do desenvolvimento urbano representado pelos recursos públicos, exigindo-se também melhor utilização dos recursos orçamentários, mediante a sua conjugação com outras fontes (FGTS, recursos do BNDES, da CEF e de organismos multilaterais), voltadas em especial para o financiamento das classes e camadas de baixa renda da sociedade.
- Reafirmação da Reforma Urbana, substrato e garantia do direito à cidade, à função social da propriedade e à moradia como direitos fundamentais das populações urbanas e dos indivíduos, contribuindo para a promoção do desenvolvimento material, social e cultural de uma pátria de brasileiros e, assim, promovendo a efetiva melhoria da qualidade de vida.
- O estabelecimento de um novo Pacto Federativo, que vede a centralização e concentração de recursos financeiros pela União, restabelecendo os recursos e as prerrogativas dos Estados e Municípios e a plena retomada das atividades de interesse local, assegurando às cidades o direito inalienável de formular e executar suas políticas públicas, tornando disponíveis ainda os programas federais de desenvolvimento urbano para efetiva aplicação municipal.
- A democratização do planejamento e da gestão das cidades, com ênfase nos mecanismos que garantam o interesse público, o acesso à informação e o controle social sobre os processos decisórios das políticas e dos recursos públicos, nos vários níveis, assegurando a participação popular em geral, mediante a realização de orçamentos participativos, entre outros instrumentos e, em âmbito nacional, a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, com efetiva participação da sociedade.
- O apoio irrestrito à luta pela Reforma Agrária como parte integrante do esforço voltado para o desenvolvimento nacional, ao lado da Reforma Urbana, e à oferta de serviços públicos às vilas e pequenas localidades rurais, a exemplo da eletrificação rural, saneamento e outros instrumentos de conforto, saúde e estímulo à cidadania, oferecendo consistência a uma política de emprego e elevação da qualidade de vida dos trabalhadores rurais – protagonistas da produção de alimentos crescentemente importados -, tornando mais atraente a vida no campo e gerando consequente impacto positivo nas cidades.
- A ampliação da política de preservação urbana, reforçando

o papel dos organismos federais, estaduais e municipais do setor, como instâncias de proposição, implementação e articulação de políticas públicas, desenvolvendo seus instrumentos de financiamento urbano em ações que fomentem e articulem os diversos aspectos relativos à defesa do patrimônio cultural (históricos, artísticos, educacionais, etc.). Realização de um seminário nacional para discussão e elaboração do Sistema Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural, com a participação de representantes dos três poderes da República, dos movimentos sociais afins, ONGs e empresas interessadas.

- No plano legislativo, é indispensável a aprovação definitiva do Estatuto da Cidade (PL 5.788/90, do Senado), já aprovado nas comissões de mérito da Câmara dos Deputados e ainda pendente de manifestação da Comissão de Constituição e Justiça e do Senado; da PEC 601/98, que introduz o direito à moradia na Constituição Federal; do PL 2.710/92, de iniciativa popular, que cria o Fundo Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia Popular; da PEC 169/93, que trata dos recursos do SUS; a inserção na proposta de Reforma Tributária da destinação de recursos vinculados do Imposto Seletivo para o transporte urbano; regulamentação dos artigos do Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937, que trata da preservação do patrimônio cultural brasileiro e define as atribuições do IPHAN. Apresenta-se como uma exigência o cumprimento da Lei nº 8.899/94, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

A Agência Habitat, da ONU, já iniciou o processo preparatório do encontro de avaliação da Conferência de Istambul, a realizar-se em 2001. Os compromissos firmados pelo governo brasileiro, como signatário da Agenda Habitat, não foram implementados e nem sequer planejados.

A I Conferência das Cidades exige que a sociedade civil seja chamada para a retomada imediata da Agenda Habitat.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior estabelece o compromisso de realizar anualmente a Conferência Nacional das Cidades, precedida por conferências organizadas nos Estados e Municípios pelas assembleias legislativas e câmaras municipais, articuladas com as entidades e movimentos da sociedade civil.

A I Conferência das Cidades conclama à ampla mobilização popular em defesa de Reforma Urbana, do direito à moradia, ao transporte, ao saneamento, à infra-estrutura, enfim, do direito à cidade.

*Brasília, Câmara dos Deputados, em 03 de dezembro de 1999*



# Os problemas do Brasil urbano



Aziz, 2º da direita para esquerda, fala na 1ª Conferência das Cidades

**AZIZ AB'SABER**

*Eles resultam, dentre outras causas, da especulação desenfreada*

Como geógrafo sou uma pessoa simples e tenho certa insegurança ao iniciar uma palestra, mas estou hoje aqui com entusiasmo. Antes do tema das cidades vou falar sobre algumas questões que, ao longo do século XX, me marcaram profundamente.

Uma delas foi o fato de Franz Boas, um grande antropólogo que fugiu da Alemanha nazista e foi trabalhar nas universidades norte-americanas, ter dito

que o contato de sociedades ocidentalizadas – com grande nível tecnológico belicoso – acabava por levar letalidade a quaisquer populações

ameríndias com povos de cultura primária. Estamos ainda assistindo a resquícios desse processo em certos rincões remotos do Brasil – em Roraima, no norte e noroeste do Mato Grosso, e outros lugares. Contatos que acabam sendo letais e, quando não ocasionam genocídio, geram pelo menos a morte da cultura – o que é muito grave.

A segunda questão que presidiu minha vida nesse século foi uma fala do professor Braudell, que dizia: “A Histó-



ria é a história de todas as histórias”. Será a história deste evento, que o Parlamento em boa hora teve a iniciativa de fazer, a história de nossa Brasília, a do pequeno povoado de Marzagão Velho no Amapá ou a de Pelotas no Rio Grande do Sul? Esta ampliação da História, fugindo do formal e abrangendo todas as histórias, é uma base para o estudo do desenvolvimento das redes e bacias urbanas no Brasil.

Um terceiro comentário nasceu de uma observação do mestre Roger Bastide ao fim de um curso que fiz quando jovem. Pedimos a ele que desse aulas sobre sociologia educacional para historiadores, geógrafos e sociólogos. O professor nos disse o seguinte: “Não tenho os livros que gostaria para organizar um curso de sociologia educacional, pois minha biblioteca ficou em Paris e possuo pequena reserva de livros em São Paulo”. Procurei então em minha humilde estante e tirei um livro que me chamara a atenção no passado, *A sociologia dos animais*, e, de repente, diz o professor Bastide – e aquilo impressionou profundamente a todos, que éramos de áreas diferentes: “Lendo e relendo este famoso livro de Marcel Mauss, cheguei à conclusão que o homem é a única espécie viva na face da Terra capaz de retrair a trajetória da sua espécie em todos os tempos e em todas as épocas”. Quando ele disse isso, ficamos pensando na responsabilidade desse fato. Se o homem é o único ser vivo na face da Terra capaz de produzir sua história e reconstruir sua trajetória, nossa responsabilidade com todo o planeta, a biodiversidade e a humanidade que se projeta pelos mais diferentes espaços – no campo, em cidades e áreas urbanas – aumenta ainda mais; porque somos os únicos que podem retirar exemplos do desenvolvimento da história dos homens, das comunidades e das sociedades.

Outro fato fundamental nestas lembranças do século XX foi a questão da diferenciação entre o conhecimento sobre o mundo natural e o conhecimento do mundo em que há uma projeção dos homens sobre o espaço herdado da natureza. Aqui abro um parêntese: conheci Brasília logo no começo de sua fundação, era um conjunto de altiplanos, revestidos por cerrados e interpenetrados por florestas e galerias, bem no centro do país. Mas na transição entre os altiplanos, os chapadões e o começo dos baixos relevos (que vão conduzir os grandes rios do Brasil Central para a margem direita do Rio Amazonas), de repente, os arquitetos e urbanistas concebem uma cidade com uma adaptação a uma rede de drenagem que a gente chama de semi-anular; e Brasília ganhou uma forma de asas, como uma flecha em direção a pontos extremos do país. Essa questão me conduziu ao problema da tipologia dos espaços organizados iniciados e desenvolvidos por homens e sociedades em diferentes áreas dos países em desenvolvimento.

Um famoso geógrafo da região de Toulouse escreveu na década de 1960 um trabalho fundamental, e que, evidentemente, hoje precisa ser completado: *Types of Geographical Spaces of Countries in Development*. Naquele momento, o problema básico do Primeiro Mundo era caracterizar o mundo desenvolvido e o que eles consideravam subdesenvolvido, por diferenças regionais, de ocupação, de modernidade e outras causas. Mas o professor que fez isso, Bernard Kayser, iniciou um tratamento para quem quer estudar cidades, redes de cidades e bacias urbanas. Ele caracterizou em primeiro lugar um tipo regional imenso que seriam as regiões em processo de desenvolvimento, com cidadezinhas situadas na beira de rios, no entroncamento de rios, ou na barra de igarapés. Evidentemente a Amazô-

nia era assim um grande território em processo de desenvolvimento complexo – em função do ambientalismo, do ecologismo e de pressões inteligentes, mas também pressões geopolíticas muito graves – teve de ser pensado como uma área que teria o máximo da floresta em pé. Ou seja, o máximo de biodiversidades naturais preservadas e um tipo de desenvolvimento que não fosse capaz de predar espaços muito grandes dentro deste conjunto. Assim, vemos que já mudou um pouco o conceito de espaços em vias de desenvolvimento do professor Kaiser.

Depois, ele nos falava de bacia urbana, que seria o de uma grande cidade, a cabeça de um território, colocada próxima de porto ou em uma situação estratégica, ou no entroncamento de rotas, e que controlaria uma rede de cidades modestas vinculadas ao poder e ao comando social, socio-econômico ou econômico dessa grande cidade. Evidentemente, quando surgiu essa caracterização, a rede de cidades fundamental que representava esta bacia urbana era o Nordeste seco. Só que de lá para cá multiplicaram-se as rodovias asfaltadas, as cidades conseguiram até mesmo pontos universitários relacionados com as universidades que estavam na área central de concentração da originalidade principal das metrópoles. Com isso, o Nordeste seco se desenvolveu bastante e, não fosse a estrutura agrária rígida que existe nos sertões, teríamos condições de ter mais gente com pequenos espaços podendo produzir. Mas o principal problema é a secura, o grande drama do semi-árido do nordestino.

Apreendi sobre essa região e gostaria de socializar. Em um Congresso Internacional de Geografia no Rio de Janeiro (em que estiveram dezenas de grandes nomes da Geografia e da História da Europa, dos Estados Unidos, do Japão e da Rússia), organizamos várias



excursões para toda as partes do Brasil: Pantanal, Sudeste, Bahia, Minas Gerais, Amazônia e Nordeste. No caso do Nordeste, contávamos com a presença de Jean Dresch um grande conhecedor do Saara, o maior deserto existente no Planeta. E quando começamos a caminhar pelo interior dos sertões, depois de transpor a Borborema descemos do outro lado na Serra dos Ferros. No terceiro dia da excursão, ele parou nosso diretor, o professor Mário Lacerda de Melo e disse o seguinte: “Nesses três dias que estou viajando por esses vastos sertões, já posso dizer a vocês que isso aqui não tem nada de deserto. Absolutamente nada! Tem gente por toda parte, na beira dos rios, nos interflúvios e ao longo de estradas. Há gente distribuída por todos os espaços que percorri. Se vocês me dizem que os outros espaços são parecidos com estes, posso afirmar que não tem nada de deserto”. Achei aquilo magnífico porque era uma pessoa que conhecia. Sondando um pouco mais, nos disse o seguinte: “No deserto não tem sazonalidade, não é possível ter vegetação, nem arbustivas, muito menos área pontilhada por árvores e paineiras e outras coisas mais que existem nas chamadas caatingas arbóreas. Então isto aqui é uma região semi-árida muito extensiva, com rios que perdem a correnteza por cinco, seis, sete meses, mas readquirem-na por outros, e não são iguais aos do deserto que apenas correm quando chove – parou a chuva, parou de correr”. Quando o professor Dresch falou isso, fiquei impressionadíssimo com nossa responsabilidade. Porque, dizia ele: “Tem gente por toda parte e é a região semi-árida mais povoada do mundo e, sendo assim, a responsabilidade de vocês governantes, intelectuais e pessoas esclarecidas é muito maior”. E é evidente que a nossa responsabilidade com a região envolve ter esclarecimentos sobre a realidade fisiográfica, ecológica, social e fudiária

do Nordeste, ou não poderemos resolver os grandes problemas da região semi-árida mais povoada do mundo.

Além das áreas em processo de desenvolvimento e das bacias urbanas mais rústicas existe a necessidade de se considerar também as bacias urbanas mais densas, com maior número de capitais regionais, densidade de cidades e certo grau de ocidentalização aparentemente melhor que a bacia rústica. Então, nessa classificação, eu acrescentaria o caso da rede urbana, a bacia que se estende de São Paulo ao norte do Paraná, ao Triângulo Mineiro e certas áreas de Minas Gerais, aos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esta bacia urbana é dependente de alguns grandes centros como São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, Vitória e Belo Horizonte. É uma bacia urbana fantástica. Só no Estado de São Paulo, em função da sua história econômica e das elites do passado – inteligentíssimas em relação à administração do espaço total paulista –, essa bacia urbana teve 100 cidades, formadas em pontas de trilho e em função de heranças dos tempos de cruzamento de rotas de muares para levar café para os portos. São 100 cidades do café. E hoje tem 1.500 centros urbanos de portes variados, desde o pequeno núcleo de atendimento rural, com bóias frias, até capitais, algumas delas, talvez, entre as maiores do mundo. São Paulo é uma região integrada de municípios, mas o todo funciona como um núcleo urbano de integração total – daí seus problemas, inimagináveis, de circulação interna e outras coisas mais. Mas vejam bem, esse tipo de cidade nos faz pensar em quais os fatores para um crescimento urbano tão rápido. No caso das cidades de porte médio – Ribeirão Preto, Sorocaba, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, e sobretudo Campinas –, estão ao ensejo de várias pressões. A principal pressão é a passagem abrupta do mundo ur-

bano para dentro do mundo rural. Isso é um desastre. Em alguns lugares do norte do Paraná desaparecem 7 fazendas produtivas por ano e cria-se um bairro no lugar. Este, no começo é pequeno, pobre, desconcentrado e, de repente, cresce e afinal obriga os prefeitos a procurar integrá-lo à infra-estrutura – e a cidade incha pela agregação.

Outro processo também especulativo é a verticalização. Quando venho a Brasília e relembro os padrões implantados no início com feições arquitetônicas e urbanísticas que deveriam ser preservadas, fico alegre com algumas coisas e um pouco entristecido com a violência da verticalização que vai se esboçar independentemente dos planos diretores, porque a pressão dos poderosos é infinita num país de grandes desigualdades sociais. Mas, vejam bem, a verticalização em São Paulo está adquirindo aspectos que não dá para se comentar. São Paulo se desenvolveu num sistema de colinas, com amplitude grande de ordem altimétrica (as várzeas do Tietê-Pinheiros estão a, mais ou menos, 718 metros e o espigão da Avenida Paulista está 820), tem um certo relevo nas colinas, terraplanície, terraço, rampas, vales que seccionam os terraços intermediários etc. E essa cidade, após o ciclo histórico em que funcionou como ponta de lança da ocupação territorial do Brasil e da interlândia rústica do Brasil, passou a ter um contorno tentacular – de vários tentáculos: avenidas como São João, Celso Garcia e outras, todas se dirigindo para os quadrantes mais variados – na direções do porto, do interior, do Vale do Paraíba... Após essa fase tentacular em que a cidade foi predominantemente comercial na sua região central e possuía núcleos industrializados bem separados no ABC e mais tarde em Cubatão, criou-se uma nébula fantástica de bairros carentes nos confins desses tentáculos – com um traçado abso-



lutamente caótico e anacrônico. Dentro desse composto fantástico de bairros carentes surgiram incrustações de favelização – que, em São Paulo, tendem a ser centrípetas. O favelado é uma espécie de estrategista do espaço. Se possível, ele estaria na Praça da Sé; se não estão na Sé, os camelôs estarão por volta do centro histórico, defendendo sua alimentação e de seus filhos. Então, o favelado, o migrante, é periférico e assim centrípeto em relação ao corpo urbano total da cidade. Esse processo precisa ser entendido, pois há uma metrópole interna e uma metrópole intermediária – na expressão de um grande urbanista de São Paulo, Cândido Malta Campos – e depois uma metrópole externa, extremamente grande, em um processo inevitável de crescimento. A avenida Paulista, os terraços, os rios, os bairros carentes, tudo isso forma um complexo diverso. Um traçado social e cultural daquela avenida, que representa o máximo de mundialização no território brasileiro, e o da favela, incrustada no bairro carente – que é a mais desesperante que outras mais próximas da zona subcentral na metrópole intermediária, e que ganham com o descarte do mundo consumista –, evidenciam problemas muitos sérios a avaliar nesse contexto da estrutura metropolitana.

Em função de tudo isso, surgiu no caso das tipologias do espaço de Kayser, aquele espaço que chamou de autodesenvolvido, quer dizer, espaços que ao sabor dos ciclos econômicos rentáveis puderam se desenvolver com uma certa autonomia. Hoje, a expectativa do mundo inteiro é que haja cidades com uma certa sustentabilidade. Evidentemente as grandes metrópoles estão com muitos problemas, mas há tempo ainda para evitar que as cidades pequenas e médias cresçam indefinidamente, saltando para as zonas rurais, conurbando-se – integrando-se em processo de urbanização

que não tem fim dentro do espaço. Isso é um sério problema. O Estado de São Paulo, no futuro (e há diversos níveis de profundidade do futuro), do ponto de vista da ecologia e da ocupação humana dos espaços, se não houver retenção relativa desses núcleos (1.500 núcleos de todos os tamanhos), não haverá, daqui a 500 anos, espaços agrários capazes de produzir alimentos para a população cada vez mais volumosas. Esse é um problema fundamental para o futuro, pois é evidente que, na medida em que faltarem espaços agrários, terá de se interferir nos espaços de solos mais pobres, nos espaços que deveriam ter o máximo de biodiversidade e o mínimo de predação. Esse problema, com diferentes profundidades do futuro, serve para que autoridades nunca falem do futuro de um modo ocasional. O futuro da economia, em minha época de estudante, era pensado em quinquênio – cinco anos para dosar a economia – depois passou para três anos, mais tarde para três meses, para duas semanas, uma semana; e agora se pensa a economia em função da manhã, da tarde e das bolsas. Temos de saber que o tempo dos economistas é um, mas o tempo do ecologista, de quem pensa integradamente os usos diferentes do espaço tem de ser dosado, pois existem os níveis de profundidade: 100 anos, 500 anos, 10 mil anos – as últimas mudanças climáticas que interessaram a modificação dos espaços ecológicos se deu entre 23 mil e 12 mil anos atrás. Quando o clima esfriou na última glaciação, em alguns lugares, de repente, em função desse resfriamento aliado a uma *secura* (que ninguém entendia no meu tempo e colaboramos para esse entendimento), a corrente fria que vem do sul subiu até a Bahia e não deixava entrar umidade para o Continente. O que estava entre uma chapada e outra, entre um maciço antigo e outro, ficou seco – corredores de

*secura* anastomosados dentro do território brasileiro. Na medida que a *secura* chegou, as caatingas se estenderam, os cerrados ficaram mais acantonados na parte do altiplano e, na Amazônia, houve uma fragmentação relativa da tropicalidade. À medida que as florestas se reduziram, a fauna de sombra – a fauna de meio da floresta – se concentrou, e houve a formação de redutos. Eles sofreram um processo evolutivo e acrescentaram-se espécies às espécies já existentes. Houve, assim, o pano de fundo geral de espécie – com espécies novas e outras subespécies – que, depois da tropicalização, se estenderam por áreas bastante desiguais.

Enfim, o Brasil já teve uma grande projeção nas regiões semi-áridas do tipo que conhecemos no Nordeste e, se a quisermos saber como foi, basta olhar aqueles setores: todos têm serras úmidas, com florestas biodiversas, brejos de pé de serra e encostas de serras com florestas, e o pano de fundo geral é a caatinga com vários tipos (caatinga arbórea arbustiva, arbustiva arbórea, agrestes etc). Mas atenção, podemos dizer que haverá uma certa normalidade relativa entre os 12.700 e mais alguns milênios e, de repente, mudanças climáticas novas poderão ocorrer e muita coisa pode acontecer. Posso conservar 100 ou 200 produtos em Senagens e órgãos parecidos, mas as biodiversidades vão flutuar, e acontece que muitas daquelas áreas de redutos e de florestas já desapareceram.

O entendimento desses processos, que parecem indiretos, servem para se entender que o mundo urbano vai sofrer mais se houver a extensividade de condições diferentes das de hoje, eliminando a possibilidade de produtividade rentável para o país – em termos de alimentos, de comércio internacional. Estaremos numa situação muito ruim no futuro, e grandes países do mundo estarão talvez ainda pior do que nós.



A apreciação do professor Kayser sobre as tipologias das cidades nos interessa muito. Ele tem um outro tipo final, que é a região de especulação agrária. São regiões em que um produto monopoliza todos os outros. Tal produto tem interesse econômico e social, sobretudo por sua capacidade de gerar recursos externos, e se estende muito rapidamente por grandes espaços, eliminando grandes setores das áreas naturais. Foi o café no Estado de São Paulo, a cana-de-açúcar na zona da mata nordestina, e foi o cacau no sul da Bahia – com menos gravidade porque o cacau era colocado na sombra da mata e isso facilitou um pouco sua preservação, que hoje já mudou muito. Mas nessas regiões de especulação agrária existe um problema sério, pois tudo o que pode ser aproveitado no terreno é destinado ao produto-chave da economia regional. A soja, no momento, em várias partes do oeste de Santa Catarina, oeste do Rio Grande do Sul etc, abrangeu grandes espaços que conheci quando jovem pesquisador de campo. Eram enormes áreas de florestas subtropicais com araucárias emergentes – lindas e poderosas. E de repente isso tudo foi cortado para se estender o espaço – chamado de especulação agrária – de importância econômica social para o país. Mas houve fragmentação, e só as cidades cresceram. É uma beleza chegar numa cidade dessa zona – que teve esse caráter de depredação – e encontrar Cascavel, Ponta Grossa e outras que têm um grau de modernidade e nível de infra-estrutura não muito fácil de se encontrar.

Mas passemos às conclusões.


Os grandes problemas que estamos enfrentando envolvem em primeiro lugar a conurbação e emendação de cidades e o cantonamento de espaços. Em segundo lugar, a especulação desesperada do espaço – e os especuladores são insensíveis à pobreza, à ascensão das

camadas pobres para, pelo menos, um nível de classe média, e usam os espaços de todas as maneiras possíveis. Basta dizer que a diferença entre o mundo rural e o mundo urbano é que, no rural, se medem os espaços pela necessidade da produtividade agrícola ou agrária (por hectares, agora e, no passado, por alqueires) e, na cidade, se mede por metro quadrado – e é por metro quadrado dentro de cada subsetor de diferentes bairros, uns muito ricos outros muito pobres. As pessoas são obrigadas a adquirir o seu espaço com grandes dificuldades. E quem chega lá do sertão do Nordeste no período de seca não encontra seu pequeno espaço e tem de se amoldar às circunstâncias: fica um pouco nas casas de parentes, ou perde forças para procurar o seu espaço, ou invade espaços mal-administrados pelo poder público ou particulares – é a lei da sobrevivência. Assim, de repente, se encontra as pessoas dormindo embaixo da arcada da Faculdade de Direito de São Paulo, embrulhadas naqueles cobertores que nem se fabrica mais hoje, ou então envolvidas em pedaços de papelão.

Assim vai se conformando o problema da grande desigualdade social que existe exatamente nas maiores cidades, aquelas que são mundializadas, segundo a apologia da globalização – uma estratégia do Primeiro Mundo para dominar todos os países do Terceiro Mundo. Na época em que o colonialismo estava em todas as partes e a Europa controlava o mundo, existiam três tipos de colônia: Colônia de Povoamento, Colônia Estratégica (Suez, Panamá, o Saara) e Colônia de Enquadramento. A Índia, por exemplo, era uma Colônia de Enquadramento burocrático e militar, porque os ingleses não iriam povoar um lugar extremamente povoado com grandes e antigas tradições. E agora, o que eles querem para nós? Querem que sejamos um tipo de Colônia de

Enquadramento Estratégico para eles, porque seria um enquadramento exclusivamente econômico e financeiro. É isso que está acontecendo, e as elites brasileiras colaboram.

Alguns ganharam muito com a verticalização dos prédios, ainda que ninguém more neles e que muitos apartamentos sejam adquiridos para patrimônio de tipo especulativo. O dinheiro vai para o exterior por diversos mecanismos e o Brasil não tem recursos para investimentos. Existe uma desindustrialização na cidade de São Paulo e o comércio aumenta. A sedução das grandes cidades também adquire fóruns extraordinários, desde a criancinha, moços, pessoas de meia idade até os idosos. A sedução de uma cidade já era importante porque, diferentemente dos campos, ela tinha o dia e a noite. A noite do lazer no passado, dos cinemas e, agora, os *shoppings centers*; é a geração dos *shoppings*, que seduzem as pessoas e vão criando uma outra mentalidade. O cineminha não existe mais; existe, agora, o medo da violência – assunto que exige um tratamento especializado. Hoje as cidades têm seus cinemas dentro dos *shoppings* e seu comércio mais variado e tem, também, a potencialidade criminosa de alguém que – desesperado – chega numa saleta de cinema e consegue atirar em várias pessoas.

Para lhes deixar uma mensagem final, digo que estou desesperado com a vida urbana, especialmente a vida dos pobres nas grandes cidades. Um dia ouvi uma menina pequenina dizendo para a sua mãe isoladamente: “Mãe, mas nós não temos nada enquanto outros têm tudo”! Isso não é de fazer chorar? 

Aziz Ab'Saber é geógrafo e presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Este texto é fruto de sua palestra na Conferência das Cidades, realizada em dezembro de 1999 na Câmara dos Deputados, Brasília.



# Rumos para São Paulo



WALTER SORRENTINO E NÁDIA CAMPEÃO

*É preciso recivilizar a metrópole paulista, investir na qualidade de vida, retomar o crescimento e promover o desenvolvimento social e humano*



A eleição de outubro reacende o debate das soluções para a estarrecedora crise vivida pela cidade de São Paulo. Apesar do senso comum, tais soluções não são socialmente neutras. Impõe-se aquilatá-las sob a ótica das maiorias sociais, perscrutar mais a fundo sua origem e apontar balizas que permitam retomar o desenvolvimento para São Paulo e norteiem soluções mais favoráveis a esses setores. As forças de compromisso democrático e popular terão enorme responsabilidade em abrir perspectivas novas para a cidade.

### **São Paulo – crise social e luta popular**

De 97 a 99, a crise social que já atingia a capital tornou-se mais grave, mais profunda e ampla. O desemprego é hoje o principal problema, atingindo 20% da população trabalhadora da Grande São Paulo – cerca de 1,8 milhões de pessoas –, e é a causa primária dos demais dramas sociais: a desagregação familiar, o abandono de crianças, a fome, prostituição e violência. Acompanha-se o drama cotidiano de milhares de pessoas que madrugam a pé pela cidade buscando qualquer tipo de ocupação enquanto outros milhares gravitam nas subocupações pelas calçadas da cidade. É o desalento, quando não o desespero, que se vê estampado nos rostos de trabalhadores e jovens impedidos de obter meios de sobrevivência.

A falta de moradia ou a moradia precária nos cortiços, favelas e ocupações na periferia é outra marca predominante das condições de vida na cidade. Frente à gritante insuficiência dos programas habitacionais do governo, 3,5 milhões de pessoas vão se amontoando em construções irregulares, as áreas de mananciais e de risco vão sendo ocupadas e, quando nada mais resta, são os albergues, as calçadas e os via-

mentos o abrigo dos sem-teto.

O sistema público de saúde na metrópole beira o descalabro. Faltam medicamentos, os centros de saúde e os equipamentos estão sucateados, milhares de leitos desativados, doenças como a dengue reaparecem e nem mesmo um leito para dar à luz está assegurado às mulheres. O PAS revelou-se um fracasso administrativo, tendo levado de roldão a instituição do SUS e sua municipalização, e consumido cerca de 3 bilhões de reais desde que foi criado.

A educação pública trilha uma marcha regressiva. Estima-se em 50 mil as crianças em idade escolar que estão fora da escola. As escolas estão desaparelhadas, a falta de segurança é total. As creches e a educação infantil estão sendo privatizadas ou dependem crescentemente da sustentação dos pais. A prefeitura descumprivelmente a obrigação de aplicar 30% do orçamento na educação.

A violência explode por todos os cantos da cidade sob a forma de assaltos, seqüestros, homicídios e chacinas. As principais vítimas têm sido os jovens, até mesmo dentro da sala de aula, e os negros. A falta de educação, de emprego, de acesso ao esporte, à cultura e ao lazer e, principalmente, de espaços democráticos de

participação social e política, empurra contingentes cada vez maiores da juventude para a marginalidade, a prostituição e as drogas.

O sucateamento da estrutura urbana, a poluição ambiental, visual e sonora, irrefreadas, vêm tornando a cidade inabitável para contingentes expressivos da população. Neste quadro é gritante o fracasso ou mesmo ausência do poder público, que não consegue enfrentar nem as urgências sociais, muito menos os problemas urbanos estruturais de médio e longo prazo. O flagelo anual das enchentes é emblemático disso.

A prefeitura de São Paulo acumula uma dívida equivalente a uma vez e meia o orçamento anual da cidade. A negociação dela com a União comprometerá parcela de 13% do orçamento pelas próximas décadas, além de comprometer irresponsavelmente o patrimônio público, como é o caso da tentativa de privatização do saneamento básico e serviço de águas. Com políticas desastrosas, a administração conduziu o sistema de transporte à crise e ao impasse, o serviço de coleta de lixo e limpeza pública em antro de corrupção, e vem tentando impor um arremedo de Plano Diretor que, na verdade, é um plano de ação da especulação imobiliária. A própria estrutura de fiscalização municipal, revela-se agora, está comprometida com extorsão e falcatruas.

A democracia na cidade é terra arrasada. As administrações regionais estão “fechadas ao público”, os conselhos populares praticamente não mais existem, a não ser em casos isolados pela persistência dos movimentos sociais. A Câmara Municipal está paralisada por um sem número de denúncias e processos criminais que envolvem vereadores da base governista. A população não tem onde nem com quem reclamar ou reivindicar seus direitos de cidadãos.

### **De onde provém a crise?**

O quadro vivido é produto em primeiro lugar do que podemos chamar



“as duas décadas perdidas”, que marcam a vida brasileira. As desigualdades sociais são muito antigas em nosso país, mas se aprofundaram a partir dos anos 80, invertendo a mobilidade social ascendente característica da cidade. Primeiro, a crise da dívida a partir de 82, que levou ao quadro hiperinflacionário e recessivo. Depois, nos anos 90, os descaminhos da política neoliberal de arrocho fiscal agravou a crise dos estados e municípios, com pesados reflexos sobre nosso Estado. O economicismo estreito e tacaño levou ao impasse o processo de desenvolvimento nacional e produziu um custo social inaceitável. A cidade de São Paulo paga elevado preço por essa opção. Emblemático disso é a existência de (precárias) frentes de trabalho cosmopolitas, antes reservadas a áreas da seca no Nordeste.

Uma segunda ordem de fatores se relaciona com a estreiteza política e administrativa das elites, seu ranço antipovo, e de um sistema político corrupto que viceja em São Paulo. Desde 83, quando a administração deixou de ser indicação da ditadura, e com a redemocratização, a população pareceu aceitar uma espécie de gangorra, alternando um suposto “governo que faz”, com “governo que cuida do social”. A gestão democrática 89-93, a par de seu caráter popular, não mais que arranhou a superfície da vida política e institucional da cidade. Afinal, o malufismo acabou por derrubar São Paulo nestes últimos oito anos. Conduziu a um governo completamente sem credibilidade, e a um poder público sucateado. Esse o resultado da resposta conservadora à situação nacional: irresponsabilidade orçamentária, corrupção desenfreada, obras faraônicas combinadas com o completo desmonte da estrutura pública.

### Impasses e desafios

Como substrato para a crise, apresenta-se a ordem de fatores relaciona-

dos com a mudança dos padrões de acumulação, com suas pressões próprias no plano econômico, político, demográfico, geográfico, cultural, etc. São Paulo constitui o que se chama uma *metrópole global*, vivendo problemas comuns a outros grandes centros metropolitanos, processo marcadamente contraditório.

São Paulo viveu impulso descentralizador da indústria e crescimento vertiginoso dos serviços. A tendência apregoada atualmente é a de tornar-se um centro financeiro internacional e sede das grandes companhias mundiais, elo da rede de informação e conhecimento que interliga a economia regional e a global. Com base nisso se retomariam investimentos, reviver-se-ia o centro, se criariam serviços urbanos eficientes em ambiente agradável, se multiplicariam os serviços especializados, se estimularia o turismo de negócios e os centros de entretenimentos e compras. O pólo paulistano estaria assim mantendo sua primazia nacional nesta transição entre o período nacional-desenvolvimentista e o da globalização.

É ilusório considerar que se prepara por esse rumo um novo ciclo de desenvolvimento auto-sustentado, no bojo do qual São Paulo voltaria a encontrar caminhos de afirmação e pujança. A lógica mercantilizante conduz, ao invés do “renascimento” apregoado por FHC, a uma espécie de decadência em câmara lenta para a vida da cidade e sua população. Tal processo não conduzirá espontaneamente à regeneração de São Paulo nem é socialmente neutro. A “dinâmica global” não tem potencial estruturante. Tal como se apresenta hoje, só tem agravado o *apartheid* social: as elites e classes médias abastadas se entrincheiram em condomínios fechados de alta segurança, em carros blindados, em centros de negócios e entretenimento sofisticados, de onde só saem para os aeroportos; à massa dos

milhões de trabalhadores e desempregados paulistanos é reservado o martírio do transporte ruim e do trânsito insano, a moradia em periferias cada vez mais degradadas e violentas, a disputa por uma vaga na escola ou um posto de trabalho, de baixa qualificação e remuneração.

Entretanto, e esse é o primeiro desafio com que se defronta o bloco popular, não pode bastar às forças populares um projeto de mera “inversão de prioridades sociais”, na realidade orçamentária de hoje, se isso não estiver acoplado ao esforço por viabilizar potencialidades econômicas que desenvolvam a cidade. É verdade que se abre uma série de novas possibilidades e vocações que São Paulo pode aproveitar – o novo papel do setor de serviços, o potencial na área tecnológica, cultural e acadêmica, a infraestrutura já instalada, etc. O que cabe discutir é que este caminho só terá êxito nos marcos de um autêntico projeto de desenvolvimento nacional e soberano e se colocar como questão fundamental a elevação da qualidade de vida de todos os cidadãos, a recuperação dos espaços públicos, a democratização do poder público, o investimento maciço de recursos nos bairros populares e em programas de geração de renda e empregos. Por isso, as políticas sociais compensatórias (renda mínima associada ao plano de educação, banco do povo, além das propostas históricas do movimento de educação e saúde) só terão papel se articuladas ao desenvolvimento de uma economia política de *regeneração* para aproveitar inventivamente novas oportunidades, direcionar vocações econômicas, preservar fatores de diferenciação, estimulando a retomada de desenvolvimento equilibrado para a cidade.

Só o bloco popular pode encabeçar um projeto desse tipo hoje em São Paulo. Para tanto, ele precisa superar um segundo desafio, articulado ao anterior. Trata-se dos cons-



transgimentos orçamentários criados pela política do governo federal, desde o FSE/FEF, consolidados com o DRU e a Lei de Responsabilidade Fiscal. O bloco popular não pode advogar o voluntarismo que julga possível a irresponsabilidade orçamentária pura e simples. Mas tampouco pode prostrar-se numa espécie de racionalismo minimalista ou então de administração da crise, humanizando-a com políticas sociais compensatórias. Estes elementos precisarão se combinar com uma postura firme do poder municipal, que pode necessitar rever os acordos de pagamento das dívidas, mobilizando a opinião pública e articulando as forças dos novos prefeitos a ser eleitos em outubro no Estado, no rumo de reforçar uma alternativa antineoliberal global para o país.

#### Por onde começar?

É preciso recivilizar São Paulo, para torná-la de fato uma cidade boa para se viver e conviver, trabalhar e divertir-se, integrando as maiorias sociais às oportunidades que ela pode oferecer, saneando e preservando o meio ambiente. Isso é tarefa para mais de uma década. Exige largueza de perspectivas para criar um bloco político amplo e coeso, compromissado com as camadas populares, aliado a amplos setores médios interessados nos destinos da cidade, com um projeto de curto, médio e longo prazo. O eixo é **democratizar** e investir na **qualidade de vida** como fator de promoção de desenvolvimento social e humano, o que por si mesmo pressupõe retomar o **desenvolvimento econômico** na cidade.

As soluções começam pela política. Pela recuperação da política como espaço privilegiado do conflito social, mediado por um poder público forte e por intensa participação da população, aí incluída a iniciativa privada. Em uma palavra, pela profun-

da democratização do poder público e sua descentralização.

É preciso também encontrar novas soluções para a integração dos esforços públicos. Problemas de uma megalópole como São Paulo não serão resolvidos apenas na esfera do município, como é notório na esfera do transporte, saúde e habitação entre outros. Aliás, não se pode esquecer que a crise, tendo por centro as administrações municipais, contaram com a omissão ativa do governo estadual e federal. Por isso, é preciso integrar soluções tanto em nível vertical (União, Estado e Município interagindo na realidade da maior área metropolitana do Hemisfério Sul), quanto horizontal (saúde, educação, saneamento, habitação, etc), numa nova filosofia de administração.

Isso exigirá modificar a institucionalidade vigente, redefinir funções administrativas, esferas de responsabilidade, partilha da dotação orçamentária, etc. Portanto, não é medida a ser implantada de afogadilho. Deveremos discuti-la amplamente com a população organizada.

#### Democratização

A descentralização da administração visa promover intensa participação social na solução dos problemas, comprometer amplos setores com a identificação-solução-controle dos problemas da cidade, fundar um novo padrão de relacionamento da população com a esfera pública. A implantação de subprefeituras e de conselhos distritais eleitos, amplos e participativos, é o eixo da proposta. O orçamento participativo integra esse mesmo esforço. Afinal, o que se quer reconhecer é que nenhum problema de São Paulo pode ser equacionado mantida a atual impermeabilidade à participação, que se limita à eleição de um prefeito e 55 vereadores.


A profunda democratização anda de mãos dadas com o fortalecimen-

to (diríamos: imposição real) do poder público em toda a acepção da palavra. Notadamente nos setores da saúde, educação, transporte, habitação e urbanização em geral, o poder público é insubstituível para estruturar, normatizar, fiscalizar. É fator de desenvolvimento: nenhuma ordem de mercado o substituirá com vantagens se se quer de fato regenerar São Paulo.

\* \* \*

É preciso considerar a hipótese de que o bloco popular poderá abrir um novo ciclo político duradouro na cidade. Isso nos exige um projeto estratégico, construído passo a passo segundo a correlação de forças e nossa plataforma. É o caminho para construir uma hegemonia de forças avançadas na cidade.

Os que hoje estão dispersos no movimento social serão postos em tensão para perseguir esses objetivos. Há uma enorme massa crítica humana para dar sustentação a esse esforço, em todas as áreas técnicas, que tirada do limbo a que foi relegada trará a São Paulo, certamente, novas perspectivas.

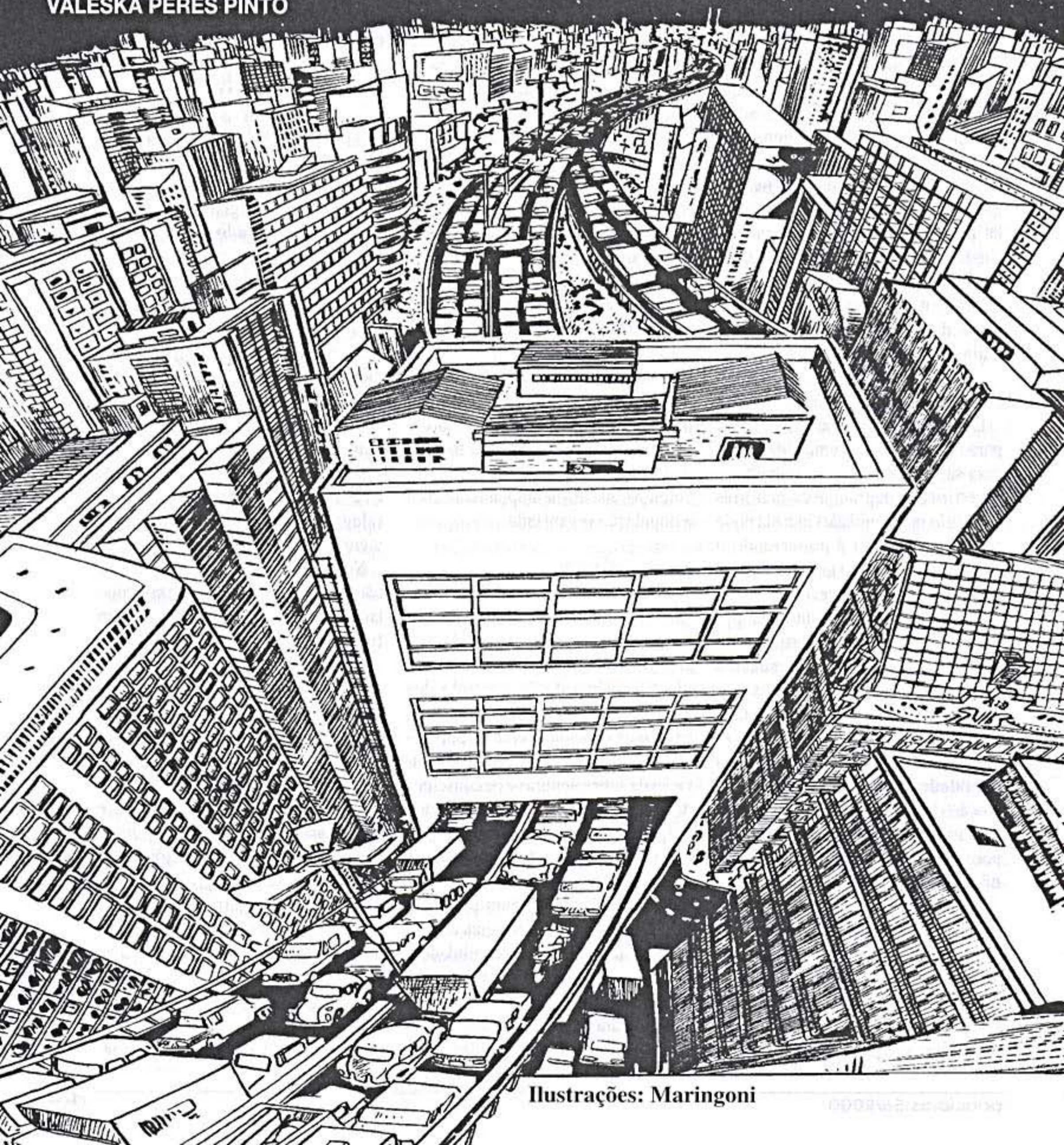
Nesse percurso, o bloco popular não deve perder de vista que conquistar a administração não pode ser um fim em si mesmo, nem propriamente um instrumento de mera acumulação de forças eleitoral, para todos aqueles que, como nós, seguem reivindicando um ideário socialista, renovado. Será sim um instrumento a mais de conscientização e mobilização do povo, de sua educação política e aglutinação, pela experiência própria, para o enfrentamento histórico da grande onda regressiva do neoliberalismo e abrir caminho a um novo projeto nacional, cujos eixos são a defesa da soberania, da democracia e do trabalho. 

Walter Sorrentino, médico, e Nádya Campeão, engenheira agrônoma, são dirigentes do PCdoB-SP.



# A crise do sistema de transportes

VALESKA PERES PINTO



Ilustrações: Maringoni



São muitos os sinais de que o sistema de transporte está em sérias dificuldades. A recente paralisação nacional dos caminhoneiros e os diversos cercos à Prefeitura de São Paulo impostos pelos motoristas de ônibus são alguns deles. A atual crise do sistema de transportes no Brasil tem no mínimo duas dimensões que precisam ser enfrentadas. Uma delas envolve o modelo de circulação; a outra, o desmonte dos serviços públicos.

A crise do modelo de circulação urbana está no limiar de parar, por exemplo, uma cidade como São Paulo – tanto na circulação de pessoas quanto na de mercadorias. Por outro lado, o sistemático desmonte dos serviços públicos, decorrência da implantação da política de ‘Estado mínimo’ adotada nos diversos níveis da esfera pública, vem reduzindo as possibilidades de intervenção do poder público na resolução da crise.

O modelo de circulação adotado prioritariamente é o rodoviário, fundado no uso do transporte individual. O Estado brasileiro, a partir dos anos 50 tem direcionado inúmeros incentivos diretos e indiretos à indústria automobilística e fomentado uma política geral de estímulo para que todos tenham seu carro. A publicidade apela e induz à necessidade do automóvel como *status* de quem ‘venceu na vida’ – quem não tem seria, por sua vez, um derrotado! Paralelamente aos incentivos e estímulos ao modelo do automóvel, o país, ao contrário de desenvolver, promoveu a destruição de sua malha ferroviária. Com isso até mesmo o transporte de mercadorias depende do padrão rodoviário, demandando um gigantesco e caro sistema de rodovias, de vias urbanas e interurbanas.

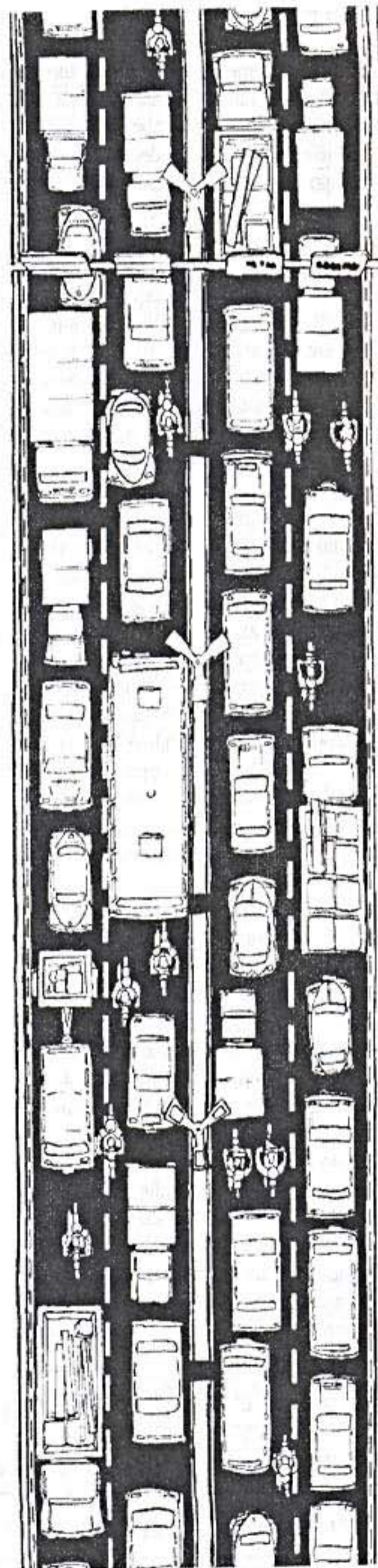
O modelo rodoviário de circulação apoiado no automóvel teve no ônibus um complemento importante que permitiu a expansão dos territórios urbanizados para além dos limites iniciais, visto que estes veículos, por sua mobilidade, rapidamente iam em socorro à populações deslocadas para novos loteamentos, que cresciam sem nenhuma consideração às necessidades da circulação. Este sistema de circulação tem conseqüências peno-

sas sobre as cidades: o esgotamento da malha viária, danos sérios ao meio-ambiente por concentração de poluentes; disputa automóvel-pessoa com altos índices de acidentes e atropelamentos; concorrência com o modelo ferroviário, a exemplo do Metrô; dentre outras.

A crise também atinge a circulação de mercadorias, que vem se agravando ainda mais, em decorrência da adoção pelas empresas do sistema *just in time*, que representa uma nova logística para o armazenamento e distribuição de mercadorias. Está criada, portanto, uma situação de difícil equacionamento, pois todo mundo briga pelo mesmo espaço viário para ter funcionamento mínimo. O planejamento da circulação pouco tem levado em conta os impactos da logística de circulação de cargas, assim como tem ignorado as demandas de circulação de pessoas através do sistema de transporte coletivo – que acaba sendo a vítima maior de tal modelo.

O transporte coletivo passou a ser o sistema para atender aos que não venceram na vida – aqueles que não têm carro. Muitas empresas de transporte, sem perceber, agem contra si mesmas quando divulgam certo tipo de publicidade nos coletivos: “Que pena, você não fez aquele empréstimo e não comprou aquele carro! Você não estaria agora andando de ônibus...”.

O próprio setor de transporte coletivo, a partir das suas práticas acabou contribuindo para a crise atual. Muitas das empresas do setor nunca se organizaram enquanto prestadoras de um serviço público. Na verdade, muitas destas empresas construíram seus ganhos numa atividade centrada na compra e venda de veículos, valendo-se de





uma política continuada de financiamento para aquisições de veículos e de renovação de frotas. Na medida em que o veículo novo incide positivamente na elevação da tarifa, a renovação da frota se constituiu num negócio de alta rentabilidade. Passado algum tempo vamos encontrar esses ônibus em cidades do interior ou em outros países latino-americanos como Peru, Chile etc.

Se não entendermos que temos de mudar o modelo de circulação nas cidades como São Paulo para um modelo que priorize o transporte coletivo; que transfira recursos, hoje investidos no suporte do modelo rodoviário, para uma rede de transportes que assegure condições a que esse serviço seja ajustado – ou seja, se nós não invertermos essa lógica atual – não há saída para a crise vivida atualmente. Nas grandes cidades não há mais rua, não há mais praça, muitos canteiros centrais já foram sacrificados, imensas áreas são ocupadas por estacionamento... não temos saída se continuarmos insistindo que a única perspectiva que as pessoas têm de circular é por meio do transporte individual. Nesta lógica continuaremos tratando os ônibus como sendo automóveis, entregues a disputa pelo espaço de circulação no sistema viário já saturado, constringido a ter de seguir itinerários e cumprir horários. E nesta disputa, o ônibus perde.

A segunda dimensão da crise do sistema de transporte se dá através do desmonte do conceito de serviço público. Tal desmonte vem acontecendo há algum tempo em diversas esferas de governo – é o chamado 'Estado mínimo'. Este Estado, porém, está ficando tão 'mínimo' que vem sacrificando questões fundamentais. Podemos dizer que em uma cidade como São Paulo tal política sacrifica algumas noções básicas necessárias à manutenção do serviço público – ou seja, sacrifica a autoridade pública reduzindo seu poder de regulamentação e de regulação para fazer cumprir contratos; para fazer prevalecer sistemas de licitações e concessões para

que todos, pessoas físicas e jurídicas, obedeçam. São Paulo explicita, também sob este aspecto, uma situação limite de crise de governabilidade.

O transporte clandestino urbano, que hoje preocupa empresários e trabalhadores, nada mais é do que expressão dessa dupla crise: da perda da autoridade, expressa na incapacidade do atual governo municipal de São Paulo, apesar de ainda contar com técnicos qualificados, em dar uma direção que se materialize num projeto conseqüente de gestão de uma política de transporte, de regulamentação, fiscalização e financiamento; e, por outro lado, o transporte clandestino corrói e atua sobre a crise do serviço em si, da circulação em si – vem ao encontro da perda de qualidade do serviço em decorrência das péssimas condições de circulação.

Em uma cidade como São Paulo, só por conta dos congestionamentos, hoje, precisamos ter 3.342 ônibus a mais do necessário para compensar as perdas provocadas pelos congestionamentos, o que representa 30% da frota e equivale a 15,8% do custo operacional do transporte coletivo. O setor de transportes coletivos 'joga fora' recursos dessa ordem e isso tem implicações para o equilíbrio econômico de todo o setor e das empresas.

Estamos perdendo mais de 200 milhões de horas por ano em congestionamentos só no transporte individual e mais 120 milhões hora/ano no transporte coletivo. São horas em que as pessoas poderiam estar usando para outras atividades. As horas passadas no trânsito são um sacrifício sobre o trabalho, a saúde e o convívio com a família. São horas não contabilizadas, porém importantes para a vida das pessoas.



O Estudo *Redução das deseconomias urbanas com a melhoria do transporte público* elaborado em parceria pela ANTP (Associação Nacional de Transportes Públicos) e pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 1988, analisou as dez maiores cidades brasileiras e contabilizou que a cidade de São Paulo perde 350 milhões de reais por ano com seus congestionamentos. São recursos desperdiçados em uma escala tal que demonstra, portanto, haver recursos. Só que estes estão sendo muito mal-empregados. Isso nos leva a crer que não podemos atribuir à falta de recursos a causa maior da crise que vivemos.

A cidade de São Paulo tem somente dois corredores exclusivos para ônibus – e se sabe o quanto são importantes os corredores exclusivos para um bom desempenho do serviço. Isso é fundamental porque o setor necessita ter um desempenho compatível para evitar as perdas. O transporte precisa garantir a tabela de horário fixada no ponto. Os ônibus, atualmente, não têm mais hora para chegar! É fundamental a confiabilidade no sistema, garantindo-se que as pessoas não vão ficar esperando demais. As condições de funcionamento do transporte requerem que o plano de corredores de São Paulo seja efetivamente realizado, para que o sistema de ônibus tenha condições de desempenho competitivas com o automóvel e as pessoas saibam que têm um serviço com o qual podem contar, com segurança e

*O modelo de circulação adotado prioritariamente é o rodoviário, fundado no uso do transporte individual*



confiabilidade: "Ele vai chegar! Vai me levar ao local que preciso!"

Precisamos investir em um sistema de transporte que tenha corredores funcionando, que sejam tão eficazes para média capacidade quanto o é o Metrô. Temos de caminhar para uma segmentação de transporte, integrando harmoniosamente também o transporte de baixa capacidade – vans, micro-ônibus – que deve funcionar de forma articulada com os corredores e dentro de um sistema regulamentado. Todos têm de saber a parte do serviço que lhes cabe no planejamento global. Os serviços de transporte escolar, idosos, noturnos, para momentos e horários de pico, para as regiões adensadas... tudo deve ser adequado. Uma cidade conta com diversidade de necessidades e interesses. São Paulo, por exemplo, funciona 24 horas por dia e precisa construir um sistema de transporte que atenda todas as suas diversidades.

Ao mesmo tempo, temos de tratar a cidade de São Paulo como sendo parte de uma região maior e desta forma considerar o sistema metropolitano de transporte como parte da solução dos seus problemas. Não se pode pensar seus corredores e terminais sem se considerar o papel do Metrô e o papel dos trens metropolitanos (CPTM) e trens regionais – tudo dentro de sua estrutura única de sistema de transporte.

Um bom serviço de transporte não envolve somente bom equipamento e modernos veículos. Ele tem de ter um desempenho, com trabalhadores satisfeitos para tratar bem os passageiros. As condições oferecidas hoje aos trabalhadores do setor não permitem isso. Trabalhadores e usuários estão, sob condições precárias, constantemente colocados uns contra os outros, impedindo sua união para enfrentar juntos a crise e a mudança do modelo.

## *O desmonte do conceito de serviço público acompanha o chamado 'Estado mínimo' e sacrifica questões fundamentais*

Tal mudança necessariamente implica na existência de um sistema regulamentado. Atualmente, a irregularidade não atinge somente os chamados 'clandestinos' ou os 'perueiros'. Hoje é esta a situação da maioria dos contratos formais com as empresas prestadoras. Os próprios empresários reconhecem atualmente a necessidade da regulamentação – existem problemas de toda ordem e, em particular, a demanda caiu 40% em São Paulo. É dinheiro que deixou de entrar.

O modelo de circulação rebate também no modo de ser da nossa vida, na maneira como estamos vivendo. Assim como se diz que, com o automóvel, o indivíduo faz o que quiser – com aquela carapaça vira um 'guerreiro' – a lógica disseminada é aquela de que "cada um se vira". Assim, está todo mundo se virando – de qualquer jeito. Isso é reflexo da corrosão da governabilidade e leva as pessoas a pensar "porque vou respeitar as regras se os que respeitam são os que pagam mais, os que sofrem mais, e

aqueles que não respeitam regra nenhuma se viram?" Claro que esta é também uma forma de saída, ainda que momentânea, pois leva a cidade ao caos. Esse processo conduz à uma crescente deterioração da qualidade de vida de todos, até mesmo dos que "se viram".

Se conseguirmos entender a necessidade de uma regulamentação voltada à priorização do transporte coletivo – que significa mudar conceitos de circulação e o uso viário, investindo nas obras destinadas a uma boa circulação do transporte coletivo, começaremos a enfrentar a crise.

É necessário, também, questionar as soluções paliativas e as falsas soluções, que não mexem no fundamental. Isso exige dos trabalhadores do setor de transportes e da sociedade organizada a capacidade política de impulsionar uma mudança na gestão não só municipal, mas também nas demais instâncias de governo. É quem tem de fazer isso – propor e exigir um novo modelo para o sistema de transporte – também são aqueles que entendem e convivem diariamente com os constrangimentos ao operar o sistema de transporte coletivo nas grandes cidades e rodovias brasileiras sem nenhuma condição técnica, disputando espaço nas vias com os automóveis. Isso implica em questionamentos sobre qual gestão, governo e autoridade necessitamos numa cidade para fazer vingar os regulamentos exigidos pela realidade e reclamados por sua população.

Valeska Peres Pinto é presidenta do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas de São Paulo e assessora técnica da Associação Nacional de Transporte Público. Este texto é transcrição parcial da intervenção da autora no Seminário "A Crise do Sistema de Transportes", realizado em setembro de 1999 em São Paulo.







"Terreiro de café", de Djanira

# Feudalismo versus Capitalismo

**Visões do Brasil  
(quinta parte)**

JOSÉ CARLOS RUY

*Após a década de 1950, o pensamento progressista brasileiro foi marcado pelo debate sobre os modos de produção na formação social brasileira*



Na década de 1950 o pensamento progressista brasileiro foi marcado pela retomada do debate sobre a presença e a natureza dos modos de produção na formação social brasileira, debate iniciado no âmbito do Partido Comunista do Brasil na segunda metade da década de 1920, e depois abandonado. O debate estava então polarizado em duas posições: para uma, a Colônia sempre foi capitalista; para a outra, ao contrário, o feudalismo predominou no passado colonial, havendo ainda restos feudais, ou relações semifeudais, a serem superados.

Tradicionalmente, sem grandes preocupações científicas, os historiadores caracterizavam a colônia como feudal. Fundamentavam-se na transposição da legislação e de instituições portuguesas no início da colonização, quando o território foi retalhado em fatias imensas, doadas como capitânicas hereditárias a donatários ligados à corte de Lisboa; terras que os donatários ou a própria Coroa podiam distribuir, em grandes porções, a seus protegidos ou como forma de reconhecimento e retribuição a serviços prestados.

A caracterização da Colônia como feudal surgia então por analogia, devido à presença do latifúndio; mas também, por outro lado – como lembrou Ernesto Laclau – por razões polêmicas. As elites liberais latino-americanas, ligadas à Europa e aos EUA, encaravam como estagnados e atrasados os setores da economia voltados para o mercado interno, geralmente provinciais, e incapazes de suportar a concorrência de produtos importados. Como feudais, em suma (Laclau, 1978).

A crítica da elite liberal, feita pela direita, coincidia com outra, feita por setores republicanos e progressistas, para quem as palavras feudal e feuda-

lismo também significavam atraso, monopólio da posse da terra, monocultura agrícola, e o domínio da oligarquia agro-exportadora contra quem lutavam.

### Academização do Marxismo

A recusa da caracterização do passado colonial como feudal surgiu nos anos efervescentes da década de 1930, quando os estudos históricos assumiram um papel explicitamente político na luta de classes que então se agudizava. Essa recusa firmou-se cerca de 20 anos depois, quando o questionamento do atraso e do subdesenvolvimento, as exigências de industrialização, a emergência das ligas camponesas e da luta pela reforma agrária, deram contornos políticos à questão.

A principal corrente a defender a tese capitalista inspirou-se na obra de Caio Prado Jr., que, já em 1933, havia enquadrado a Colônia num quadro mundial descrito como capitalista, e do qual a Colônia era apenas um prolongamento (Prado, 1933). Os desdobramentos das teses de Caio Prado Jr. foram duradouros, marcando os estudos históricos durante décadas. Ele contrapôs-se às teses da Internacional Comunista e do Partido Comunista do Brasil que arrolavam o Brasil entre as nações coloniais e

semifeudais, negando peremptoriamente a existência do feudalismo em qualquer época histórica brasileira, contraposição que apresentou de forma sistemática em *A revolução brasileira*, de 1966, (Prado, 1977) livro onde reduz a questão agrária à luta dos trabalhadores rurais por melhores salários, liberdade de organização sindical e extensão da legislação trabalhista ao campo. Esta era, pensava, a contradição principal do campo brasileiro, sendo marginal e menos importante a luta pela distribuição das terras dos latifúndios entre os camponeses.

O foco principal da análise de Caio Prado Jr. esteve sempre na esfera da circulação da mercadoria e, em consequência, na articulação da produção colonial com o mercado mundial, que definia o caráter, o *sentido*, da Colônia, condicionando tudo o que acontecia nela. Foi o capitalismo em expansão que trouxe os portugueses a esta parte do mundo, determinando, para os adeptos desta corrente, o caráter capitalista da Colônia. Em virtude dessa ênfase na esfera da circulação, Caio Prado Jr. (e seus inúmeros seguidores) deixou em segundo plano o estudo da natureza das relações de produção estabelecidas em seu interior, suas particularidades, e da dinâmica colonial interna que resultava delas. Caio Prado Jr. é explícito, neste particular: é a circulação de mercadorias que define o caráter de uma formação social.

A grande aceitação das teses de Caio Prado Jr. está ligada à academização do marxismo, que teve início, no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960. Já foi indicado antes como seu marxismo “sem compromisso ou desígnio político imediatista” (como disse Antônio Candido) facilitou essa aceitação. A presença, em posições salientes na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, de professores democratas e reformistas, como Sérgio Buarque de Holanda e



Florestan Fernandes, também ajudou a abrir seu caminho para a universidade.

O primeiro, por trazer para o debate influências weberianas e da escola histórica alemã, que “matizaram as matrizes marxistas” (Capelato, 1995). Florestan Fernandes, por sua vez, como professor de sociologia, na Escola Livre de Sociologia e Política e na Universidade de São Paulo, foi pioneiro no uso *técnico* do pensamento de Marx, ao lado de Max Weber, Emile Durkheim e dos funcionalistas americanos, numa composição eclética consciente e que o próprio Florestan valorizava.

Em 1958, auxiliares de Florestan na universidade, seus ex-alunos (José Arthur Giannotti, Fernando Novaes, Paul Singer, Octávio Ianni, Leôncio Martins Rodrigues, Fernando Henrique Cardoso, Roberto Schwarz, entre muitos outros), criaram o “grupo de Marx” (ou “Seminário Marx”) que, até 1964, leu e debateu *O Capital*. Esse grupo teve grande papel na introdução do marxismo na universidade, e na determinação da espécie de marxismo, politicamente desarmado, que nela seria aceita. Eles buscavam em Marx novas abordagens epistemológicas e teóricas para a história e para a ciência social, e não “um referencial político, visando a revolução social” (Soares, 1997).

A crise do marxismo nos anos 50, resultado das denúncias contra Stálin no XX Congresso do PCUS e sua repercussão entre os marxistas brasileiros, as consequências dos levantes húngaro, reprimido duramente pelos soviéticos, e polonês, e a estagnação teórica do marxismo sob influência soviética, também foram fatores que influenciaram na domesticação do pensamento de Marx por professores universitários que o adotavam como método, mas não como guia para a ação.

A “fragilidade do marxismo combatente, ocupado em organizar as mas-

sas (1945/1964)” e o espírito liberal dominante na universidade (que garantiu, até 1968, um certo reinado dos “pensadores críticos”) permitiram que aquela geração “transformasse a universidade no cenário formal das ‘lutas teóricas’”, diz José Carlos Barriguelli. Em consequência, com a academização, o “marxismo foi apropriado por forças exteriores ao Partido” (Barriguelli, 1984).

Ao criticar as teses comunistas e defender a vigência do capitalismo desde os primeiros tempos da colonização, as opiniões de Caio Prado Jr. coincidiam com os anseios e com as formulações teóricas daqueles professores. Esta recusa tinha um fundo científico, dadas as insuficiências da tese feudal para dar conta dos problemas históricos de nosso país, e outro de natureza política, resultante da rejeição das formulações e da ação do Partido Comunista do Brasil e sua visão da revolução brasileira. Para estes críticos, a tarefa histórica mais impositiva e urgente era a modernização do capitalismo brasileiro, e não a luta contra o latifúndio. Caio Prado Jr. e os professores universitários concordavam também na definição de capitalismo e na forma de compreender o colonizador. A Colônia era capitalista porque a Coroa ou donatários, ao doar sesmarias, visavam “a produtividade da Colônia, condição essencial para o aumento de seus rendimentos” (Prado, 1961); o colonizador era, assim, o “empresário de um grande negócio” (Prado, 1963).

E a busca do lucro que define o capitalismo, de acordo com este ponto de vista, opinião que coincide com as idéias de Max Weber (ver adiante), tão caras àqueles professores, ou decorre diretamente da leitura do sociólogo alemão. O marxismo de Caio Prado Jr. e dos professores universitários caracterizava, assim, de forma semelhante o passado colonial e o capitalismo, per-

mitindo uma influência recíproca na ação intelectual e teórica.

### A tese *Capitalista*

A revisão da tese feudal começou a ser feita quando os estudos do passado colonial passaram do campo da história para a política, em decorrência do desenvolvimento e agudização da luta de classes no Brasil. Não é por acaso que ela começou em São Paulo, ligada à luta pela afirmação política e social da burguesia, principalmente da burguesia industrial paulista, podendo ser compreendida como uma reação ao estado de coisas instaurado no país após 1930 (Topalov, 1978).

O fim da República Velha significou a derrota da oligarquia agro exportadora, cujo principal ramo estava em São Paulo, e que dominava os governos da República desde os tempos de Prudente de Moraes e Campos Sales. Em 1932, a derrota da elite paulista foi confirmada pelas armas; em 1937, o sonho de chegar à Presidência da República pela eleição de Armando de Sales Oliveira foi desfeito com o golpe militar que deu origem ao Estado Novo. Naqueles anos – principalmente depois da derrota de 1932 – a elite paulista iniciou um programa de renovação cultural, técnica e ideológica, voltado à formação de quadros para recuperar e manter o seu domínio, criando condições para a modernização conservadora, capitalista, da sociedade brasileira. Para criar “uma ‘elite’ que, de São Paulo, daria o exemplo ao Brasil”, como escreveu Afrânio Peixoto em 1937, no prefácio da obra onde aquela revisão aparece de forma desenvolvida pela primeira vez, *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen. Para esta tarefa modernizadora, a elite paulista criou então, entre outros instrumentos, a Escola Livre de Sociologia e



Política, em 1933, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, núcleo da Universidade de São Paulo, em 1934 (Miceli, 1979).

É nesse contexto que surge a obra de Roberto Simonsen. Tratava-se de firmar um ponto de vista capitalista, burguês, sobre a formação social brasileira. Ele próprio foi um arrojado diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), empresário e teórico importante da burguesia industrial, defensor de um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo para o Brasil, protagonista de um debate intenso com os livre-cambistas (os antepassados dos atuais neoliberais) simbolizados pelo economista Eugênio Gudín (Lima, 1976). Roberto Simonsen foi o primeiro professor de história econômica do Brasil na Escola Livre de Sociologia Política, e seu livro, publicado pela em 1937, foi composto com as aulas que proferiu.

Em 1933, Caio Prado Jr. já havia iniciado a revisão, ao defender que a Colônia foi capitalista, e não feudal. Mas será Roberto Simonsen, em sua obra pioneira de história econômica, quem vai romper mais nítida e conseqüentemente com a tese feudal. Para ele, o Brasil foi capitalista desde a origem. Os portugueses se lançaram sobre os oceanos e se estabeleceram em outras terras em busca do lucro: “todos procuravam a nova terra em busca da fortuna; todos visavam a melhorar sua situação econômica. O fito do lucro era a causa primordial da vinda para o Brasil” (Simonsen, 1937).

Intérprete fiel de sua classe, Roberto Simonsen define o capitalismo como a busca do lucro, uma tese tipicamente burguesa, que compreende o aumento da riqueza através da compra e venda de mercadorias e – em consequência – analisa o movimento da economia principalmente a partir da esfera da circulação (onde o dinheiro reina soberano), desconhecendo ou re-

legando a plano secundário a esfera da produção, que é onde ocorrem as relações de produção (e, por isso, as relações sociais) decisivas, e onde o segredo da exploração dos trabalhadores se oculta.

O uso dessa tese, a “orientação capitalista para o lucro”, como suporte teórico da definição da formação social brasileira como capitalista desde o início da colonização, teve longo curso entre os historiadores, sendo sofisticada nos anos 50 e 60 quando a obra de Max Weber é incorporada a seu horizonte conceitual, estando presente, explicitamente ou não, em quase todos aqueles que atribuem à Colônia um caráter capitalista, numa compreensão ahistórica do capitalismo, encarado não como um modo de produção, mas como o movimento para a aquisição de riquezas. Ao restringir-se à esfera da circulação, a análise deixa oculta a relação de exploração específica de cada modo de produção, que se manifesta nas relações de produção. Weber deu cidadania, na ciência social, a esta identificação burguesa do capitalismo com a busca do lucro, “de um lucro sempre renovado, da ‘rentabilidade’. Só pode ser assim”, como escreveu. Essa “orientação capitalista para o lucro” aparece sob várias formas, desde a antiguidade: comércio, botim, especulação com dinheiro, espoliação fiscal, e até mesmo como produção de bens (Weber, 1967 e 1992).

Caio Prado Jr. polemizou com as teses comunistas, através de artigos na *Revista Brasiliense* ou, de forma mais sistemática, em *A revolução brasileira*, de 1966, criticando os que buscavam inspiração nos modelos russo ou chinês, e criticando a ênfase a um aspecto da questão agrária que julgava secundário, marginal, a luta pela terra, num momento em que – pensava – a contradição fundamental no campo é aquela que opõe os assalariados rurais às grandes propriedades.

Outro autor, crítico das posições comunistas, que teve grande repercussão na época foi o norte-americano (de origem alemã) Andre Gunder Frank, para quem o atraso da agricultura brasileira decorre não da presença de restos feudais, mas da própria natureza do capitalismo, que produz simultaneamente desenvolvimento e subdesenvolvimento (Topalov, 1978; Frank, 1967)

### A tese feudal

A outra tese presente no debate sobre os modos de produção, reiniciado nos anos 1950 e 1960, era aquela que encarava o passado colonial como feudal, e via o presente como semifeudal, ou marcado por restos feudais que deviam ser removidos.

Esta foi a posição do Partido Comunista do Brasil, influenciada pela Internacional Comunista (apesar de extinta 1943, suas teses continuaram aceitas), e que aparece, por exemplo, em maio de 1944, no documento *Luís Carlos Prestes e a situação no Brasil e no mundo*, que defende uma ampla aliança, “de todas as classes sociais, democráticas e progressistas, desde o proletariado até a grande burguesia nacional”, e afirma que, na ausência de condições subjetivas e objetivas para a revolução socialista, “os comunistas no Brasil sempre lutaram pela revolução democrático-burguesa”. O documento é claro nesta opção: “a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva”. Por isso, “o que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido possível do capitalismo no país”. A liquidação dos restos feudais, traduzida por uma reforma agrária que acabasse com o latifúndio, era encarada



como condição essencial daquele desenvolvimento; ela permitiria ampliar o mercado interno para a indústria brasileira, fornecer alimentos mais baratos para os trabalhadores, e matérias primas para as fabricas nacionais. O documento citava inclusive o relatório anual de 1943 das Indústrias Reunidas F. Matarazzo para comprovar que a proposta comunista era aceitável para o setor da burguesia nacional que via na ampliação do mercado interno o caminho do fortalecimento da economia brasileira (Carone, 1982).

Idéias como estas passaram a ser difundidas amplamente pela imprensa comunista desde 1945, estavam presentes nas Teses do IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, divulgadas em 1947 (Barriguelli, 1981), e figuraram nas resoluções deste Congresso, finalmente realizado em 1954, que reafirmaram o “caráter semi-feudal e semi-escravista da sociedade brasileira”, e a natureza “democrático-popular, de cunho anti-imperialista e agrária antifeudal” da revolução brasileira. O imperialismo e o latifúndio são os inimigos principais, adversários do desenvolvimento da economia nacional e fatores que determinam o atraso do país e a miséria e pauperização “das grandes massas camponesas que constituem a maioria da população brasileira”. A burguesia, por sua vez, é aliada do proletariado na luta anti-imperialista, posição defendida naquele documento de forma enfática: “O partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional”, pois a burguesia nacional não é inimiga, e “por determinado período pode apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais” (Problemas, 1964; Carone, 1982).

As resoluções do IV Congresso foram desenvolvidas depois por autores comu-

nistas, entre os quais se destacam Alberto Passos Guimarães, cujo *Quatro séculos de latifúndio* se tornou referência obrigatória nos estudos sobre a propriedade da terra no Brasil, e Leôncio Basbaum, cuja *História Sincera da República* constituiu uma primeira abordagem sistemática e panorâmica da história da República, escrita sob o ponto de vista marxista (Guimarães, 1964; Basbaum, 1957). Basbaum, para quem o proletariado é a classe que “deve reescrever a história do Brasil”, formulou uma hipótese original sobre a colônia: nela existiu, escreveu, um “novo tipo de feudalismo”, misto do feudalismo medieval, do escravismo romano e do capitalismo mercantil. Segundo ele, a escravidão impediu o desenvolvimento do mercado interno no Brasil no passado; hoje, esse entrave é representado pelo latifúndio. E, de seu ponto de vista, a ausência do mercado interno é a “causa fundamental do atraso do Brasil” (Basbaum, 1957).

Entretanto, o autor que desenvolveu de forma mais conseqüente e acabada as teses sobre a formação social brasileira apresentadas nas resoluções do IV Congresso foi Nelson Werneck Sodrê. Comunista e nacionalista, tentou compreender as contradições do Brasil de seu tempo a partir do estudo da formação da nação brasileira, da luta contra o colonialismo e o imperialismo, apresentando em suas conclusões as qualidades e os limites daquelas conclusões.

Nelson Werneck Sodrê foi, entre os historiadores marxistas brasileiros, o autor da obra mais ampla e abrangente, no tempo e na variedade de temas abordados. Além da literatura, da história e da crítica da cultura, seus assuntos preferenciais, ele tem livros temáticos, exaustivos, sobre classes sociais, militares, imprensa, geografia, etc.

Militar cassado pelos generais golpistas de 1964, foi um dos pioneiros no uso do marxismo no estudo da formação social brasileira, tendo sido



Nelson Werneck Sodrê

militante comunista ligado ao Partido Comunista do Brasil e, depois de 1961, à expressão organizativa que assumiu a denominação de Partido Comunista Brasileiro.

Oficial de destaque entre os militares nacionalistas, nas décadas anteriores ao golpe militar de 1964, ele foi um dos criadores do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), órgão do Ministério da Educação e Cultura que, nos anos 50 e 60, dedicou-se ao diagnóstico dos problemas brasileiros de um ponto de vista nacionalista e democrático. Sua obra esteve comprometida com a luta política, nacionalista e democrática, ligada à necessidade de se aprofundar a consciência crítica sobre os problemas brasileiros, intervir e influir no debate e na ação política transformadora.

Assim, foi um historiador clara e assumidamente militante, praticamente à margem da universidade, mas próximo às forças (o Partido Comunista e os militares nacionalistas e democráticos) que davam suporte ao projeto nacional desenvolvimentista do qual Nelson Werneck Sodrê foi um dos mais influentes autores. Um exemplo dessa militância foi a elaboração da *História Nova do Brasil*, em 1963, que coordenou, um projeto de revisão da história



de nosso país. Depois de 1964, a *História Nova* foi destruída pela ditadura dos generais, e seus autores presos, torturados e exilados, pela ousadia de escrever um relato da trajetória de nosso país que fugia ao figurino conservador aprovado pelas classes dominantes (Sodré, 1993).

Em posição oposta à de Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré partiu das teses comunistas, inspirando-se amplamente em Marx, Engels e Lênin e nos autores soviéticos. “A história é uma ciência social, seu objetivo é o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo”, escreveu no capítulo inicial de *Formação Histórica do Brasil* (Sodré, 1976). “As relações que se estabelecem na produção são relações sociais: constituem objeto da História. Elas definem a sociedade sob três aspectos:

- forma de propriedade sobre os meios de produção, que é uma relação determinante;
- situação social conseqüente, com a divisão da sociedade em classes;
- formas de distribuição da produção, estabelecendo os nexos entre a produção e o consumo”.

Identificou, no Brasil, a presença dos cinco estágios, “diferentes regimes de produção”, que a sociedade conhece em seu desenvolvimento (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo). Aqui, escreveu, pode-se observar a vigência, “da descoberta aos nossos dias, de cada um daqueles regimes de produção, salvo o último, como sua coexistência ao longo do tempo e ainda hoje”.

Para ele, a defesa da tese capitalista baseava-se na confusão entre a existência do capital mercantil e a vigência do modo de produção capitalista. Recusava assim as formulações que se assemelhavam (e se inspiravam e baseavam) às teses weberianas que identificam o capitalismo com a busca do lucro.

Ao contrário, autor marxista mais conseqüente, ele partiu das análises do

próprio Marx, em *O Capital*, para distinguir a mera existência do capital (que, como mostrou Marx, pode estar presente em outras formações históricas, na forma de capital mercantil) da presença do modo de produção capitalista. “A confusão deriva da caracterização como capitalista de formas anteriores ao modo de produção capitalista, o capital comercial e o capital usurário” (Sodré, 1976a). Confusão que, diz, levou à identificação da formação social dominante, em Portugal na época das navegações, ou no Brasil colonial, como capitalista. Sua conclusão tinha um fundamento preciso: “onde não há trabalho assalariado, não há burguesia, não há capitalismo”, escreveu (Sodré, 1976).

Ao contrário daquela visão simplista da sociedade colonial, Nelson Werneck Sodré indicou três traços fundamentais para caracterizar a produção colonial: “grande propriedade, modo de produção escravista, regime colonial” (Sodré, 1976). A partir do esquema básico inspirado pela Internacional Comunista para compreender a evolução das sociedades (os “cinco estágios”), ele chegou a uma formulação própria a respeito da evolução da sociedade brasileira, no qual a colonização começa sob inspiração da legislação feudal portuguesa, mas logo se transforma num modo de produção escravista. Ele destaca a complexidade da formação social brasileira, com a convivência já nos tempos coloniais de modos de produção distintos: o escravismo dominante em uma área geográfica própria, o litoral, a região da grande produção exportadora; e o feudalismo, presente nas áreas pastoris, e nas regiões vicentina, amazônica e sulina. Na segunda metade do século XVIII, a crise da Colônia faz o feudalismo extender-se, como *regressão*, ao Nordeste açucareiro e na região da mineração. Mais tarde, no século XX, relações feudais subsistem subordinadas ao modo de produção capitalista, sendo o latifúndio responsá-

vel por elas (e também pelo atraso do capitalismo brasileiro e de sua característica mais forte, a dependência).

A análise de Nelson Werneck Sodré escapa ao simplismo dependentista da visão de Caio Prado Jr., para quem a Colônia foi capitalista por estar inserida na expansão capitalista mundial, e fazer parte dela. Sua elaboração é mais rica de determinações. Em primeiro lugar, porque recusa-se a aceitar o domínio mundial do capitalismo já nos séculos XVI e XVII, *antes* portanto da revolução industrial inglesa de meados do século XVIII. O que havia antes disso era o movimento do capital comercial que se espalhava pelo mundo e explorava diferenciais de produtividade decorrentes dos níveis diferentes de desenvolvimento das nações.

Em segundo lugar, a acumulação primitiva do capital se beneficiou dessa desigualdade do desenvolvimento entre as nações, contribuindo para mantê-la e aprofundá-la depois, sob o modo de produção propriamente capitalista, baseada na exploração assalariada de trabalhadores livres e despossuídos dos meios de produção, donos apenas da força de trabalho que vendem aos capitalistas.



Capa da revista *Problemas* com teses do IV Congresso do PCdoBrasil



Assim, ao mesmo tempo em que o modo de produção capitalista se afirmava inicialmente na Inglaterra, e se tornava mundialmente hegemônico, no Brasil, o modo de produção escravista continuava dominante, convivendo ao lado da *regressão* feudal das regiões cuja economia, em crise, havia estagnado.

Este era o quadro brasileiro quando ocorreu a Independência. Ele explica a vitória da facção conservadora no processo emancipacionista, no qual a classe dominante escravista e latifundiária, agro-exportadora, aliou-se à burguesia européia para manter a mesma estrutura social e econômica da Colônia: a produção, baseada no trabalho escravo, voltada para a exportação, o livre cambismo que abriu o mercado brasileiro às mercadorias européias (principalmente inglesas), e o recurso aos empréstimos estrangeiros para financiar os déficits na balança comercial. Fortalecia-se assim aquela aliança de grandes proprietários que, ao longo da história, deu fundamento à manutenção do atraso e do subdesenvolvimento, e que tornou grandes setores da elite brasileira em sócios menores da espoliação colonial (e, mais tarde, imperialista) do país. Isso se traduziu, inicialmente, na manutenção do escravismo, do monopólio da propriedade da terra, e do papel subordinado do Brasil na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de produtos agrícolas e matérias primas, e consumidor de bens industrializados importados de outras nações.

O capitalismo que se desenvolve neste quadro terá a mesma marca da dependência e subordinação típica do passado colonial, influenciando em toda evolução histórica brasileira posterior, traduzindo-se inclusive no caráter incompleto da revolução burguesa, cuja principal limitação Nelson Werneck Sodré identifica com argúcia ao comentar o golpe de estado de Vargas em 1937. A ditadura en-

tão implantada, diz, “correspondia a uma tentativa de realizar a revolução burguesa sem o proletariado” (Sodré, 1976).

Apesar dos limites, e do esquematismo, das teses da Internacional Comunista, como hoje se reconhece, a filiação de Nelson Werneck Sodré a elas foi fértil, sendo um dos méritos de seus estudos. Partindo delas, e de sua insuficiência explicativa para o caso brasileiro, ele procurou dar concreticidade à análise estudando a luta de classes e as relações de produção no Brasil numa profundidade e coerência até então desconhecidas.

É certo que muitas vezes deixou-se levar pelo esquematismo daquelas teses. Mas a busca da compreensão da natureza dos modos de produção aqui vigentes, de sua especificidade, das relações de produção que os caracterizaram, e da luta de classes que se desenvolvia, levou-o a desvendar aspectos importantes da formação da nação e do povo brasileiro. Ajudou também a compreender de forma mais precisa a articulação entre as classes dominantes agro-mercantis brasileiras e os banqueiros e grandes financistas que dominavam a economia mundial, elaborando descrições empíricas minuciosas e de grande valor para o esclarecimento de muitos aspectos de nossa história.

Nelson Werneck Sodré teve clara consciência do viés político do debate sobre o feudalismo e o capitalismo. Escrevendo muitos anos depois, em 1980, disse que o problema “do feudalismo brasileiro importou sempre uma singular mistura entre ciência e ideologia”, tendo o debate uma motivação mista, científica e política.

Lembrando “que os documentos políticos do partido do proletariado sempre se referiram até algum tempo atrás a relações feudais ou semi-feudais cuja superação se fazia necessária”, diz que aqueles que divergiam dessa posição, afirmando a tese capitalista, tinham

uma posição política travestida de divergência científica. Por outro lado, aceitar a existência de relações feudais ou semi-feudais, ou de restos feudais, e defender uma “política que as eliminassem, como condição preliminar para passar a uma nova etapa, mais avançada”, significava “admitir a necessidade histórica de realizar ou completar a revolução burguesa aqui, antes de colocar a reivindicação socialista”. Esta tese, “que foi bandeira do partido”, preconizava também um papel progressista para “uma parcela da burguesia, dita nacional, que poderia desempenhar papel entre as forças interessadas no acabamento da revolução burguesa e, por isso mesmo, na superação dos restos feudais ou relações feudais ou relações semifeudais” (Sodré, 1980).

Aqui está o mérito e o defeito da contribuição de Nelson Werneck Sodré. O mérito está na compreensão clara do caráter político daquele debate, e a intervenção do autor nele, não de forma acadêmica ou apartidária, mas científica e militante, colocando o rigor do conhecimento e da elaboração teórica a serviço da luta pelo progresso social.

O defeito está no nacional reformismo, do qual foi campeão, que enfatiza a nação e a luta antiimperialista e coloca a luta de classe do proletariado em segundo plano.

Nesse sentido, Nelson Werneck Sodré ajudou a implantar os alicerces do revisionismo dentro do velho PCB e das ilusões sobre o papel democrático e transformador que a burguesia brasileira e algumas facções militares poderiam ter. Escrevendo no início da década de 1960, afirmou que “nas condições atuais do desenvolvimento brasileiro, já não é possível sem luta o domínio do capital estrangeiro sobre o capital nacional, do capital comercial sobre o capital industrial, do latifúndio sobre o desenvolvimento. Há uma disputa pelo poder




entre as forças do progresso e as forças do atraso” (Sodré, 1976).

Identificava se concretamente a contradição entre a nação e o imperialismo, dando-lhe a ênfase necessária, Nelson Werneck Sodré tinha uma confiança, claramente revisionista (e que dominava os setores reformistas que depois de 1958 tomaram de assalto a direção do Partido Comunista do Brasil), na capacidade da burguesia brasileira (então chamada de burguesia nacional), de liderar a nação num amplo movimento contra o imperialismo e seus aliados internos. Ele acreditava, com razão, na existência de fatores (abundância de terras, mão-de-obra, recursos naturais) capazes de servirem de base a uma “autêntica política de desenvolvimento”, e relativizava a sempre alegada necessidade de capitais estrangeiros para promovê-la (Sodré, 1976).

Ora, na época em que escreveu isso, já ia avançada a transformação na aliança entre as classes proprietárias. Nelson Werneck Sodré a registrou, sem compreender que seus desdobramentos eliminavam a base de seu argumento, a crença na existência de uma contradição insolúvel entre o capital estrangeiro e o capital nacional. Essa mudança consistia na associação, dependente e subordinada, entre os industriais brasileiros e o capital estrangeiro que se aprofundava, impulsionada desde a política econômica do governo de Juscelino Kubitschek. Alguns meses depois, a aliança dos proprietários destruiu, pela força das armas, no golpe militar de 1964, essas ilusões reformistas.

Nos anos seguintes, o debate sobre a formação histórica brasileira aprofundou-se, ganhando novas dimensões. A chamada “escola de São Paulo”, formada pelos estudiosos que se reuniram em torno de Florestan Fernandes, na Universidade de São Paulo, trouxeram o escravo, o negro e a abolição, para o centro da discussão.

Escritores como Clóvis Moura, nos anos 50, e Jacob Gorender, nos anos 70, foram autores de importante contribuição sobre a dinâmica histórica interna à formação social brasileira no período escravista. Entre as próprias organizações da esquerda, foi se aprofundando o entendimento dessa dinâmica, de tal forma que, desde então, as formulações oriundas, ou inspiradas, nas teses da Internacional Comunista puderam ser ultrapassadas, no sentido dialético do termo: incorporando a parte racional de suas contribuições, e descartando aquilo que o conhecimento dos fatos desautoriza. Este é o tema do próximo artigo. 

José Carlos Ruy é jornalista.

#### Bibliografia

- Barriguelli, José Cláudio  
1981: *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870/1956)*, Segundo Volume, São Carlos (SP), Arquivo de História Contemporânea, Ufscar  
1984: “Intérpretes & intrépidos”, in *Cadernos do Arquivo de História Contemporânea*, nº 1, dez/1984, São Carlos (SP), Ufscar
- Basbaum, Leôncio  
1957: *História Sincera da República*, vol. 1, *Das origens a 1889*, São Paulo, Fulgor
- Capelato, M. H. Rolim, e outras  
1995: “A escola uspiana de história”, in *Produção histórica no Brasil, 1985/1994 - Catálogo de diSSERTAÇÕES e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história*, v. 1, São Paulo, FFLCH/USP e Editora Xamã
- Carone, Edgard  
1982: *O PCB*, Vol. II, (1943-1964), São Paulo, Difel
- Frank, Andre Gunder  
1967: *Capitalism and underdevelopment in Latin America - historical studies of Chile and Brazil*, New York, Monthly Review
- Guimarães, Alberto Passos  
1964: *Quatro séculos de latifúndio*, São Paulo, Fulgor
- Laclau, Ernesto  
1978: “Feudalismo e capitalismo na América Latina”, in *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo, populismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra
- Lima, Heitor Ferreira  
1976: *História do Pensamento Econômico no Brasil*, São Paulo, Cia Editora Nacional
- Miceli, Sérgio:  
1979: *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920/1945)*, São Paulo, Difel
- Prado Jr., Caio  
1961: *Evolução política do Brasil e outros estudos*, São Paulo, Brasiliense (1ª edição: 1933)
- 1963: *Formação do Brasil Contemporâneo - colônia*, S. Paulo, Brasiliense, (1ª edição: 1942)
- 1977: *A revolução brasileira*, São Paulo, Brasiliense (1ª edição: 1966)
- Problemas*, nº 64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955
- Simonsen, Roberto C.  
1977: *História econômica do Brasil (1500/1820)*, São Paulo, Cia Editora Nacional (1ª edição: 1937)
- Soares, Eliane Veras,  
1997: *Florestan Fernandes: o militante solitário*, São Paulo, Cortez
- Sodré, Nelson Werneck,  
1976: *Formação Histórica do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (1ª Edição: 1962)
- 1976a: *História da burguesia brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- 1980: “Modos de produção no Brasil”, in José Roberto do Amaral Lapa (org), *Modos de produção e realidade brasileira*, Petrópolis, Vozes
- 1993: *História Nova do Brasil*, São Paulo, Giordano/Loyola (1ª edição: 1964)
- Topalov, Christian,  
1978: *Estruturas agrárias brasileiras*, Rio de Janeiro, Francisco Alves
- Weber, Max  
1967: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo, Pioneira
- 1992: *Economía y sociedad*, México DF, Fondo de Cultura Económica



# A lanterna de

# DIÓGENES ARRUDA

OLIVIA RANGEL

*Homenagem ao dirigente comunista Diógenes Arruda Câmara, no 20º aniversário de sua morte*

Conta a lenda que o filósofo grego Diógenes tinha o hábito de percorrer as ruas de Atenas com uma lanterna na mão, em busca de um homem. A lanterna do dirigente comunista Diógenes Arruda Câmara buscava a verdade e sua luz era a teoria marxista-leninista.

Poucos personagens da vida política brasileira podem ostentar em sua carreira a firmeza e a dignidade de Diógenes Arruda. Nascido no Afogado de Ingazeiras, na zona de seca em Pernambuco, o rijo sertanejo nunca se dobrou diante das adversidades. Comunista desde os 19 anos, ingressou no Partido Comunista do Brasil em 1934. Nos anos 40, em pleno Estado Novo, enfrentou com meia dúzia de companheiros a tarefa de reestruturar o Partido desbaratado pela repressão. Cumprir a tarefa com brilho, ao lado de João Amazonas, Maurício Grabois

e Pedro Pomar, todos com pouco mais de 20 anos, organizando a Conferência da Mantiqueira, com o Partido tendo em suas fileiras cerca de 1.800 membros.

Em 1947 foi eleito deputado federal por São Paulo, com votação maciça de operários e trabalhadores. Oficialmente, sua legenda é o PSP e por isso ele consegue manter o mandato mesmo depois da cassação dos comunistas. Mas é do conhecimento público que Arruda fala no Congresso em nome do Partido Comunista. Foi cassado em 1952. Neste mesmo ano chefiou a delegação brasileira ao XIX Congresso do

Partido Comunista da União Soviética, quando conheceu Stalin pessoalmente

Durante o ano de 1958 a luta no seio do Partido começa a ferver. Prestes decide-se a favor dos kruschevistas, adeptos do caminho pacífico para o socialismo. A luta interna contra o reformismo, prossegue até 1962, até a cisão definitiva, quando Prestes muda o nome do Partido para Brasileiro, querendo provar que não tem vínculos internacionalistas e facilitar a legalização. Arruda se alinha algum tempo depois aos que, como João Amazonas, reorganizaram o Partido Comunista do Brasil em 1962.

Preso em 1969, em São Paulo, foi brutalmente torturado na OBAN (Operação Bandeirantes). Embora declarando-se comunista, não deu nenhuma informação à polícia e foi solto dois anos depois por falta de provas. Não se dobrou. Manteve vivo seu lema: "primeiro o Partido, depois a sua vida, se possível". Mas deixou a cadeia cardíaco, tuberculoso, com a capacidade pulmonar reduzida a um terço, sem uma



das vistas e com os dedos da mão direita quebrados. Vale destacar que, além de seu comportamento heróico, resistindo bravamente às torturas, Arruda sempre foi lembrado por sua solidariedade com os demais presos políticos e por sua permanente preocupação com o estudo do marxismo leninismo. Sempre que juntava mais de dois companheiros, ele montava um curso. Fez isso durante toda sua vida na clandestinidade. E não foi diferente na prisão. Ex-presos políticos, como Luís Marcos Gomes, relatam que ele instalou diversos cursos de teoria durante sua estada no presídio Tiradentes, em São Paulo.

Ficou sete anos no exílio tendo morado no Chile, Argentina, Portugal, Albânia. E em todos estes países ministrou cursos de teoria marxista e de história do Brasil e do movimento comunista internacional. Ajudou a construir e consolidar muitos partidos e organizações marxistas em todos os cantos que visitava.

De volta ao Brasil, lançou-se à luta pela reconstrução do Partido, pela unidade, em defesa da anistia ampla, geral e restrita. Em poucos meses visitou diversos estados, defendendo a necessidade de somar as forças que se opunham à ditadura, reforçando os Comitês Brasileiros Pela Anistia e destacando seu papel na luta pela liberdade.

Arruda era uma personalidade de grande carisma e despertava sentimentos contraditórios entre as pessoas. Capaz de grandes arroubos, de discursos inflamados, de medidas duras, era também um homem de grandes paixões, terno e carinhoso, solidário com os companheiros, fiel até o fim a seu Partido e à revolução. Durante 20 anos foi casado com a artista plástica Tereza Costa Rego, a talentosa e doce companheira Joana, que largou tudo para viver a seu lado, numa estória de amor que só terminou com sua morte.

Diógenes Arruda Câmara, que enfrentou com heroísmo a tortura nos cárceres e os sofrimentos da clandestinidade, não resistiu à alegria. Morreu no dia 25 de no-

vembro, no momento em que João Amazonas retornava do exílio. A caminho do Sindicato dos Metalúrgicos, onde iam realizar um ato político, seu coração cansado parou de bater.

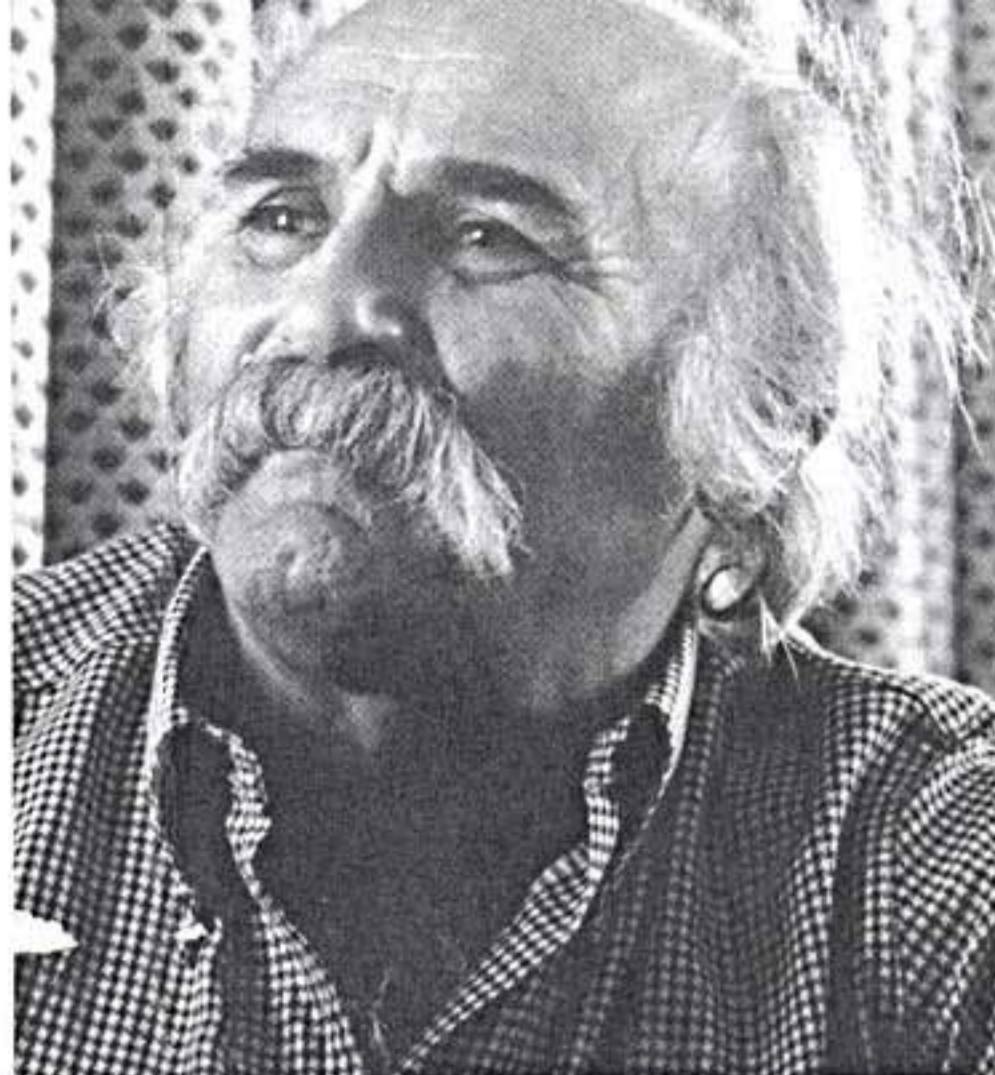
Seu corpo foi velado por centenas de pessoas no salão nobre da Assembléia Legislativa de São

Paulo. Em sua homenagem, o então deputado Eduardo Suplicy suspendeu a sessão. Não antes de discursar afirmando: "Homem temperado, curtido pela clandestinidade e as prisões, Diógenes tinha também uma visão quase poética da revolução. Gostava de referir-se a ela como 'a festa do povo' e ao socialismo como 'um mundo de pão e rosas'".

O jornal *Tribuna Operária*, dirigido pelo Partido, dedicou grande espaço à morte de Arruda. Em reportagem de Carlos Azevedo, lembrou que ele, orgulhoso de sua condição de comunista, apesar dos tropeços que esta condição acarreta no Brasil, costumava dizer a respeito com uma ponta de orgulho: "Os comunistas são metais que não se fundem".

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo cedeu o jazigo dos jornalistas, no Cemitério São Paulo, em Pinheiros, para o sepultamento de Arruda. Uma homenagem ao jornalista militante que ele foi durante longos anos, seja como editor da revista "*Problemas*", durante muitos anos, seja como redator de *A Classe Operária*.


O enterro transformou-se num ato político de grandes proporções para a época. Embora com o Partido na clandestinidade, o cortejo foi acompanhado por guardas de trânsito abrindo o caminho e desviando o tráfego. A reportagem da *Tribuna Operária* relata: "Com profunda emoção, as centenas de amigos que acompa-



nharam Arruda à sua última morada, caminhando por mais de dois quilômetros pelas ruas da Capital, choravam. E também cantavam a canção *Caminhando*, de Geraldo Vandré, repetindo muitas vezes: "Vem vamos embora/que esperar não é saber/ quem sabe faz a hora/ não espera acontecer".

Diante da sepultura, a multidão se postou por mais de uma hora. Elza Monnerat leu uma "Mensagem do Comitê Central do PCdoB" em memória do companheiro de lutas. Dirigentes de diversos partidos, organizações e entidades populares, ex-presos políticos deram seu último adeus ao velho combatente. Já escurecia quando o corpo de Arruda baixou à sepultura. Sobre o caixão, uma bandeira vermelha. Nela estavam bordados a foice e o martelo. E se lia em letras brancas: Partido Comunista do Brasil.

Devagar, a multidão se desfez. Homens, mulheres, jovens e velhos caminhavam abraçados, unidos. Arruda teria gostado de ver".

Resgatando sua própria história, os comunistas brasileiros homenageiam este seu dirigente e herói, 20 anos após sua morte, destacando, neste ano de formação, sua enorme contribuição à luta teórica e à construção do Partido. A lanterna de Diógenes Arruda continua acesa. 

Olívia Rangel é doutoranda em ciências sociais e editora da revista *Presença da Mulher*.



# A ação (endinheirada) da CIA para promover a cultura apolítica



JAMES PETRAS

*Hannah Arendt, George Orwell, Isaiah Berlin, Sidney Hook, Daniel Bell e muitos outros, e suas revistas, foram financiados pela CIA para se oporem aos artistas e escritores engajados na luta contra o capitalismo*



Foi publicado recentemente, em Londres, o livro *Who Paid the Piper: The CIA and the Cultural Cold War* (*Quem paga a orquestra: a CIA e a guerra fria cultural*), de Frances Stonor Saunders, que faz uma detalhada estimativa das formas pelas quais a CIA atuou e influenciou em um grande número de organizações culturais, através de seus agentes ou por meio de organizações filantrópicas, como as fundações Ford e Rockefeller. A autora dá detalhes de como e porque a CIA organizou congressos culturais, montou exposições de arte e organizou concertos.

A CIA também publicou e traduziu autores conhecidos que seguiam a linha de Washington, financiou a arte abstrata contra arte com conteúdo social e, pelo mundo, subsidiou jornais que criticavam o marxismo, o comunismo e políticas revolucionárias. Justificou também, ou ignorou, as políticas imperialistas violentas e destrutivas dos EUA. A CIA criou um biombo para alguns dos principais expoentes da liberdade intelectual no Ocidente, colocando-os a seu serviço, a ponto de incluir alguns desses intelectuais em sua folha de pagamentos. Muitos eram conhecidamente envolvidos em “projetos” da CIA, e outros circulavam em sua órbita, alegando desconhecer a ligação com a CIA depois que esses financiamentos foram denunciados no final da década de 1960 e durante a guerra do Vietnã, quando a onda política virou-se para a esquerda. Publicações anticomunistas americanas e européias receberam fundos diretos e indiretos, incluindo *Partisan Review*, *Kenyon Review*, *New Leader*, *Encounter* e muitas outras.

Entre os intelectuais financiados e promovidos pela CIA estavam Irving Kristol, Melvin Lasky, Isaiah Berlin, Stephen Spender, Sidney Hook, Daniel Bell, Dwight MacDonal, Roberto Lowell, Hannah Harendt, Mary

McCarthy e numerosos outros, nos EUA e na Europa. Na Europa, a CIA estava particularmente interessada em promover a “esquerda democrática” e ex-esquerdistas, como Ignacio Silone, Stephen Spender, Arthur Koestler, Raymond Aron, Anthony Crosland, Michael Josselson e George Orwell.

Sob o estímulo de Sidney Hook e Melvin Lasky, a CIA teve importante papel no financiamento e promoção do Congresso Para a Liberdade Cultural, uma espécie de OTAN da cultura, que reuniu toda a sorte de “anti-stalinistas” de direita e de esquerda. Eles tinham toda a liberdade para defender valores políticos e culturais do Ocidente, atacar o “totalitarismo stalinista” e tagarelar suavemente sobre o racismo e o imperialismo americanos. Ocasionalmente, críticas marginais contra a sociedade de massa americana apareciam nos jornais subsidiados pela CIA.

O que era particularmente bizarro nesse conjunto de intelectuais financiados pela CIA não era só seu sectarismo político, mas a pretensão de que serem pesquisadores desinteressados da verdade, humanistas iconoclastas, intelectuais de espírito livre ou artistas adeptos da arte pela arte, que se contrapunham aos artistas corrompidos, comprometidos e

prostituídos pelo aparato stalinista.

É impossível acreditar quando eles juravam ignorar as ligações com a CIA. Como poderiam ignorar a ausência, em seus jornais, de qualquer crítica mesmo elementar aos numerosos linchamentos que ocorriam em todo o sul dos EUA nessa época? Como poderiam ignorar a ausência, em seus congressos culturais, de críticas à intervenção imperialista na Guatemala, Irã, Grécia e Coreia, que deixaram milhões de mortes? Como poderiam ignorar as grosseiras desculpas, nos jornais onde escreviam, para os crimes imperialistas? Eles eram soldados: alguns lisonjeiros, cáusticos, rudes e polêmicos, como Hook e Lasky; outros, ensaístas elegantes, como Stephen Spender, ou informantes donos-da-verdade, como George Orwell.

Saunders retrata como a elite wasp (sigla de White, Anglo-Saxon, Protestant, expressão que designa a elite americana, branca, protestante e anglo-saxã) manipula os cordéis da CIA; descreve também o rosar de antigos esquerdistas contra aqueles que permanecem atuando nos movimentos de esquerda.

Quando a verdade sobre esses financiamentos da CIA veio à tona, no final da década de 1960, alguns “intelectuais” de Nova York, Paris e Londres fingiram indignação, alegando terem sido manipulados. Foram desmentidos por Tom Braden, ex-dirigente da Seção das Organizações Internacionais da CIA, que os desmascarou dando detalhes de como eles, na verdade, sabiam quem pagava seus salários e bolsas. De acordo com Braden, a CIA financiou sua “conversa fiada literária”, frase usada pelo dirigente linha dura da CIA, Cord Meyer, para descrever os exercícios intelectuais anti-stalinistas de Hook, Kristol e Lasky. Ele revelou que as mais prestigiosas e conhecidas publicações da chamada “esquerda democrática” (*Encounter*, *New Leader*, *Partisan Review*) foram financiadas pela CIA, e que “um agente se



tornou diretor da *Encounter*". Em 1953, escreveu, "estávamos operando ou influenciando organizações internacionais em todos os campos".

O livro de Saunders dá informações úteis sobre as formas como esses trabalhadores intelectuais da CIA defendiam os interesses imperialistas dos EUA nas frentes culturais, e abre uma importante discussão sobre as conseqüências a longo prazo das posições ideológicas e artísticas defendidas por esses agentes intelectuais do imperialismo.

Saunders refuta as afirmações de Hook, Kristol e Lasky de que a CIA e as fundações a ela ligadas promoviam ajuda sem exigir contrapartida. Demonstra que, ao contrário, "esperava-se que os indivíduos e instituições subsidiados pela CIA fossem (...) parte de uma propaganda de guerra". A propaganda mais eficiente era definida pela CIA como aquela em que "o sujeito se move na direção em que você deseja, por razões que ele acredita serem as suas próprias". A CIA dava dinheiro para a tagarelice da esquerda democrática sobre reforma social, mas o que lhe interessava mesmo eram as polêmicas "anti-stalinistas" e as diatribes literárias contra os marxistas ocidentais e os escritores e artistas soviéticos. Os autores dessas diatribes recebiam financiamentos mais generosos e eram promovidos com maior visibilidade. Para Braden, elas refletiam a "convergência" entre a CIA e a esquerda democrática na luta contra o comunismo. A colaboração entre a esquerda democrática e a CIA incluía ações anti-greves na França, deduração contra stalinistas (Orwell e Hook), e campanhas difamatórias disfarçadas para evitar que artistas de esquerda tivessem reconhecimento (como ocorreu quando Pablo Neruda foi indicado para o prêmio Nobel de literatura, em 1964).

A CIA, como arma do governo norte-americano mais envolvida na luta cultural durante a Guerra Fria, centrou sua

*O que interessava mesmo à CIA eram as polêmicas 'anti-stalinistas' e a verborrêia literária contra marxistas ocidentais e escritores e artistas soviéticos*

ação na Europa após a II Guerra Mundial. Depois de quase duas décadas de guerra capitalista, depressão, e ocupação pós-guerra, a grande maioria dos intelectuais e sindicalistas europeus eram anticapitalistas e particularmente críticos das pretensões hegemônicas dos EUA.

Para combater a atração do comunismo e o crescimento dos partidos comunistas na Europa (especialmente na França e Itália), a CIA criou um programa de mão dupla. Por um lado, diz Saunders, certos autores europeus foram promovidos como parte de um "programa anticomunista" explícito. O critério cultural adotado pela CIA para "textos adequados" incluía "críticas contra a política externa soviética e contra o comunismo como forma de governo, desde que considerados objetivos e escritos de maneira convincente e oportuna". A CIA gostava especialmente de publicar textos de autoria de ex-comunistas desiludidos, como Silone, Koestler e Gide. A CIA promoveu escritores anticomunistas, financiando generosamente conferências em Paris, Berlim ou Bellagio, às margens do Lago Como, na Itália, onde cientistas sociais e filósofos como Isaiah Berlin, Daniel Bell e Czeslow Milosz pregavam seus valores (e as virtudes da 'liberdade e

independência intelectual do Ocidente', dentro dos parâmetros anticomunista e pró-Washington definidos pelos seus patrões da CIA). Nenhum desses intelectuais de prestígio teve coragem de levantar a menor dúvida ou questionamento sobre o apoio dos EUA aos assassinatos em massa na Indonésia e na Argélia, a caça às bruxas contra intelectuais norte-americanos ou os linchamentos paramilitares promovidos pela Ku Klux Klan no sul dos EUA, assuntos "banais" que deviam ser deixados aos comunistas, segundo Sidney Hook, Melvin Lasky e o grupo do *Partisan Review*, que procurou avidamente recursos financeiros para evitar a falência da revista. Aliás, muitas dessas famosas revistas anticomunistas teriam falido sem o dinheiro da CIA, que comprou milhares de exemplares e, mais tarde, distribuiu-os gratuitamente.

O outro caminho usado pela CIA para a intervenção cultural foi muito mais sutil. Ele envolvia a promoção de sinfonias, exposições de artes plásticas, balé, grupos de teatro, e a apresentação de músicos de jazz famosos e cantores de ópera, com o objetivo explícito de neutralizar o sentimento antiimperialista na Europa e criar um ambiente favorável à cultura e ao governo norte-americanos. A idéia que orientava essa política era difundir a cultura norte-americana, para alcançar a hegemonia cultural em apoio ao império militar e econômico dos EUA. A CIA gostava especialmente de enviar artistas negros para a Europa – particularmente cantores (como Marion Anderson), escritores e músicos (como Louis Armstrong), para neutralizar a hostilidade européia contra a política interna racista dos EUA. Se os intelectuais negros não aderiam ao *script* artístico e faziam críticas explícitas, eram banidos da lista, como foi o caso do escritor Richard Wright.

O nível de controle político da CIA sobre a agenda intelectual dessas atividades artísticas aparentemente apolíticas



foi demonstrado claramente na reação dos editores de *Encounter* (Lasky e Kristol, entre outros) contra um artigo proposto por Dwight MacDonald. Ele era um dissidente anarquista e antigo colaborador do Congresso Para a Liberdade Cultural e de *Encounter* para a qual escreveu, em 1958, um artigo intitulado "America America", criticando a cultura de massa americana, seu materialismo rude e falta de civilidade. Era uma negação dos valores americanos, a matéria-prima da qual era feita a propaganda da CIA e da *Encounter* na guerra cultural contra o comunismo. O ataque de MacDonald ao "decadente império americano" foi demais para a CIA e seus intelectuais empregados na *Encounter*. Embora Braden tenha escrito, nas instruções para os intelectuais, "que não se pode exigir, das organizações financiadas pela CIA, o apoio a todos os aspectos da política dos EUA", esse era geralmente o quesito mais importante quando estava em jogo a política externa dos EUA. Apesar de MacDonald ser um ex-editor de *Encounter*, seu artigo foi recusado, mostrando que as queixas piedosas contra a guerra fria feitas por escritores como Nicola Chiaromonte, publicadas na segunda edição de *Encounter*, segundo as quais "nenhum intelectual pode deixar de aceitar, sem degradar-se, o dever de desmascarar ficções, não aceitando 'mentiras úteis' apresentadas como verdades", certamente não se aplicava a *Encounter* e sua famosa lista de colaboradores quando se tratava de lidar com as "mentiras úteis" do Ocidente.

Uma discussão importante e fascinante no livro de Saunders revela a ação da CIA e seus aliados no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), que aplicaram muito dinheiro para promover as pinturas e os pintores do expressionismo abstrato como antídoto contra a arte de conteúdo social. Nessa ação, a CIA chocou-se com a direita no

Congresso dos EUA. Ela viu nessa arte uma "ideologia anticomunista, a ideologia da liberdade e da livre empresa. Não figurativa e politicamente silenciosa, era a perfeita antítese do realismo socialista". A CIA e o MoMA viram essa arte como a verdadeira expressão da vontade nacional americana. Para enfrentar a crítica da direita parlamentar, a CIA voltou-se para a iniciativa privada (isto é, o MoMA e seu co-fundador, Nelson Rockefeller, que se referia ao expressionismo abstrato como "a pintura da livre empresa"). Muitos diretores do MoMA tinham ligações antigas com a CIA, e apoiavam a promoção do expressionismo abstrato como arma da guerra fria cultural. Mostras dessa arte foram organizadas em toda a Europa, sendo gasto muito dinheiro para isso. Críticos de arte foram mobilizados, e revistas de arte publicaram artigos com generosos elogios. A combinação dos recursos econômicos do MoMA com a ajuda da Fundação Fairfield, ligada à CIA, assegurou a colaboração das galerias européias de maior prestígio que, por sua vez, puderam influenciar a estética em toda a Europa.

O expressionismo abstrato, como ideologia de uma "arte livre" (como disse George Kenan), foi usada para atacar politicamente os artistas engajados na Europa. O Congresso Para a Liberdade Cultural (ponta de lança da CIA) deu grande apoio à pintura abstrata, contra a estética figurativa e realista, numa atitude explicitamente política. Comentando o papel político do expressionismo abstrato, Saunders diz que "um dos papéis extraordinários que a pintura americana teve na guerra fria cultural não foi o fato de participar daquela jogada, mas sim o de um movimento tão deliberadamente apolítico ter se tornado tão intensamente politizado." A CIA associou artistas apolíticos e arte com liberdade para neutralizar os artistas da esquerda européia. A ironia aqui, é cla-



George Orwell

ro, era que a postura apolítica só valia para o consumo da esquerda.

A CIA e suas organizações culturais puderam, com isso, moldar profundamente a visão da arte no pós-guerra. Muitos escritores de prestígio, poetas, artistas e músicos proclamaram sua independência política, declarando sua crença na arte pela arte. O dogma do artista ou intelectual livres, isto é, sem engajamento político, ganhou força, e ainda hoje é muito difundido.

Saunders apresenta um balanço muito detalhado das ligações entre a CIA e os artistas e intelectuais do Ocidente, mas não explorou as razões estruturais pelas quais a espionagem dos EUA tinha de controlar os dissidentes. Sua discussão é amplamente emoldurada pela competição política e do conflito com o comunismo soviético, sem nenhuma tentativa séria de colocar a guerra fria cultural no contexto da luta de classes, das revoluções do Terceiro Mundo e dos desafios dos marxistas independentes à dominação do imperialismo econômico dos EUA. Isso leva Saunders a privilegiar algumas aventuras e operações da CIA em detrimento de outras. Ao invés de ver a guerra cultural da CIA como parte de um sistema imperialista, Saunders tende a criticar sua natureza reativa desigual e enganadora. A conquista cultural do Leste europeu e da ex-URSS pela OTAN deveria dissipar rapidamente a noção de que a guerra cultu-



ral foi uma ação defensiva.

As raízes da guerra fria cultural estão fincadas na luta de classes. Muito antes, a CIA e seus agentes na central sindical americana AFL-CIO, Irving Brown e Jay Lovestone (ambos ex-comunistas), usaram milhões de dólares para corromper sindicatos militantes e acabar com greves comprando sindicatos social-democratas. O Congresso para a Liberdade Cultural e seus intelectuais eruditos eram financiados pelos mesmos funcionários da CIA que em 1948 contrataram gangsters de Marselha, na França, para acabar com uma greve de estivadores.

Depois da II Guerra Mundial, com o descrédito da velha direita na Europa Ocidental (comprometida por suas ligações com o fascismo e com um sistema capitalista enfraquecido), a CIA percebeu que, para submeter os sindicatos e intelectuais contrários à política dos EUA e à OTAN era preciso encontrar (ou inventar) uma esquerda democrática disposta a se engajar na luta ideológica. Foi criada então uma seção especial da CIA para neutralizar a resistência dos políticos de direita no Congresso dos EUA. A esquerda democrática foi usada essencialmente para combater a esquerda radical e dar um verniz ideológico à hegemonia norte-americana na Europa. Mas não cabia a esses pugilistas ideológicos moldar as estratégias políticas e os interesses dos EUA. Sua tarefa não era questionar ou exigir, mas servir ao império em nome dos “valores democráticos ocidentais”. Somente quando a oposição em massa à guerra do Vietnã tomou conta dos EUA e da Europa, e suas ligações com a CIA foram reveladas, muitos dos intelectuais financiados e promovidos por ela abandonaram o barco e começaram a criticar a política externa dos EUA, como Stephen Spender que, depois de passar a maior parte de sua carreira na folha de pagamentos da CIA, tornou-se um crítico da política norte-americana no Vietnã; al-

guns editores da *Partisan Review* fizeram o mesmo. Alegavam inocência, mas poucos críticos acreditaram que um namoro com tantas publicações e conferências, antigo e com um envolvimento tão profundo, pudesse ter acontecido sem um grau mínimo de conhecimento.

O envolvimento da CIA na vida cultural dos EUA, Europa e outros lugares teve importantes conseqüências em longo prazo. Muitos intelectuais foram recompensados com prestígio, reconhecimento público e dinheiro para pesquisas precisamente por trabalhar dentro do cabresto ideológico imposto pela agência. Alguns dos grandes nomes da filosofia, ética política, sociologia e arte, que ganharam visibilidade com as publicações e seminários financiados pela CIA, foram quem definiram as normas e padrões para a formação das novas gerações, seguindo os parâmetros políticos criados pela CIA. Não foi o mérito ou o talento, mas a política – a linha definida por Washington como “verdade” ou “excelência” – que abriu caminho para postos em universidades, fundações e museus de maior prestígio.

A retórica anti-stalinista dos EUA e da esquerda democrática européia e suas proclamações de fé nos valores democráticos e libertários foram uma cobertura ideológica útil para os horribéis crimes cometidos em nome do Ocidente. Isso repetiu-se na recente guerra da OTAN contra a Iugoslávia, quando muitos intelectuais da esquerda democrática puseram-se ao lado do Ocidente e do ELK (Exército de Libertação de Kosovo), apoiando o sangrento expurgo de milhares de sérvios e o assassinato em massa de civis inocentes. Se o anti-stalinismo foi o ópio da esquerda democrática durante a guerra fria, o intervencionismo a pretexto de defesa dos direitos humanos tem hoje o mesmo efeito narcotizante e ilude membros da esquerda democrática contemporânea.

As campanhas culturais da CIA criaram o protótipo de intelectuais, acadêmicos e artistas que, hoje, se dizem apolíticos, divorciados das lutas populares, e cujo valor aumenta na medida em que se distanciam das classes trabalhadoras e se aproximam das fundações de prestígio. O modelo que a CIA fixou, de profissional de sucesso, é o do leão de chácara ideológico, e exclui intelectuais críticos que escrevem sobre a luta de classes, a exploração dos trabalhadores, e o imperialismo norte-americano – categorias consideradas “ideológicas” e não “objetivas”, como eles dizem.

A pior e mais duradoura influência do pessoal do Congresso para a Liberdade Cultural não foi a defesa das políticas imperialistas dos EUA, mas o êxito em impor, para as gerações seguintes de intelectuais a idéia de excluir toda discussão sobre o imperialismo norte-americano, sua influência cultural e sua ação através dos meios de comunicação de massas. A questão não é se os intelectuais ou artistas podem ou não tomar partido ou assumir uma posição progressista numa ou outra questão. O problema é a crença difundida, entre escritores e artistas, de que expressões sociais e políticas antiimperialistas não devem aparecer em suas canções, pinturas e escritos, se querem ter sua obra valorizada como trabalho de substancial mérito artístico. A vitória política duradoura da CIA foi a de convencer intelectuais e artistas de que um engajamento sério e firme à esquerda é incompatível com arte e conhecimentos sérios. Hoje, na ópera, teatro, galerias de arte, nas reuniões profissionais nas universidades, aqueles valores culturais que a CIA promoveu na guerra fria cultural são visíveis: quem ousará dizer que o rei está nu?

James Petras é sociólogo norte-americano. Esta resenha foi publicada originalmente em *Monthly Review*, vol. 51, nº 6, novembro de 1999. Tradução de Luciana Cristina Ruy.



# Rafael Alberti

## (1902/1999)



CLÓVIS MOURA

*Sua inspiração era ligada aos compromissos sociais e à luta pelo socialismo; cantava os que não tinham remédio para suas feridas, a gente do povo de sua terra*

Faleceu na Espanha, aos 96 anos, em outubro de 1999, o poeta Rafael Alberti. Ninguém se referiu particularmente à sua contribuição para o desenvolvimento da moderna poesia espanhola, às suas pesquisas de comparações e metáforas para a construção de uma nova linguagem poética no seu sentido de totalidade. Alberti foi da geração de Lorca, Antônio Machado, Hernandez. Foi também da geração de

Picasso, Salvador Dali, Chabás, José Maria Platero, Blasco Garzón, e um dos seus mais destacados membros. Com uma particularidade: era comunista. Comunista que ligava a sua inspiração aos compromissos sociais com os seus semelhantes: pastores, marinheiros, prostitutas, ciganos, operários, camponeses, homens sem-teto, sem remédio para as feridas: os ex-homens de Máximo Gorki.



Por outro lado, a poesia de Alberti é feita através de uma técnica altamente elaborada, oscilando do soneto às experiências surrealistas. O espectro temático da sua obra abarca desde os anjos simbolicamente representados com diversos significados, aos acontecimentos dramáticos e sangrentos da Guerra Civil espanhola. Usa também o touro, simbolicamente, com significados polivalentes. Como contraponto lírico-dramático, a exemplo de Neruda, ele desenvolve o sentimento marinho e a figura do mar como símbolo de libertação permanente.

Era um poeta de dimensão olímpica, quase perfeito na sua dicção simbólica e na sua construção técnica. Quando se referia ao mar – ele foi também um pintor de marinhas – cantava-o num diapasão solene:

Cantan en mi, maestro mar, metiendose  
por los largos canales de mis huesos,  
olas tuyas que son olas maestras,  
vueltas a ti outra vez en un unido,  
mezclado y solo mar de mi garganta:  
Gil Vicente, Machado, Garcilaso,  
Baudelaire, Juan Ramón, Ruben Dario,  
Pedro Espinosa, Góngora... y las fuentes  
que dan voz a las plazas de mi pueblo.

.....  
Te meti, desde niño, chica mar, en mi frente  
y alli fuiste creciendo en oleaja,  
hasta hacerte mujer  
y hombre a un mismo tiempo .

.....  
Me asomé a ver el mar. Y vi tan solo  
una mujer llorando  
contra el cuarto menguante de una luna creciente

O mar, para Alberti era um símbolo de libertação permanente e ele o usa tanto nas produções de lírica amorosa, como nas obras de cunho social e político no primeiro plano. O poder de transfiguração da realidade criada por esta poesia leva-nos a conjecturar quais as razões do seu esquecimento posterior e o silêncio quase total sobre a sua importância e o destaque permanente sobre a poesia de Lorca. A própria vida de Rafael Alberti talvez explique em parte o fato. Participante político, viveu todo o drama da República Espanhola, da Guerra Civil (1936-1939) sua der-

rota e a amargura do exílio permanente por vários países. Quando a consciência democrática do mundo voltava-se para o resultado da luta, foram criadas as Brigadas Internacionais, voluntariado daqueles que desejavam lutar ao lado dos republicanos. Dentro dessa conjuntura de enfrentamento militar, o Partido Comunista Espanhol cria o 5º Regimento, brigada de choque composta de militantes e que estava sempre nos lugares mais perigosos da luta. Alberti registra na sua poesia esta participação:

Mañana dejo mi casa,  
dejo los bueyes e el pueblo.  
Salud: Adonde vas, dime?  
- Voy al 5ºRegimiento.  
Caminar sin agua. a pie.  
Monte arriba, campo abierto.  
Voces de gloria y de triunfo  
- Soy del 5º Regimiento.

Este poema, como os outros dessa fase dramática para o poeta e para a sua poesia está no livro *El poeta en la Calle. (romanceiro da guerra de Espanha)*, publicado em 1936. É nesse livro que ele insere poemas de combate, como “Defensa de Madrid, defesa de Cataluña”. Não apenas o político, mas o poeta também comparece com a sua poesia, a sua ação e a recorre de um timbre de denúncia.

Alberti é um poeta de extração clássica espanhola. Tecnicamente apoia-se nos clássicos como Quevedo, Cervantes, Garcilaso, Góngora, Lope de Vega, Calderon de La Barca e outros, mas procura apoiar-se, também, no cancionero popular espanhol, um dos mais ricos do mundo. Daí a sua inspiração, de um lado clássica, mas, por outro lado, a sua ligação dinâmica com as raízes populares do pensamento poético espanhol.

É um poeta que executa a sua obra de um ponto-de-vista estritamente nacional, mas, através dele, pela sua temática diferenciada chega ao universal. Não se preocupa, por outro lado, em dar uma forma popularesca ou aristocrática, mas, manipulando os elementos do clássico e do popular elabora uma obra unitária, com argamassa própria. É um poeta capaz de representar qualquer literatura num nível de elaboração formal clássica.



Como já dissemos, Alberti teve uma etapa surrealista na sua poesia. Aliás, não apenas ele, mas os poetas de vanguarda e que posteriormente seriam marxistas como Aragon, P. Eluard, Cesar Vallejo e Maiakovski. Mas, de maneira geral o seu discurso poético é muito pessoal. Suas poesias de cunho social e político não têm nada de panfletárias ou demagógicas. São construídas com muita nobreza e especificidade de linguagem poética, como neste poema que ele faz em homenagem a Madri:

Ciudad de los más turbios siniestros provocados,  
de la angustia nocturna que ordena hundirse al miedo  
en los sótanos lividos con ojor desvelados,  
yo quisiera furiosa pero impasiblemente,  
arrancarme de cuajo la voz, pero no puedo...  
para pisarte toda tan silenciosamente  
que la sangre tirada  
mordiera, sin protesta, mi llanto y mi pisada.

.....  
Ciudad, ciudad presente,  
guardas en tus entrañas de catastrofe y gloria  
el germen más hermoso de tu vida futura  
Bajo la dinamita de tus cielos, crujiente,  
se oye el nacar del nuevo hijo de la victoria.  
Gritando y a empujones la tierra lo inaugura.

Com o general Kleber, um dos comandantes das forças republicanas, Alberti conversa através de um poema trágico, já nos últimos meses da resistência republicana:

Kleber, mi general, oye conmigo  
lo que mi voz hey tiene de elegia  
de piedra rota y destrozado trigo;  
luego, también, lo que en mi voz hoy suena  
tranquilamente a gran mensajería,  
a fusil que un instante se serena.  
Medio cielo de España, media aurora  
(la otra mitad gime en poder de moros)  
puede alumbrarte el sol en esta hora.

Eram poesias que saiam das trincheiras; muitos intelectuais redigindo pequenos jornais para a tropa. Todos, porém, unindo o verbo à ação e, em algumas vezes, o verbo se fazendo ação. Faz poemas sobre as

Brigadas Internacionais, sobre cenas de batalhas, sobre a morte de Garcia Lorca, tudo isto através de um tratamento estético elevado: cria uma linguagem *poética* para os temas.

No seu livro *Entre el clavel y la espada*, produzido entre 1939-1940, encontramos este soneto de construção neoclássica e ao mesmo tempo de protesto:


(Guerra a la guerra por la guerra) Vente.  
Vuelve la espalda. El mar. Abre la boca.  
Contra una mina una sirena choca  
y un arcángel se hunde, indiferente.

Tiempo de fuego. Adiós. Urgentemente  
Cierra los ojos. Es el monte. Toca.  
Saltan las cumbres salpicando roca  
y se asesina un bosque, inutilmente.

Dinamita a la luna también? Vamos.  
Muerte a la muerte por la muerte: guerra.  
En verdad, piensa el toro, el mundo es bello.

Encendidos están, amor, los ramos.  
Abre la boca. (El mar. El monte) Cierra  
los ojos e desátate el cabello.

O regresso de Alberti a Espanha foi recebido com alegria pelos antigos camaradas. Mas, como Alberti que lutou pela República Espanhola sentiu-se numa Espanha monárquica, e, acima de tudo, governada pelo *delfin* imposto pelo ditador? A República Espanhola, após a sua derrota, mantinha um governo no exílio reconhecido inclusive por diversos países. A “redemocratização” espanhola, feita na base de compromissos políticos no mínimo discutíveis não deveria ter agradado aos olhos de Rafael Alberti. Contudo, sustentou até o fim da vida a sua condição de comunista e poeta.

A sua obra deverá ser reabilitada pelos intelectuais espanhóis e, de qualquer maneira, já é um marco dos mais significativos no desenvolvimento da poesia mundial ao lado de Brecht, Maiakovski, Nazim Kimet, Cesar Vallejo, Neruda, Gabriela Mistral e de todos aqueles que deram a sua contribuição de beleza para a dignidade do homem e da Poesia. 

Clóvis Moura é sociólogo e escritor.



# Mais passado que futuro

HERMANO TAVARES

O sistema universitário brasileiro fecha o século XX com escassas sete décadas de existência – outros países da América Latina como Peru e México contam com universidades desde o início do século XVI – e duas características contrastantes. De um lado, um ensino de graduação que está longe de atender à imensa demanda reprimida de alunos do segundo grau que vêm bater à porta do ensino superior. De outro, um sistema de pós-graduação e de pesquisa que, mesmo qualitativamente desigual, é seguramente o mais desenvolvido e capilarizado da América Latina.

De várias maneiras, a heterogeneidade do sistema de ensino superior e de investigação científica reproduz as distorções históricas – sociais e regionais – que o país vem arrastando, como bolas de ferro nos calcanhares, desde os tempos de colônia.

Para começar, a pesquisa nacional concentra-se sobretudo nas universidades públicas e nos centros de pesquisa vinculados ao governo. Uma fração menor se encontra nos centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas estatais e em institutos estaduais. A indústria responde por parcela muito pequena desse esforço: a de origem estrangeira tem demonstrado, inclusive, total desinteresse em repetir aqui os investimentos em pesquisa que suas matrizes já realizaram nos países centrais.

Ocorre, paralelamente, uma grande concentração nos centros de pesquisa da região Sudeste, responsável por 80% dos resultados mensurados pelas agências de fomento, 45% somente no Estado de São Paulo. Do contingente de pesquisadores baseados em São Paulo, por exemplo, pouco mais de 16 mil, 11.215 estão nas universidades, 3.237 nos institutos de pes-

quisa federais ou estaduais e 1.237 em empresas públicas ou privadas.


Essa massa considerável de cientistas mostra uma clara correlação com a expansão do programa de pós-graduação nacional, embora evidencie igualmente uma “sangria” nos quadros de faixa etária mais avançada, aposentados precocemente por receio de perda de direitos previdenciários ou atraídos por universidades particulares, que remuneram bem, mas não têm interesse específico na pesquisa.

Problemas de economia interna à parte, alguns desdobramentos positivos dessa nova realidade podem ser observados, como por exemplo o expressivo crescimento, a partir de 1975, da participação brasileira na massa de trabalhos científicos publicados em revistas internacionais indexadas. Ainda que essa participação não passe de 0,61% do total da produção mundial (maior, em todo caso, que nossa participação de 0,04% no movimento geral de patentes registradas nos Estados Unidos), pela primeira vez o Brasil passou a fazer parte do grupo das vinte nações que mais publicaram no mundo em termos de ciência e tecnologia. As publi-

cações refletem de alguma forma o esforço de pesquisa em andamento.

O Brasil investe cerca de 0,9% de seu PIB em pesquisa e desenvolvimento, percentual sem dúvida significativo em termos latino-americanos, mas ainda modesto em relação ao investimento proporcional feito nos países centrais (entre 2,5% e 4% de seus respectivos Produtos Internos Brutos). Considerando que uma economia como a norte-americana tem volume cerca de dez vezes maior que a da brasileira, daí resulta que ambos os investimentos em pesquisa e desenvolvimento mantêm uma relação em torno de quarenta para um.

Sendo a diferença a superar inimaginável, cabe ao país a alternativa bastante razoável de apontar sua pesquisa na direção que mais lhe interessa, abrindo nichos de relevância social e procurando, tanto quanto possível, potencializar o desenvolvimento socio-econômico.

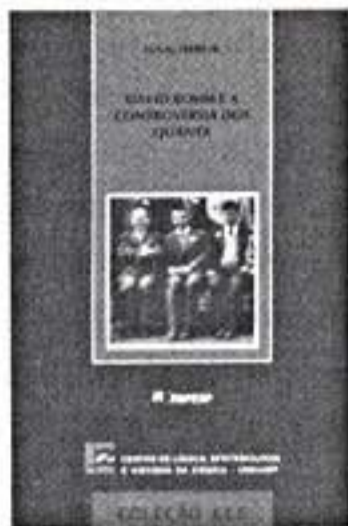
Além do crescimento quantitativo e qualitativo, será necessário mobilizar o esforço nacional para desenvolver vantagens comparativas em áreas específicas – antes de mais nada, defini-las –, incorporar demandas sociais e gerar tecnologias apropriadas à realidade urbana, rural, industrial, agrícola e cultural do país. Isso tem muito a ver com o amadurecimento da pós-graduação, o adensamento dos programas de pesquisa e a necessidade de dar ao país um perfil mais competitivo no mercado mundial, tarefa que, sob todos os aspectos, reserva um papel importante à Universidade. Que, levando em conta sua constituição tardia e sua expansão sem precedentes, demonstra ter muito mais futuro que passado e, numa perspectiva histórica mais longa, excelentes razões para não se cobrir de desânimo. 

Hermano Tavares é reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Este artigo foi publicado originalmente na *Folha de S. Paulo* em 17/2/2000.



## Ciência e Ideologia

*David Bohm e a controvérsia dos quanta*, Olival Freire Jr., Coleção CLE, Volume 27, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, UNICAMP, Campinas, 1999, 244 páginas, ISSN: 0103-3147



As controvérsias são mais inerentes à atividade científica do que usualmente se pensa, e nem sempre os resultados das experiências têm decidido, de modo inequívoco, tais controvérsias; e mesmo seu papel no empreendimento científico ainda é pouco compreendido.

Este livro é dedicado à análise de uma singular coexistência entre uma controvérsia profunda e prolongada e um desenvolvimento próprio de uma ciência 'normal'. Ela envolve uma das duas teorias que revolucionaram a física do século XX e que está ainda inconclusa. Somos, portanto, seus contemporâneos. O livro examina a natureza do debate quântico nos anos 1950 e 1960, marcado de maneira preponderante pelos trabalhos de David Bohm e, na segunda metade dos anos 60, pelos de J.S. Bell, bem como a mudança na ênfase do determinismo versus indeterminismo para a problema da localidade versus não-localidade. Ele analisa em especial a evolução do pensamento do físico de origem norte-americana David Bohm, no qual se encontra, de maneira significativa os termos da mudança ocorrida. O livro mostra o interesse genuíno e o impacto intelectual da primeira teoria de Bohm, de 1952, tanto nos aspectos ligados à física teórica, em especial da sua consistência e equivalência empírica com a teoria quântica usual, quanto nos aspectos epistemológicos, nos quais estão presentes questões ideológicas e políticas do período, em uma interligação complexa. Ele relaciona a análise interna (questões científico-conceituais) com a análise externa (história das idéias e história social).

Uma de suas conclusões, relativa à recepção da teoria e da interpretação de David Bohm de 1952, aponta a maior influência dos fatores internos do que dos externos, contribuindo para esclarecer aspectos da relação entre ciência e ideologia. É igualmente analisada a fase ulterior do pensamento de Bohm, marcada pela idéia de 'totalidade', onde se mostra que esta idéia não se identifica com a de mesma denominação invocada por Niels Bohr em debate com Albert Einstein. O tema relaciona-se também com a história das ciências no Brasil, dada a importância, nos acontecimentos analisados, da estada de David Bohm na Universidade de São Paulo entre 1951 e 1955. O livro evidencia o enraizamento do trabalho de Bohm nas interações com físicos brasileiros, a exemplo de J. Tiomno e M. Schönberg, e estrangeiros que aqui estiveram, a exemplo de R.P. Feynman, L. Rosenfeld, J-P. Vigiier e M. Bunge.

Olival Freire Jr. é professor do Instituto de Física da UFBA, onde coordena a implantação de um programa de pesquisas em história, epistemologia e ensino de ciências sob os auspícios da UFBA e da UEFS. Mestre em Ensino de Física e Doutor em História, pela USP, realizou pós-doutoramento em história e epistemologia da ciência na Equipe REHSEIS, Université Paris VII. Seus interesses de pesquisa estão voltados para a história e epistemologia da física moderna, em especial da teoria quântica, área na qual tem publicado diversos trabalhos em revistas especializadas nacionais e estrangeiras, e para o uso da história e da epistemologia no ensino da física, tendo publicado "O universo dos quanta" (FTD), texto de divulgação científica.

O livro pode ser obtido diretamente junto ao CLE (Fone: 019 - 7887374, Fax: 019 - 2893269, e-mail - [daniel@cle.unicamp.br](mailto:daniel@cle.unicamp.br)) ou a Livraria da Física (Fone/fax: 011-8158688, e-mail: [livifusp@if.usp.br](mailto:livifusp@if.usp.br)), pelo valor de 20 reais.

**Comissão Editorial**

## A pintura do silêncio

*O significado da pintura abstrata*, Maurício Puls, São Paulo, Perspectiva, 1988



Qual é o significado de um quadro abstrato? Como interpretar uma obra que à primeira vista parece destituída de sentido? Estas são algumas das questões que Maurício Puls procura responder no decorrer de seu

livro. O encontro da resposta é fruto de um longo percurso que se desenvolve a partir da construção conceitual sólida e laboriosa nos sete capítulos que perfazem a obra.

Para tanto o autor recupera um velho conceito da estética que caiu por terra no início do século XX com o advento dos movimentos de vanguarda: o conceito de *mimese*: "...toda linguagem é mimética, isto é reproduz a realidade da qual faz parte: a linguagem reflete o homem e seu mundo" (p. 136). Não é à toa que o autor toma como orientação metodológica o materialismo histórico, única filosofia da atualidade que considera a *mimese* como fundamento da arte.



A pintura é uma linguagem que reflete o mundo e como a escrita constitui-se por um predicado e um sujeito. Diversamente da expressão verbal, formada por palavras que se desenvolvem em uma seqüência temporal, a linguagem pictórica se constrói por signos que se desdobram no espaço: “cada sentença possui duas partes, um sujeito e um predicado. Logo se o quadro é uma expressão semiótica então ele também possui um sujeito e um predicado. Numa oração pictórica esses elementos se sucedem não em uma ordem temporal, mas em uma ordem espacial, pois aqui os signos se distribuem no espaço. Como se divide o espaço visual? Em figura e fundo. Na pintura, a figura constitui o sujeito (o tema) da sentença enquanto o fundo constitui o predicado (o rema)”. (p. XVII)

O que distingue a pintura abstrata dos demais gêneros pictóricos é o fato de ter uma estrutura estética subjetiva, fundada na predominância do fundo (do predicado/rema) sobre a figura (o sujeito/o tema). É por isso que o contemplador de uma pintura abstrata se defronta com uma obra aparentemente vazia, destituída de sentido.

A elipse do tema pictórico é uma característica inerente a toda pintura abstrata, fruto da realidade refletida pela obra “Quando o quadro é composto somente pelo fundo a elipse do tema é total: temos então um sujeito oculto indeterminado (...) o contemplador se defronta com uma obra aparentemente vazia, uma oração sem sentido. Mas este vazio não está na obra, mas na realidade que ela espelha. Não foi a linguagem que perdeu o significado, mas o real refletido pela obra. As obras parecem vazias porque espelham um mundo vazio, um mundo regido por uma abstração, o capital.” (p. 185)

Se o sujeito pictórico encontra-se oculto na obra abstrata, expressão típica do mundo capitalista para o autor, é porque o homem contemporâneo perdeu sua im-

portância em uma sociedade dominada pelo capital, transformou-se em mais um objeto dentre tantos outros, reduzindo-se à dimensão mercadológica: “a pintura abstrata é o espelho do capital (...) toda arte é mimética: ela se torna abstrata porque a abstração se desenvolve na realidade, porque com o advento do capitalismo a sociabilidade se apresenta aos indivíduos sob a forma do capital que é uma abstração que se manifesta sobretudo por meio de objetos mercantis”. (p. 163)

Embora tendo inspiração declarada em Lukács o autor resgata a pintura abstrata da condenação a que o filósofo húngaro a submeteu: apesar de ser aparentemente desprovida de sentido a arte abstrata é rica em determinações da realidade, o que torna o livro bastante polêmico e instigante para aqueles olhares que costumam ver a arte do realismo socialista como a única saída para uma verdade crítica ideológica.

Para Puls a arte abstrata é neutra; nem conservadora, nem revolucionária, uma vez que ela reflete dialeticamente o real: é conservadora por consentir na reprodução do sistema, por refletir a sociedade dominada pelo capital, mas é revolucionária por reproduzir a alienação instaurada pelo modo de produção capitalista, por refletir a redução do homem contemporâneo à dimensão mercantil.

Por outro lado a análise sociológica acaba deixando de lado questões importantes a serem levadas em conta quando falamos de arte. Uma leitura um pouco mais aprofundada das obras abstratas propriamente ditas, as preocupações que Kandinski teve com os efeitos sinestésicos da cor, as diferenças estruturais entre um Mondrian e um Pollock, são questões que poderiam ter enriquecido o caminho trilhado pelo autor.

**Priscila Arantes**

## Meio ambiente e desenvolvimento

Uma das teses mais polêmicas sobre meio ambiente e desenvolvimento defendidas na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1999 foi apresentada pela doutoranda Laura Jesus de Moura e Costa, farmacêutica-bioquímica e professora. A tese *Organizações de bairro: história e práticas comunitárias que possam*

*levar à sustentabilidade do meio na cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares (Paraná, Brasil)* teve por objetivo analisar os aspectos organizativos e funcionais das associações de moradores de bairro da cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares e suas relações com a administração pública, sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável e da educação ambiental popular permanente.



O referencial teórico utilizado baseou-se principalmente em Marx e Engels, Henrique Leff e Antonio Gramsci e vários aspectos da sustentabilidade foram enfocados. A pesquisa desenvolveu-se tanto de forma interdisciplinar, envolvendo trabalho em equipe com outros pesquisadores, quanto por esforço individual, por meio da 'observação militante' e contatos com lideranças de mais de 47 associações de moradores, além de várias instituições e pessoas envolvidas no objeto de estudo.

Laura Jesus de Moura e Costa procurou construir a histó-

ria de criação e luta das associações de moradores de bairro, avaliando os níveis de informação dos sujeitos da pesquisa em relação ao ambiente, saúde e qualidade de vida. Esforçou-se, assim, para identificar os atores sociais dentro de uma visão histórico-crítica, em que o processo de surgimento dos bairros é relacionado com a própria dinâmica do Porto D. Pedro II e com os principais ciclos econômicos vividos pelo Estado do Paraná.

Comissão Editorial

## Olhar amplo

"(...) A revista continua como sempre satisfazendo quem a lê. Permitam-me parabenizar, em especial, Miguel Urbano Rodrigues pelo excelente artigo *As perspectivas da humanidade na viragem do milênio* (Princípios 55), que é de uma excelente clareza e olhar amplo."

Paulo Cesar Ferreira  
Bragança Paulista/SP



## Informação pela metade

"No apagar das luzes de 1999, Bóris Ieltsin renunciou à Presidência da Rússia, após ter aviado o receituário do FMI e levado seu país à bancarrota. A mídia brasileira informou que a renúncia do presidente russo foi para evitar investigações de corrupção. Mas será que ainda há necessidade de escamoteação da verdade, do noticiário dúbio, da informação pela metade? É mais do que sabido que onde foram adotadas as receitas do FMI a corrupção campeia. Na Rússia, a máfia manda. (...)"

Elio Bolsanello  
São Paulo/SP

## Fome & luta

"(...) A revista é um instrumento de decisão na luta de idéias que os homens de senso político travam, hoje, no Brasil - fadado ao sabor macabro dos que estão no poder.

(...)

Sem-terra, sem-teto,  
Letárgicos, sem-meta  
Tinta de sangue a gleba,  
Onde se planta e se estanca  
A fome canina da nação...  
A fome que consome  
Quem quer trabalhar!"

Isaac Soares de Souza  
Penitenciária Arruda Sampaio, Itirapina/SP



## CURITIBA

# Amazonas reafirma o socialismo renovado

O lançamento, em Curitiba, do livro *Os desafios do socialismo no século XXI*, do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, reuniu, no dia 24 de novembro de 1999, no salão de eventos do Hotel Araucária, políticos, lideranças sindicais e estudantis, personalidades do mundo cultural e acadêmico do Paraná, como o reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Carlos Roberto Tavares.

O histórico dirigente comunista, então com 87 anos de idade – completou 88 em 1º de janeiro último – reafirmou sua opção política – “*sou socialista, comunista não por razões de fé, mas por convicção científica*” – e proferiu ampla e firme defesa do ordenamento social, econômico e político que mudou a face das sociedades em que viveu e vive. Mas destacou que não se trata de retomar o socialismo do ponto em sofreu derrotas e, em alguns lugares, foi desarticulado. “*Temos pela frente o desafio de compreender e desenvolver um socialismo renovado, depurado das imperfeições e equívocos verificados ao longo das primeiras experiências a partir da revolução de 1917*” – garantiu.

Esta visão dialética do socialismo tem sido um traço importante nas intervenções de Amazonas a respeito do tema que, afinal, vem polarizando sua militância que já conta com quase três quartos de século. A visão do socialismo à margem da imposição de modelos, que se desenvolve fiel aos princípios fundamentais, mas segundo processos configurados historicamente, ajustados às especificidades de onde ocorre, foi ponto essencial da palestra proferida por Amazonas antes de iniciar a sessão de autógrafos. O tema é caro aos socialistas que não se venderam à hegemonia neoliberal da



Momento do lançamento do livro *Os desafios do socialismo no século XXI*, na capital paranaense.

última década. E demonstra que, percebido assim dialeticamente, o socialismo readquire, como escrevi num artigo recente sobre Cuba para um jornal do Paraná, “o viço que lhe é próprio, recompõe-se dos erros que redundaram em seu fracasso na União Soviética e no Leste europeu e, ainda que lentamente, vai se requalificando diante da Humanidade como a única alternativa civilizatória viável à cada vez mais assustadora barbárie capitalista”.

No entanto, como aplicado militante da transformação social, Amazonas discorreu sobre a estratégia, mas não esqueceu da tática. E destacou que o principal entrave para o desenvolvimento justo, democrático e soberano do Brasil é o governo FHC e seu receituário neoliberal. Defendeu novos rumos para o país e reafirmou que para derrotar FHC “*é necessária uma ampla aliança social que não se resuma aos partidos de esquerda, mas abarque amplos setores representativos da sociedade civil brasileira, do mundo cultural e acadêmico, do movimento social*”. E convocou os paranaenses a organizarem no estado movimentos cívicos em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho. “*Estas palavras de ordem exprimem hoje os anseios populares e a superação dos entraves que se opõe à ampliação da democracia entre nós, à justiça social para todos e ao fortalecimento da soberania nacional*”. Assim, o legendário e infatigável dirigente comunista emprestou à sua estada em Curitiba um conteúdo de luta e esperança. E isso não é pouco nesses tempos bicudos.

**Luiz Manfredini**



# VISITE A EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES

De 1926 a 1960, o Palácio Tiradentes foi sede da Câmara Federal. Nomes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Carlos Lacerda ajudaram a construir ali a História do Brasil. A exposição permanente

**Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro** permite ao visitante conhecer com maior profundidade os principais episódios ocorridos no espaço onde hoje está instalada a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.  
Um espaço com muita história para contar.



- Painéis fotográficos
- Multimídia
- Charges históricas
- Maquetes
- Depoimentos

Rua Primeiro de Março, s/n, Centro.  
De terça a sexta *10h às 20h* • Sábado *9h às 19h*  
• Domingo *9h às 14h*  
Entrada Franca

Visite a home page da Assembléia:  
<http://www.alerj.rj.gov.br>



# O POVO É O HERÓI E O AUTOR DOS 500 ANOS

A construção do Brasil começou com a chegada dos navegadores portugueses, abrindo um processo contraditório e violento, marcado pelo suor e pelo sangue dos povos que já viviam aqui e foram assimilados (ou massacrados), dos africanos escravizados, dos imigrantes europeus e asiáticos, trabalhadores vindos de todos os continentes, de cuja amálgama surgiram um povo e uma nação novos. Enfrentando o atraso e a truculência da dominação externa e de uma classe dominante repressora, antidemocrática e antinacional, sua ação se traduziu em feitos civilizatórios e culturais cuja originalidade distingue o Brasil e os brasileiros entre os demais povos.

O Brasil é criação do trabalho, da luta e da determinação de seu povo.

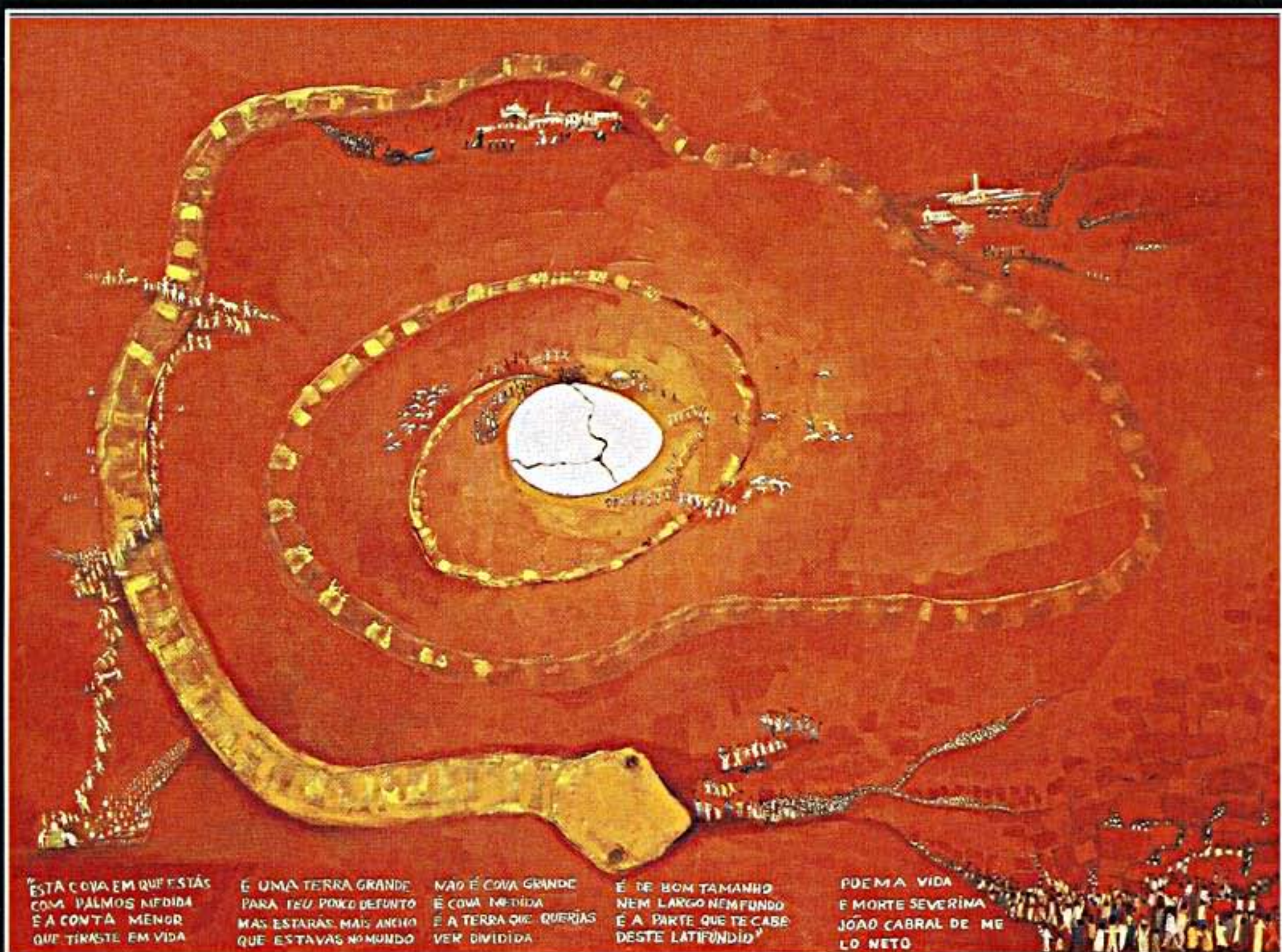
Viva o povo brasileiro!



Detalhe de *Tiradentes*,  
de Cândido Portinari,  
Memorial da América Latina



"O Ovo da Serpente" ou "Problema da Terra" 2,20x1,60m



ESTA COVA EM QUE ESTÁS  
COM PALMOS MEDIDA  
E A CONTA MENOR  
QUE TIRASTE EM VIDA

É UMA TERRA GRANDE  
PARA TEU POVO DEFUNTO  
MAS ESTARÁS MAIS ANCHO  
QUE ESTAVAS NO MUNDO

NÃO É COVA GRANDE  
É COVA MEDIDA  
É A TERRA QUE QUERIAS  
VER DIVIDIDA

É DE BOM TAMANHO  
NEM LARGO NEM FUNDO  
É A PARTE QUE TE CABE  
DESTE LATIFÚNDIO

POEMA VIDA  
E MORTE SEVERINA  
JÓÃO CABRAL DE ME  
LO NETO

# SETE LUAS DE SANGUE

TEREZA COSTA RÊGO



“Batalha dos Guararapes” 2,20x1,60m



## TEREZA COSTA RÊGO

A artista começou a pintar ainda criança. Ingressou na Escola de Belas Artes do Recife aos 15 anos. Expôs a primeira vez no Museu do Estado de Pernambuco, obtendo o primeiro prêmio concedido pela Universidade Federal de Pernambuco. Participou de vários salões, recebendo diversas premiações. Em 1964, mudou-se para São Paulo, onde participou de coletivas e individuais. Em 72, deixou o Brasil, expondo pela América Latina, Europa e Oriente, quando assinava suas obras com o nome de Joanna. Em 79, retornou ao país após a Anistia. É época em que voltou a assinar Tereza Costa Rêgo



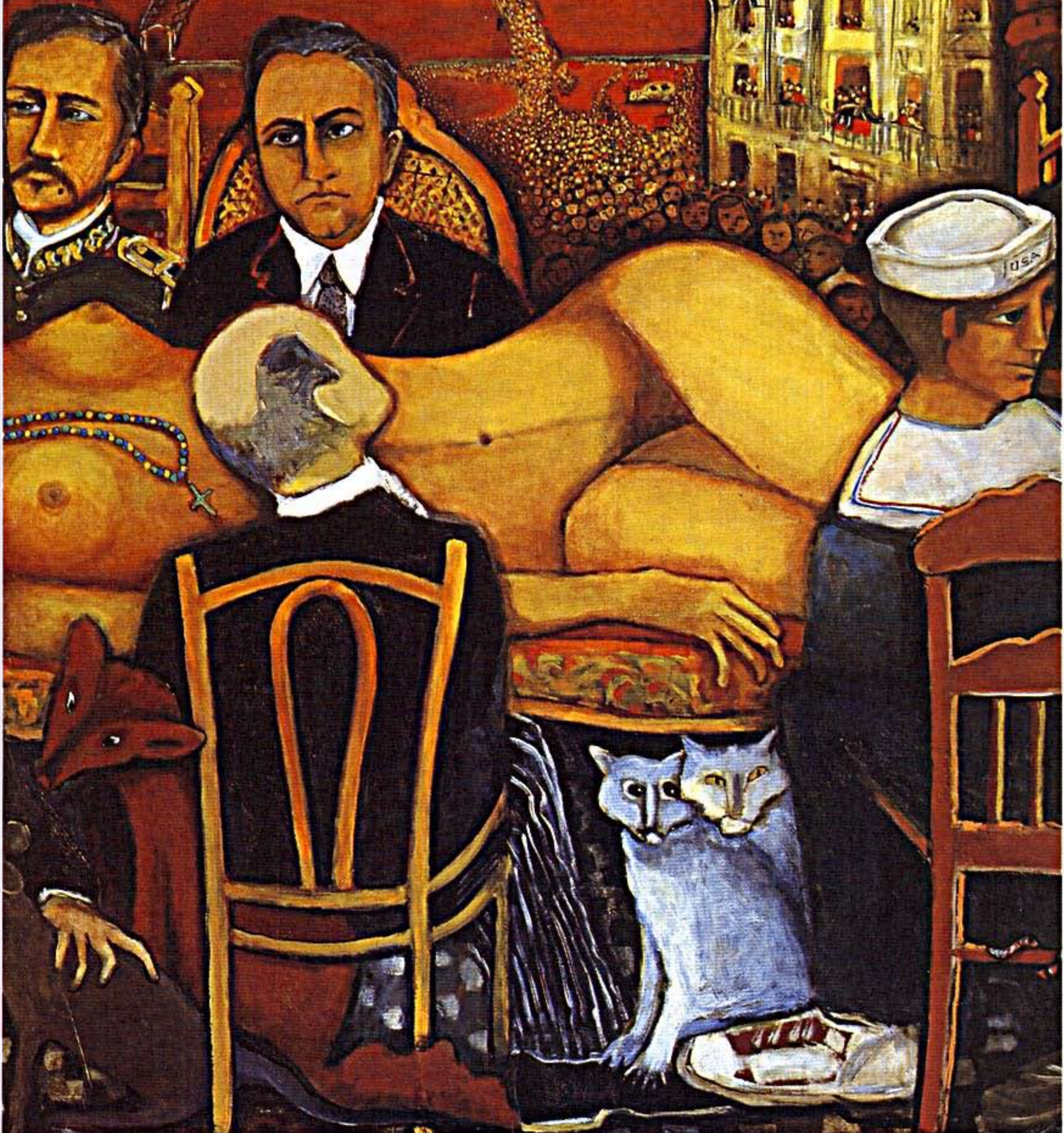
É INCRÍVEL A FORÇA QUE AS



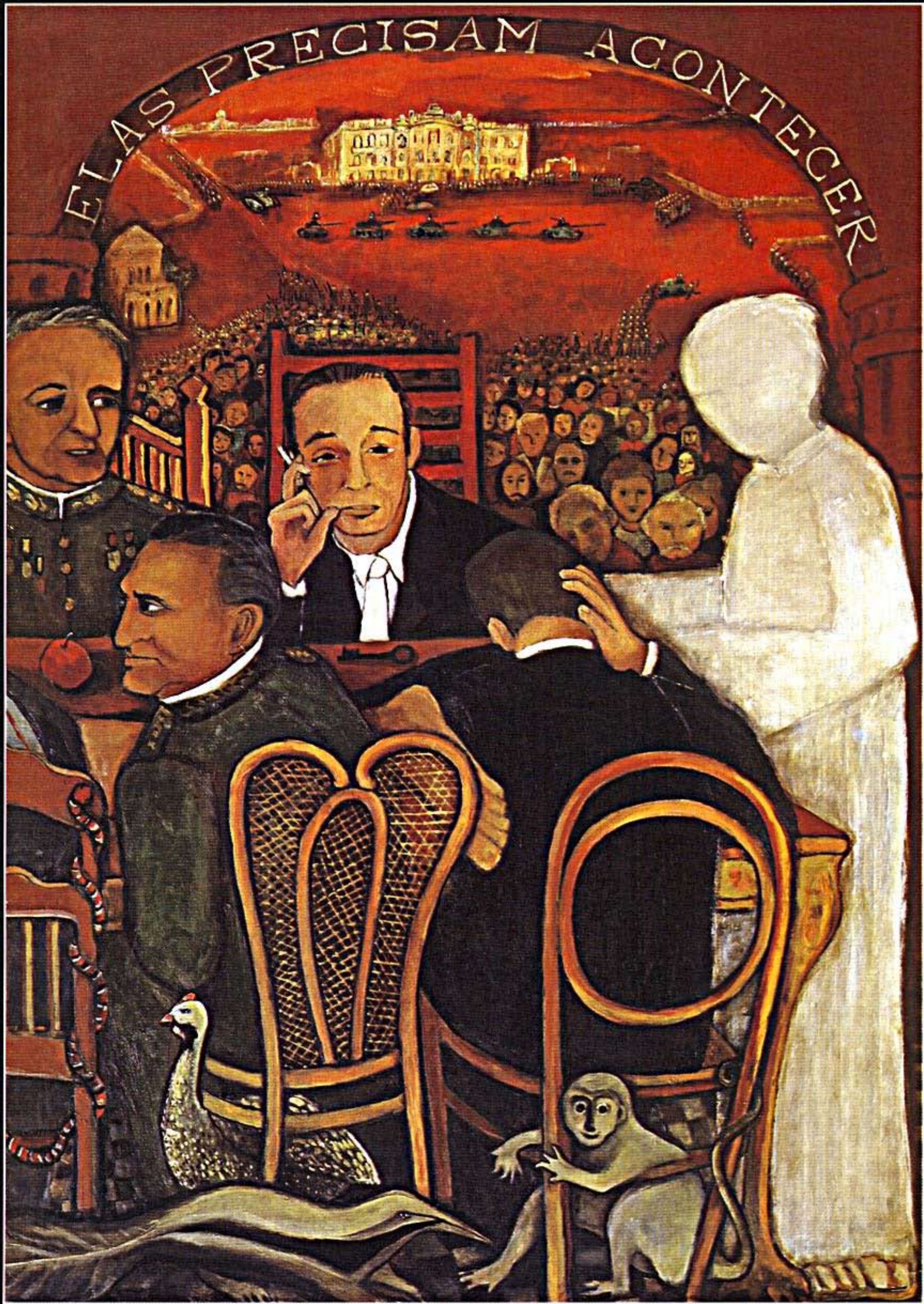
"Pátria Nua" ou "Ceia Larga Brasileira" 4,80x2,20m



COISAS PARECEM TER QUANDO









"A Gênese" ou "Massacre dos Índios" 2,20x1,60m



"Zumbi dos Palmares" 2,20x1,60m



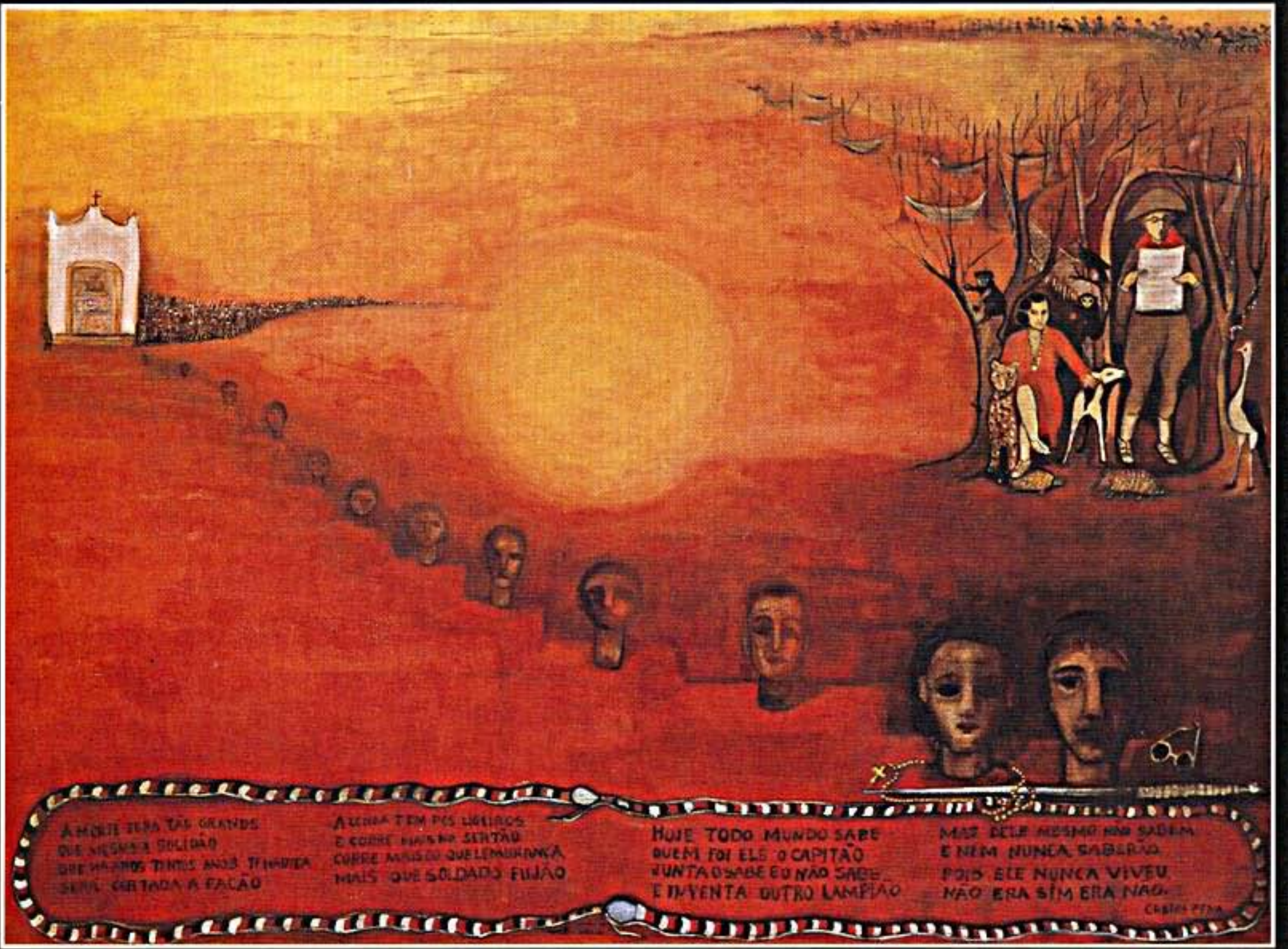


"Canudos" 2,20x1,60m



**CANUDOS NÃO SE RENDEU EXEMPLO**  
ÚNICO EM TODA A HISTÓRIA RESISTIU ATÉ O ESGOTAMENTO TOTAL. EXPUGNADO PALMO A PALMO NA PRECISÃO INTEGRAL DO TERMO. CAIU AO ENTARDECER QUANDO CAIRAM SEUS ÚLTIMOS DEFENSORES. ERAM QUATRO APENAS: UM VELHO, DOIS HOMENS FEITOS E UMA CRIANÇA, NA FRENTE DOS QUAIS RUGIAM RAIOSAMENTE CINCO MIL SOLDADOS" - EUCLIDES DA CUNHA: OS SERTÕES -  
GUINOA - 1959 - Rongel

"A Guerra do Sol" ou "O Cangaço" 2,20x1,60m



A MORTE TEM AS GRANDES  
QUE NUNCA A SOLIDÃO  
QUE NUNCA TEMOS ANOS TRINDADE  
SEM CERTADA A FALÃO

A LUZ TEM PÓS LUZES  
E CORRE NUNCA SERTÃO  
CORRE ANISOU QUELEMUNKA  
MAIS QUE SOLDADO FILÃO

HOJE TODO MUNDO SABE  
QUEM FOI ELE O CAPITÃO  
NUNCA SABE EU NÃO SABE  
E INVENTA OUTRO LAMPÃO

MAS DELE MESMO NÃO SABEM  
E NEM NUNCA SABERÃO  
POIS ELE NUNCA VIVEU  
NÃO ERA SIM ERA NAO.

CASTANEDA



Radha Abramo, uma das mais importantes críticas de arte do Brasil e, também, profunda conhecedora da obra da pintora TEREZA COSTA RÊGO, contemplando um dia, um de seus quadros intitulado "A ÁRVORE DA LIBERDADE", cuja temática é a BATALHA DOS GUARARAPES, propôs e originou a série ora apresentada.

Abramo encomendou à Tereza a pintura de sete grandes painéis com temática voltada para alguns dos mais importantes movimentos libertários que ocasionaram grandes lutas e batalhas marcantes na história do nordeste brasileiro.

Aceita a encomenda, a escolha temática dos painéis partiu de uma abordagem mais ampla do fato histórico, na qual um movimento não se restringe à rigidez do episódio datado e sim ao contexto geral dos acontecimentos que o definiram no passado e na visão do presente.

O enfoque central desta série é, portanto, a questão da liberdade no nordeste e suas contribuições para a formação da nacionalidade brasileira.

---

O Barroco em geral - e o Barroco brasileiro em particular - tem três características principais: a unidade de contrastes, a busca do grandioso, e não simplesmente do Belo, e a visão do mundo como se fosse um palco, no qual a vida é uma representação e os homens são atores.

É dentro desta perspectiva que se colocam as reflexões de Mathias Ayres, as esculturas do Aleijadinho, a música de José Maurício ou "Os Sertões" de Euclides da Cunha. O livro que conta a destruição de Canudos é, aliás, uma obra típica do Grandioso e do Dramático, concebida e contada quase como uma enorme peça de teatro. Aliás, é dividida em três partes, quase três atos - A Terra, O Homem e A Luta - com a rude e áspera paisagem sertaneja servindo de cenário para a ação. E a cena final, nas palavras do próprio autor, é vista por ele como um final de tragédia.

Estas foram as reflexões que me vieram ime-

diatamente ao espírito quando, certa vez, no Recife, vi uma exposição na qual vários artistas pernambucanos expunham recriações dos painéis do século XVIII que, entre nós, foram pintadas para celebrar a BATALHA DOS GUARARAPES, acontecida no século XVII. Esses próprios painéis já mostraram aquelas três características barrocas apontadas acima. E o de Tereza Costa Rêgo, inclusive por uma forma central meio circular e de palco, fazia com que seu quadro entrasse naquela linhagem barroca e brasileira à qual me referi. Pelo que, depois daí, ele passou a ser, para mim, o ponto de referência para o entendimento de toda sua pintura que depois daí, a meus olhos, nunca mais foi a mesma.

### **Ariano Suassuna**

---

A pintura de Tereza transformou-se, expandiu-se em grandes áreas, obrigando-a ao desafio de um trabalho árduo. Grandes figuras e variados objetos estruturaram a composição dos painéis. Os conjuntos das pessoas e das coisas dão sustentação plástica e equilíbrio cromático à pintura. Uma pintora impestuosa no gesto pictórico e na construção espacial.

### **Radha Abramo**



Este encarte é parte integrante da Revista Princípios nº 56 publicada pela Editora Anita Garibaldi e contou com a colaboração de Pedro Ribeiro (fotógrafo), Cláudio Cabral (edição gráfica), Polycromia do Nordeste (edição digital), Guido Bianchi, André Rozowykwiat, Roberta D'Albuquerque, Carlos Batista Amorim e Marcos Carvalho.  
**Ateliê da artista:** Rua do Amparo, 242, CEP: 53020-190, Tel. (81) 429.2008, Olinda-PE.